

Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental



UNIÃO EUROPEIA
FUNDO SOCIAL EUROPEU



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



PROGRAMA OPERACIONAL EMPREGO,
FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
(POEFDS)



SEGURANÇA SOCIAL
Instituto da Segurança Social, I.P.



The image features a background with horizontal bands of color: a light blue band at the top, followed by a medium blue band, and a dark blue band at the bottom. On the left side, there is a stylized graphic consisting of several overlapping, elongated, teardrop-shaped elements in dark blue, light blue, yellow, and red, arranged in a cross-like pattern.

Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental

Índice

Preâmbulo	4
Introdução	5
Sumário Executivo	8
1. Estado da arte	17
1.1. O estatuto das tipologias	17
1.2. As tipologias de pobreza e a dimensão territorial	19
1.2.1. O caso português: as dinâmicas de desenvolvimento territorializadas	20
1.2.2. Tipologias das situações e grupos atingidos pela pobreza e exclusão social	21
2. Uma estratégia para a construção das tipologias	26
2.1. Pressupostos teóricos da construção da tipologia de exclusão/inclusão	26
2.2. Pressupostos teóricos da construção da tipologia do rural/urbano	29
2.3. Procedimento metodológico	34
3. Identificação e caracterização das tipologias	36
3.1. A selecção dos indicadores	36
3.2. Os indicadores da tipologia de exclusão/inclusão	37
3.2.1. Os indicadores da desafiliação	37
3.2.2. Os indicadores da desqualificação social objectiva	38
3.2.3. Os indicadores da privação económica	40
3.3. Os indicadores da tipologia do urbano/rural	42
3.4. Caracterização genérica das tipologias	43
3.4.1. Tipologia da inclusão/exclusão	43
3.4.2. Tipologia do urbano/rural	50
3.5. Caracterização detalhada da tipologia de inclusão/exclusão	54
3.5.1. Territórios moderadamente integradores	54
3.5.2. Territórios de contrastes e base turística	64
3.5.3. Territórios ameaçadores e atractivos	68
3.5.4. Territórios envelhecidos e desertificados	79
3.5.5. Territórios industriais com forte desqualificação	91
3.5.6. Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	100
Bibliografia	111
Anexo 1 - Justificação da não inclusão de alguns indicadores na tipologia de inclusão /exclusão	113
Anexo 2 – Medidas dos indicadores por tipo de exclusão	114
Anexo 3 – Mapas por indicador da tipologia de exclusão	117
Anexo 4 – Mapas por indicador da tipologia urbano/rural	119

Índice de Figuras

Figura 1 - Procedimentos para a tipificação dos concelhos	35
Figura 2 - Posição das variáveis no cruzamento dos dois principais factores	44
Figura 3 - Número de concelhos por tipo de exclusão social	48
Figura 4 - Peso dos diferentes tipos de exclusão social em Portugal continental face aos concelhos que representam (%)	48
Figura 5 - Peso da população residente pelos diferentes tipos de exclusão social em Portugal continental (%)	48
Figura 6 - Número de concelhos por tipologia urbano/rural	51
Figura 7 - Peso dos diferentes tipos concelhos rurais/urbanos em Portugal continental (%).....	51
Figura 8 - Distribuição dos tipos de exclusão pelas características rurais e urbanas dos territórios (nº concelhos)	52
Figura 9 - Distribuição dos tipos de exclusão pelas características rurais e urbanas dos territórios (%).....	52

Índice de Quadros

Quadro 1 - Variação teórica associada aos indicadores utilizados para a tipologia urbano/rural.....	33
Quadro 2 – Indicadores para a construção da tipologia de inclusão/exclusão.....	42
Quadro 3 – Indicadores para a construção da tipologia rural/urbano	43
Quadro 4 - Descrição das situações tipo de inclusão/exclusão	47
Quadro 5 – Descrição das situações tipo de urbano / rural	51
Quadro 6- Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios moderadamente inclusivos	63
Quadro 7 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios de contrastes e base turística.....	67
Quadro 8 - Concelhos que apresentam as situações mais desfavoráveis do ponto de vista dos indicadores relativos à escolarização	75
Quadro 9 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios ameaçadores e atractivos.....	78
Quadro 10 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios envelhecidos e desertificados	89
Quadro 11 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios industriais com forte desqualificação.....	98
Quadro 12 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos	109

Índice de Mapas

Mapa 1 – Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental	50
Mapa 2 – Tipificação dos concelhos em termos rurais e urbanos em Portugal continental	54



Bibliografia

Preâmbulo

O desenvolvimento do Programa Rede Social, um programa que promove a adopção de processos de planeamento estratégico de âmbito concelhio e está vocacionado para implementar formas de intervenção integradas e com incidência territorial que possam constituir contributos para o desenvolvimento local, gerou uma necessidade acrescida de aprofundar o conhecimento comparativo dos fenómenos de pobreza e exclusão que caracterizam os diferentes concelhos do país.

Assim surgiu e ganhou força a ideia de realizar um estudo que permitisse construir uma tipologia das situações de inclusão/exclusão e de pobreza com um âmbito territorial concelhio, utilizando para o efeito um conjunto de indicadores pertinentes e disponíveis para todos os concelhos. Este estudo foi desenvolvido com esforço e muito empenho das Áreas de Investigação e Conhecimento e da Rede Social do ISS, IP e teve a colaboração da Geoideia, entidade contratada para fazer o tratamento estatístico.

O resultado final, que agora se apresenta é de uma enorme riqueza e, pelas vastas potencialidades que comporta, abre novos horizontes relativos ao conhecimento dos fenómenos de pobreza e de exclusão, sobretudo numa dimensão comparativa, mas também à compreensão mais aprofundada dos problemas e das potencialidades dos territórios e, por inerência, relativos ao planeamento e concretização de medidas e programas de intervenção social.

A apresentação pública deste estudo marca o início de um processo que se espera profícuo, na medida em que a sua discussão poderá incluir os contributos relevantes para o seu aperfeiçoamento, estando desde já previsto para breve a sua continuidade com a inclusão de novos indicadores, nomeadamente os relativos ao acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde e à distribuição territorial de alguns fundos públicos e comunitários.

Dada a natureza do estudo e ainda estar em desenvolvimento, a utilização da informação agora disponibilizada, que espero seja útil, deve ser bem ponderada e merecer cautelas. Alerta-se para o reconhecimento de necessárias especificidades internas a cada território, mas que tendem a ser diluídas pela força dos números, muitas vezes acabando-se por standardizar e agrupar territórios por seguirem uma determinada tendência. Este é contudo, um risco da metodologia das tipologias que não obstante oferece uma compreensão alargada e rica das realidades sociais, como aquela que se procurou obter com este estudo.

Cristina Fangueiro

Introdução



Introdução

O estudo que aqui se apresenta surge no âmbito do Programa Rede Social¹ e tem como objectivo central sistematizar a informação estatística disponível com vista à tipificação das situações de pobreza e exclusão social a nível do território de Portugal continental. Pretendia-se, pois, abarcar a diversidade do território nacional, no que concerne às diferentes formas de manifestação de situações de pobreza e exclusão e à sua incidência por tipo de território em termos das suas características mais rurais ou urbanas.

Revelava-se, pois, importante proceder a uma primeira aproximação a todo o território no sentido de se obter uma visão mais macro de áreas territoriais aparentemente mais homogéneas e heterogéneas entre si. A abordagem realizada não dispensa a apresentação das suas potencialidades e constrangimentos.

O exercício de tipificação das situações de pobreza e exclusão na sua estreita relação com o território é, em si mesmo, um desafio bastante complexo, mas com grandes potencialidades. A avaliação que tem sido feita, noutros países, dos resultados da utilização de mapas sociais por organismos públicos tem evidenciado o seu potencial como instrumento de orientação das políticas sociais, nomeadamente:

- Por ilustrar a distribuição geográfica de situações de pobreza e exclusão social;
- Por contribuir para elevar a sensibilidade pública sobre o tema da pobreza e estimular o debate nacional sobre a adequação dos indicadores de pobreza;
- Para estimular a uniformização das definições e usos de indicadores entre os vários sectores responsáveis pela acção social, nos diferentes níveis territoriais;
- Para canalizar os investimentos/esforços de forma diferenciada em função dos problemas identificados nos territórios;
- Para reduzir a duplicidade de esforços e criar condições para integrar a informação e coordenar melhor as acções dirigidas às populações mais desfavorecidas.

O reconhecimento deste leque de potencialidades não deixa, no entanto, de estar associado a um conjunto de dificuldades que se prendem com razões de natureza diversa, tais como:

- Razões que se prendem com a tradução dos fenómenos de exclusão social em determinados territórios e a dificuldade da leitura quantitativa.

¹ A Rede Social é um programa estruturante e um instrumento fundamental no processo de desenvolvimento local e consolidação da coesão social, pela adopção de processos de planeamento estratégico territorializado (concelhio) como base da intervenção social, servindo para *"incentivar o surgimento de redes de apoio integrado de âmbito local"* (cf. Resolução do Conselho de Ministros 197/97, de 18.11.97 e Declaração de Rectificação nº 10-0/98 de 30.05). Este programa assumiu, no decurso de 2000 um carácter experimental englobando 41 concelhos piloto e pretende vir a ser alargado a todo o país até 2006. No final de 2004, 239 concelhos tinham já aderido ao Programa.

Muitos dos fenómenos de pobreza territorializada aparecem diluídos pela força dos números, tornando difícil captar os seguintes aspectos:

- a. processos e situações multidimensionais que exigem uma leitura cruzada. Esta exigência implicaria, por um lado, captar processos de multi-privação em determinados grupos sociais. Por outro lado, seria importante compreender a contribuição das características territoriais nas formas e nas dinâmicas da pobreza²;
 - b. especificidade local da sua constituição e desenvolvimento;
 - c. impactes sociais, económicos e territoriais da sua localização e nível de incidência.
- Razões que se prendem com a natureza de qualquer tipologia, nomeadamente devido a duas situações distintas: a) a adopção de um determinado modelo teórico-ideológico condiciona os resultados a obter; b) a utilização dicotómica e generalista das dimensões que são tomadas em consideração pode deixar escapar a diversidade de situações existentes.
- Razões que se prendem com dificuldades de medida e sua actualização:
- a. inexistência de uma tipologia de exclusão social consensualizada a nível europeu, associada a um conjunto de indicadores;
 - b. ausência ou dificuldade em aceder a dados de fontes oficiais estatísticas com um adequado nível de desagregação territorial (bairro, freguesia, concelho). A inexistência de informação disponível por áreas geográficas mais pequenas tende a standardizar determinados fenómenos, camuflando a variação e a heterogeneidade interna a cada concelho;
 - c. o cálculo de taxas para standardizar as diferenças da dimensão populacional entre territórios se apresenta a vantagem de permitir comparações entre áreas, tem o inconveniente, por um lado, de poder ocultar a existência de diferenças intra e inter concelhias, nomeadamente a existência de pequenas bolsas de pobreza; e, por outro, da expressão geográfica de um determinado fenómeno poder não corresponder à sua relevância social ou económica em termos nacionais;
 - d. inexistência de uma actualização permanente dos dados de fontes oficiais³;
 - e. ausência de indicadores de relevo por concelho⁴, exigindo a selecção daqueles que permitem uma aproximação a determinadas dimensões da exclusão social;

² Um mesmo nível de pobreza de uma população localizada pode ser o resultado quer de um território que fomenta a pobreza (ex. uma crise produtiva que afecta o desenvolvimento social da população), quer de um território que concentra bolsas pobreza (ex. mecanismos de homogeneização e segregação sócio-espacial que conduzem certos territórios a concentrar populações mais desfavorecidas).

³ Grande parte das variáveis utilizadas por concelho são recolhidas de 10 em 10 anos, através dos Censos.

⁴ Apenas a título ilustrativo refira-se a importância de alguns dados relevantes, independentemente da sua desagregação territorial: trabalho infantil; toxicodependência; população sem abrigo, grupos étnicos, situações de desemprego voluntário...

- f. Os indicadores estatísticos permitem perceber grandes assimetrias e dão conta do nível macro e estrutural das condições objectivas em que decorre a vida dos indivíduos. Impossibilitam, no entanto, a aproximação às dimensões subjectivas que captam o sentimento, percepção e avaliação face à satisfação dos seus desejos e necessidades. Seria, pois, relevante compreender de que forma os recursos e condições individuais ou colectivas influenciam os níveis de satisfação (e idealmente, como estes níveis de satisfação podem ter repercussões no comportamento e assim afectar os recursos e condições).

O estudo que aqui se apresenta apenas recolheu dados à escala do concelho tendo por base duas tipologias: uma relativa às situações de pobreza e exclusão social, a outra relacionada com a caracterização do território em termos urbanos e rurais (cf. capítulo 3).

No caso concreto das duas tipologias elaboradas pode destacar-se como principal potencialidade o facto de permitir contrariar algumas das limitações da natureza das tipologias. Concretamente, a tipologia das situações de pobreza e exclusão social possibilitou definir e caracterizar os territórios de uma forma não muito dicotómica, ou seja, tornou possível agrupar várias variáveis que tendem a estar relacionadas, cruzando, pela primeira vez, alguns dos traços da exclusão social com a especificidade dos territórios em termos das suas características urbanas e rurais.

De realçar, tal como o fez Capucha, que tem sido “a intervenção política a estar na base de boa parte dos estudos que colocaram a questão dos territórios da pobreza no centro da análise, realizados ou no quadro de processos de avaliação de programas, ou como instrumentos de diagnóstico em projectos locais (...) Muitas medidas e programas da última década tiveram como eixo de intervenção o próprio território. A lógica de aproximação às pessoas não é feita em função de problemáticas específicas, mas das zonas onde elas se encontram concentradas e onde tais problemáticas se cruzam.” (Capucha, 2000a: 13)

Sumário Executivo

A análise efectuada teve por base o tratamento estatístico de um conjunto de dados, recolhidos com base em duas matrizes. Uma dessas matrizes visava tipificar o território em termos das suas características rurais e urbanas; a outra tinha por objectivo tipificar as dinâmicas de exclusão. Procurava-se, pois, determinar as principais relações entre variáveis, tendo correspondido o tratamento ao cálculo das principais medidas estatísticas de centralidade e de dispersão, bem como do coeficiente de correlação entre variáveis. A transformação dos dados nas duas tipologias acima identificadas foi realizada a partir de um método de análise factorial de componentes principais. O procedimento utilizado permitiu distinguir seis grandes tipos de territórios que, em traços muito genéricos, podem ser caracterizados da forma que a seguir se apresenta.

Os **Territórios moderadamente inclusivos** (tipo 1) foram considerados os mais favoráveis na medida em que descrevem uma situação em que todos os indicadores explicativos são positivos. Neste tipo nenhum dos indicadores da desafiliação é relevante para a definição do tipo, o que significa que a este nível e em termos esquemáticos não existem situações muito marcadas nem positiva nem negativamente, tornando, assim, estes territórios distintos face àqueles que integram os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). O que de facto o caracteriza em termos de tipo ideal, que é do que se trata aqui, são as situações positivas do ponto de vista da desqualificação objectiva, isto é os atributos que podem determinar a inclusão ou exclusão nos principais sistemas sociais como o da educação, o do emprego, da habitação, traduzidos pela existência de baixos níveis de desemprego e de desemprego de longa duração, níveis positivos de escolarização ao nível do analfabetismo e das taxas de abandono escolar e de saída antecipada, boa situação naquilo que diz respeito aos alojamentos sobrelotados. Por outro lado, este tipo descreve ainda uma situação favorável do ponto de vista da dimensão privação, naquilo que diz respeito aos indicadores beneficiários do RMG, IRS per capita e rácio pensionistas por pessoa empregada.

De notar que este é um tipo definido por um “cacho” de características e que mesmo se considerarmos valores médios eles nunca traduzem os valores de topo se exceptuarmos o caso dos beneficiários do RMG. Isto significa que não é aqui que encontramos as mais baixas taxas de desemprego ou de analfabetismo, mas valores médios favoráveis. Simplesmente concentram-se aqui valores positivos nas sub-dimensões referidas.

Convém notar relativamente a este tipo que por concentrar as situações que acumulam atributos positivos não estamos a falar de situações ideais ou desejáveis. Por um lado, e isso prende-se com o método das tipologias trata-se aqui de uma simplificação que neste caso operou através da determinação de valores médios que pode escamotear casos isolados menos compatíveis com esta definição. Por outro lado, pelo facto de se trabalhar com um universo que é o nacional e não com padrões normativos que estabelecem as situações

ideais estamos a distinguir casos no panorama do país que como se sabe, não exhibe uma situação desejável.

Os **Territórios de contrastes e base turística** (tipo 2), à semelhança do 3 e do 5, são dos mais identificáveis do ponto de vista da sua relação com um território específico e administrativamente determinado. De facto, a maioria dos concelhos que o integram pertencem ao Algarve, e os traços que o definem estão fortemente associados à principal actividade desenvolvida nessa região que é o turismo. Distinguindo-se em termos de desafiliação nos seus aspectos mais relacionados com a criminalidade e a presença de imigrantes, este tipo dá conta ainda dos efeitos de um crescimento económico acelerado e descontínuo do ponto de vista da actividade e dos vínculos laborais, evidenciando contudo, uma situação favorável do ponto de vista das sub-dimensões escolarização e emprego/desemprego no que se refere à dimensão desqualificação social objectiva. Não se distinguindo particularmente nos valores associados à privação dá, contudo, conta de uma dinâmica demográfica positiva, na medida em que apresenta um rácio de pensionistas face à população empregada favorável o que tem repercussões também sobre o nível de vida do conjunto da população, dado o baixo nível de rendimentos que auferem parte importante dos pensionistas portugueses.

Os aspectos negativos patenteados por este tipo nomeadamente, a mais alta taxa de criminalidade entre todos os tipos, o mais alto peso de população infectada com HIV e a percentagem de pessoas em alojamentos não clássicos, são o outro lado deste processo acelerado de crescimento da actividade turística. A combinação de sazonalidade das actividades com a existência de propriedades vagas durante parte importante do tempo, a concentração de pessoas (em muitos casos estrangeiros) com situações materiais favoráveis (de facto ou supostas) poderão ser algumas das razões para estas taxas de criminalidade. Ainda a flutuação dos fluxos populacionais e a dinâmica turística associada ao lazer podem estar igualmente na base da incidência tão forte de casos de HIV. A sazonalidade do trabalho e a atracção de forasteiros para tarefas exigentes do ponto de vista da intensividade da mão-de-obra, mas descontínuas poderá explicar as altas taxas de pessoas em alojamentos não clássicos.

Finalmente, o número de estrangeiros, considerado como um indicador de desafiliação tem neste caso uma dupla leitura: por um lado, assiste-se à fixação de pessoas de outros países (normalmente ocidentais) que procura encontrar um estilo de vida diferente e que não gera, nem tende a traduzir problemas importantes de desafiliação, nem de privação. Outro tipo de questões se coloca com os estrangeiros, provenientes de países mais pobres (africanos, brasileiros ou recentemente da Europa de Leste) designadamente pelo facto de serem alvo de formas de exploração traduzidas em trabalho mal remunerado e desprotegido em termos de benefícios e direitos e de serem sujeitos a formas de marginalização e de racismo.

Os **Territórios ameaçadores e atractivos** (tipo 3) descrevem o lado mais dinâmico do desenvolvimento do nosso país, designadamente aquele que se reflecte nas condições e modos de vida das populações das grandes metrópoles como Lisboa e Porto e um conjunto de outros territórios que se desenvolveram na sua periferia ou à sua semelhança. São territórios que do ponto de vista da área que ocupam têm uma pequena expressão representando contudo uma parte importante da população portuguesa (32,2%), o que reflecte a litoralização dos pólos mais dinâmicos em termos de produção e decisão.

O contraste com a realidade do país é patente se atendermos ao elevado número de indicadores explicativos deste tipo (18 dos 25 indicadores). A maioria destes dá conta de uma situação favorável relativamente aos outros tipos, sobretudo ao nível dos indicadores que operacionalizam algumas sub-dimensões da desqualificação social objectiva particularmente no que toca à escolarização (baixa taxa de analfabetismo, de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de saída antecipada do ensino), à qualificação profissional (baixo peso dos trabalhadores desqualificados) e à situação face ao emprego (baixa taxa de desemprego de longa duração).

Ao nível dos indicadores relativos à dimensão privação, é também favorável a situação descrita pelo conjunto de indicadores tidos como explicativos (médias elevadas de IRS per capita, de Índice de Poder de Compra e ao nível do Valor médio anual das pensões processado, baixo rácio de Pensionistas face à população empregada e peso pouco expressivo de Famílias com cinco ou mais elementos).

Contudo, deve ter-se presente que estando a abordar territórios muito heterogéneos do ponto de vista urbanístico, económico e social e tendo em conta que a desagregação territorial dos indicadores em causa não revela as disparidades intra-concelhias, acaba por se escamotear a variação interna a cada concelho, ocultando-se a existência de bolsas de pobreza.

Basta assim, analisar a sub-dimensão relativa às condições de habitação para ficarem bem patentes os contrastes que caracterizam estes territórios. A existência de valores elevados ao nível do peso dos Alojamentos não clássicos face aos clássicos e dos Alojamentos sobrelotados dá conta dessa dualidade na repartição dos benefícios do desenvolvimento, atraindo população que procura justamente participar da riqueza gerada, mas que acaba por se encontrar em condições muitas vezes piores que as de origem.

Naquilo que diz respeito à desafiliação, a análise dos indicadores explicativos torna mais uma vez evidentes esses mesmos contrastes já que se por um lado, se encontram valores positivos ao nível da taxa de pessoas institucionalizadas, no que diz respeito às Famílias monoparentais, os valores são dos mais elevados do conjunto dos tipos, o mesmo

acontecendo com o indicador da presença de estrangeiros. Por seu lado, os valores elevados ao nível da Taxa de criminalidade dão conta de fracturas sociais e da existência de grupos marginais que não participam do processo de melhoria de condições de vida, dando expressão a tais formas de exclusão, muitas vezes da forma mais violenta.

Os **Territórios envelhecidos e desertificados** (tipo 4) descreve uma realidade que está nos antípodas daquela que conhecem os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). Trata-se de uma extensão importante do território continental (20% dos concelhos), onde reside uma fatia diminuta da população portuguesa (4,9%). São os territórios esquecidos desse desenvolvimento, primeiro litoralizado e depois organizado numa rede de cidades médias e ao longo dos eixos viários mais importantes.

As características deste tipo estão fortemente associadas ao sub-desenvolvimento destes territórios, essencialmente envelhecidos, desertificados, deficitários do ponto de vista das infraestruturas e subsistindo predominantemente com base na actividade agrícola. Mais uma vez o contraste com a realidade do país é marcada pelo número de indicadores explicativos do tipo (21 em 25).

Aqui mesmo os indicadores que apresentam valores positivos poderão ter subjacentes razões que se prendem mais com a letargia social, económica e demográfica que com qualquer capacidade integradora gerada nestes concelhos. É o caso dos indicadores Taxa de monoparentalidade que obviamente é também um fenómeno associado a modos de vida urbanos e a quadros de valores menos tradicionais do que os das populações rurais, mas também a Percentagem de avós com netos ou de crianças em amas e creches. De facto, quando atendemos a outros indicadores seleccionados para operacionalizar a dimensão desafiliação obtemos um retrato de isolamento e institucionalização em que as pessoas idosas não cumprem sequer a função de suporte e guarda das gerações mais novas pelo menos naquilo que diz respeito a famílias constituídas por avós com netos. O peso das famílias constituídas por um indivíduo, tendo esse mais de 65 anos, têm neste tipo os valores mais elevados entre todos os tipos, o mesmo acontecendo com o indicador Taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos e a Taxa de institucionalização.

É também a fraca dinâmica destes concelhos que estará na base da sua baixa percentagem de estrangeiros, já que não constituem pólo de atracção das migrações laborais e só em casos muito pontuais o são para estrangeiros que procuram disfrutar de amenidades locais. E será a desertificação e o empobrecimento a explicar igualmente a baixa Taxa de criminalidade.

Ao nível da desqualificação social objectiva o panorama é de facto, preocupante se atendermos ao valor da taxa de analfabetismo, a mais alta de todos os tipos - com concelhos a chegarem aos 32,1% -, facto que seguramente estará associada ao peso dos idosos no

conjunto da população. O mesmo sucede relativamente ao peso relativo da População com deficiência em que se regista também a situação mais preocupante no conjunto dos tipos, mais uma vez relacionado com o envelhecimento da população, ainda que outros factores que aqui não podemos analisar como o acesso aos cuidados de saúde, deveriam merecer atenção em aprofundamentos futuros deste ou de outros estudos.

Contudo, em todos os outros indicadores a situação parece favorável. Os efeitos da desertificação demográfica e da estagnação económica acabam por estar tão consolidados que têm este efeito de algum modo inesperado. Assim, encontramos médias favoráveis ao nível do Abandono escolar precoce e da Saída antecipada do sistema de ensino que estarão relacionadas com a inexistência de alternativas atractivas à escola, o que revelando a situação de desolação destes conselhos não deixa de ter efeitos benéficos do ponto de vista das crianças e jovens.

O mesmo se passa com as taxas de Desemprego e de Desemprego de longa duração, já que apresentam valores favoráveis, situação que poderá estar relacionada com um equilíbrio entre a oferta e a procura já operada por via da migração dos locais para territórios mais dinâmicos do país ou do estrangeiro. Esta situação tem reflexos nas condições de habitação tal como elas foram operacionalizadas através dos indicadores Percentagem de pessoas a viver em alojamentos não clássicos face aos alojamentos clássicos e Alojamentos sobrelotados. Estes registam valores bastante próximos dos territórios com a situação mais favorável no primeiro caso, e a média mais baixa entre todos os tipos, no segundo.

Este panorama torna previsíveis os resultados que se obtêm ao nível da privação, tornando clara a situação de empobrecimento das famílias e pessoas residentes nestes concelhos. Assim o IRS per capita, o Índice de Poder de Compra, os valores do rácio entre o Total de pensionistas sobre a população empregada e o Valor médio das pensões confirmam este diagnóstico com quase todos os indicadores a atingirem os seus valores mais preocupantes entre todos os tipos ou a andarem muito próximos deles. A excepção recai no baixo peso de beneficiários do RMG, situação que se apresenta favorável, o que se explica se pensarmos no peso da população que é coberta por pensões e no facto de serem muito residuais as situações em que um idoso tem a seu cargo uma criança ou jovem menor.

Os **Territórios industriais com forte desqualificação** (tipo 5) são de novo um contraste. Com o terceiro maior peso da população (18,6%) em 12,9% dos concelhos do continente, encontra-se numa mancha muito localizável na bacia industrial do Porto (concentrando-se sobretudo no Vale do Ave, Tâmega e no Cavado). Caracteriza-se, tendencialmente, pelo dinamismo demográfico expresso através do maior peso da população entre os 0 e os 14 anos e das famílias numerosas entre todos os tipos, uma forte dinâmica económica assente sobretudo na indústria, bem como pela concentração da grande maioria da população em aglomerados com menos de 5000 habitantes com deficiente infraestruturação. Os valores

são aqui extremados na grande parte dos indicadores o que marca a especificidade deste tipo.

Estamos aqui perante a “sociedade-providência”, de que fala Boaventura Sousa Santos (1994: 114), a funcionar. Os indicadores da institucionalização são os mais baixos do continente, o peso das famílias numerosas e os alojamentos sobrelotados são também altos sugerindo fortes dinâmicas de inter-ajuda familiar e informal que se propõem como alternativas à institucionalização dos idosos. O mesmo tipo de análise se pode fazer relativamente ao baixo peso de crianças em amas e creches ainda que tanto num caso como no outro os dados possam sugerir simultaneamente um baixa procura ou uma escassa capacidade de resposta, sendo certo que se a procura existe ela não é suficiente para dinamizar de forma satisfatória o potencial de oferta.

A dinâmica socio-económica destes concelhos responde não só às necessidades de reprodução social (no sentido das actividades que asseguram a subsistência dos indivíduos activos e inactivos), através dos mecanismos formais, mas também informais, mas responde também às necessidades de produção de acordo com um modelo de organização do trabalho intensivo, mal remunerado e sub-protegido em termos de direitos (muitas vezes assente também na mão de obra infantil), de tal forma que a função que, geralmente, cumpre o trabalho de baixos encargos realizado por estrangeiros não é aqui requerida, pelo que a taxa de estrangeiros assume aqui o seu valor mais baixo.

De facto, ao analisar os indicadores da desqualificação social objectiva verificamos estar perante uma população jovem, mas com muito poucos recursos escolares e de qualificação, traduzidos na mais alta Taxa de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, de abandono escolar precoce, de saída antecipada do sistema de ensino e ainda nos elevados valores de indivíduos que desempenham profissões desqualificadas. A desqualificação e de uma forma geral a desvalorização da mão-de-obra reflecte-se em altas taxas de desemprego e sobretudo de desemprego de longa duração.

Ao nível da privação a situação é pouco clara, já que se registam aqui valores baixíssimos de IRS per capita ainda que o IPC não se mostre explicativo, isto é não apresente valores significativamente divergentes das médias nacionais. O elevado peso das famílias numerosas e os dados sobre a desqualificação social objectiva não podem senão sugerir a vulnerabilidade a situações de pobreza a que estão expostas estas pessoas. Mais uma vez os mecanismos informais de inter-ajuda bem como a conhecida pluriactividade e plurirendimento destas famílias (Almeida; 1986) evitarão, contudo, situações mais graves do ponto de vista social.

Dados novos sobre a conjuntura internacional anunciam, no entanto, o colapso deste modelo produtivo e social assente nos baixos salários e na retaguarda dos mecanismos de

interajuda familiar e informal, já que do ponto de vista dos custos a concorrência é forte por parte de países que praticam salários mais baixos e também por países que detêm uma população activa mais qualificada, já que a afirmação nos mercados é conseguida, cada vez mais, através do investimento na concepção (imagem, conceito).

Os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) retratam de novo uma situação que abrange um número significativo de concelhos, o segundo mais importante a este respeito, aliás, representando uma fatia bem mais pequena no que toca à população abrangida. São concelhos que se distribuem pelo interior do país, mas sobretudo no Norte e no Alentejo. As semelhanças com os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) são algumas e tal como neste tipo, descreve-se a situação de territórios envelhecidos com fracas competências escolares, qualificações profissionais e economicamente deprimidos. Existem, contudo, diferenças importantes, que se poderão relacionar com a menor intensidade do processo de abandono destes territórios pelos mais jovens.

Assim, encontram-se neste tipo os segundos valores mais baixos em termos de envelhecimento e de idosos a viverem sós, depois dos registados nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). Todavia, no que diz respeito às famílias de avós com netos, os seus valores estão nos antípodas daquilo que sucede no tipo 4, já que têm os valores mais elevados de todos os tipos. Se o êxodo destes territórios já se iniciou ele não resultou no corte completo com as gerações mais velhas que cumprem ainda uma função tomando a seu cargo os menores. Obviamente, não se pode esquecer que este indicador dá conta de situações de grande fragilidade, já que se trata de um só adulto com crianças a cargo, situação que aparece agravada pelo facto de serem tão baixos como veremos, o Valor médio anual processado de pensões.

Por outro lado, e ainda no que diz respeito à desafiliação, tal como nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), a criminalidade e a imigração têm valores muito baixos. As semelhanças entre os dois tipos estendem-se ainda aos números da taxa de analfabetismo. Contudo, já no que diz respeito ao abandono escolar os valores são bastante mais elevados aproximando estes concelhos dos Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5 (aquele cuja média é a mais alta). Uma situação semelhante passa-se relativamente à taxa de desemprego que assume aqui o seu valor mais elevado entre todos os tipos.

É fácil de prever que este panorama de desqualificação e de desemprego resulte numa situação bastante desfavorável no que diz respeito à dimensão Privação. Com quase todos os indicadores seleccionados para este estudo nesta dimensão a concorrerem para a explicação do tipo, à excepção das Famílias com cinco e mais elementos, ele regista os piores valores de IRS per capita, de Beneficiários do RMG e do Valor médio anual processado de pensões. Quanto à Percentagem de poder de compra o seu valor para os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) está muito pouco acima do valor dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (o mais baixo entre todos), o mesmo se

passando com os Pensionistas face à população empregada.

Obtém-se aqui o retrato de territórios empobrecidos e desqualificados com problemas que atingem proporções preocupantes e afectam não só as gerações adultas mas as próximas gerações. A exclusão aqui está associada não tanto ao corte dos laços sociais mas é sobretudo aquela que se prende com a insuficiência de recursos para suprir as necessidades ou dos meios para os obter (a desqualificação). Temos contudo, um cenário que não se aproxima ainda da desertificação e isolamento generalizado, existem ainda pessoas que mesmo desempregadas esperam ainda por uma oportunidade e jovens que se mantêm nos concelhos, mesmo se as suas perspectivas são limitadas e os seus recursos escassos. Cumpre, contudo, aos decisores estar atentos porque este pode não ser senão o estágio anterior ao da desertificação e morte social destes territórios.

1. Estado da arte

Considerou-se relevante fazer um balanço sobre o estado de conhecimentos, sobretudo, porque se dá conta das dificuldades inerentes a qualquer processo de tipificação das situações de pobreza territorializada, mas também porque ficam reunidas as dimensões, variáveis e indicadores que têm sido utilizados em pesquisas de natureza muito diferente.

1.1. O estatuto das tipologias

A utilização da análise tipológica neste estudo permite-nos dispor de uma ferramenta de análise que procurará aprofundar a compreensão das dinâmicas de geração de fenómenos de pobreza e exclusão social no território português continental. A construção de tipologias é um dos procedimentos mais generalizados quer nas ciências sociais quer nas ciências experimentais (Schnapper; 1999) “Ordenar os materiais recolhidos, classificá-los segundo critérios pertinentes, encontrar as variáveis escondidas que explicam as variações das diferentes dimensões observadas, tais são os objectivos mais correntes de uma tipologia” (Demazière et al.; 1997).

Trata-se de uma “uma reconstrução interpretativa da realidade” (Passeron; 1991), uma “operação de estilização da realidade social para melhor a compreender”. Não é assim, uma descrição da realidade mas “um sistema pensado de relações abstractas.” (Schnapper; 1999) que estabelece “ilhas de inteligibilidade”.

Schnapper relaciona a análise tipológica com uma concepção particular do projecto sociológico, entendida como um “instrumento de clarificação do real e de inteligibilidade das relações sociais, que consiste em comparar os resultados dos inquéritos com uma ideia abstracta construída pelo investigador em função do seu ponto de vista.” (1999).

O uso de tipologias ou ideais-tipo foi desenvolvido por Weber (1992) que os definia como “ideais num sentido puramente lógico (...) [distintos] da noção de dever ser ou de ‘modelo’”. O ideal tipo não é um ideal no sentido de utopia e de apreciação com base em juízos de valor, é assim, antes um processo de construção lógica sobre a realidade.

O ideal-tipo é definido como uma esquematização do objecto de pesquisa, que orienta a observação do real, um instrumento de compreensão sociológica. Obtém-se através da ênfase de uma ou várias facetas determinantes da realidade e da ordenação dos fenómenos em função de cada uma destas dimensões analíticas seleccionadas. Deste modo forma-se um quadro de pensamento homogéneo, organizado segundo tais dimensões de análise que não corresponderá cuja “pureza conceptual” não se “encontrará em parte nenhuma”. É importante distinguir pensamento classificatório e o pensamento tipológico, ainda que sejam ambos recursos da pesquisa científica. O que se pretende não é apenas distinguir num universo (indivíduos, grupos de indivíduos, factos sociais, etc.), grupos que de acordo com um determinado ponto de vista se possam considerar homogéneos. (Grémy e Le Moan; 1977 cit. por Schnapper; 1999). O seu objectivo é introduzir elementos de

compreensão das condutas dos indivíduos, das dinâmicas sociais numa perspectiva mais ampla e mais histórica das sociedades. (Schnapper; 1999). Neste sentido, trata-se no caso do presente estudo, não só de encontrar categorias que distingam formas de pobreza, mas de lhes dar sentido numa perspectiva das dinâmicas de urbanização dos territórios. Não se pretende aqui descrever formas de pobreza mas de interpretar a sua emergência à luz de processos diferenciados de organização territorial.

Um ideal-tipo é assim, uma proposta de conceptualização simplificando e clarificando a realidade propondo uma “ordem inteligível” de compreensão da diversidade social. De uma certa maneira, “é toda a actividade de conhecimento racional que releva da construção de tipos ideais.” (Schnapper; 1999).

1.2. As tipologias de pobreza e a dimensão territorial

A dificuldade de construir tipologias empíricas que traduzam a diversidade de situações de pobreza e exclusão social implicou, numa primeira fase, a exploração de algumas tipologias já construídas por diferentes grupos de investigadores. A apresentação baseia-se, exclusivamente, em bibliografia portuguesa sobre esta temática, embora se faça uma breve apresentação aos trabalhos desenvolvidos por Serge Paugam, por estes servirem de referência a alguns dos estudos desenvolvidos por autores portugueses e também para este estudo.

Embora não se pretenda aqui abordar a temática da qualidade de vida, importa referir que alguns estudos têm sido desenvolvidos sobre esta perspectiva de análise pondo-se em destaque a diversidade de áreas, componentes ou domínios onde se desenrola a vida quotidiana dos indivíduos. Para Setién (1993: 62) as componentes da qualidade de vida “podem incluir desde a vasta lista de necessidades, recursos e valores individuais até à consideração das preocupações, problemas e objectivos sociais que configuram a política social”. Por outro lado, e apesar das controvérsias quanto à definição do conceito, a qualidade de vida tem sido associada a condições objectivas de vida, expectativas e aspirações de grupos sociais que se projectam em necessidades e se confrontam com um conjunto de recursos e oportunidades. Para Solomon et al (1980) trata-se um conceito inclusivo que cobre todos os aspectos da vida tal como são experimentados pelos indivíduos: satisfação material das necessidades; desenvolvimento pessoal e enquadramento ambiental.

Paugam (1996) constrói uma tipologia das situações de pobreza que se reporta s formas estabilizadas e construídas socialmente de relações de troca entre grupos sociais desiguais no seio de sociedades globais. Não se refere a sociedades concretas ainda que possam servir de padrão para a análise dessas mesmas sociedades. Os tipos assim criados são: a pobreza integrada, a pobreza marginal e a pobreza desqualificante.

A pobreza integrada remete para a pobreza no sentido tradicional mais que para a exclusão social. Os pobres nestas sociedades são numerosos e a sua situação é pouco contrastante com a de outras camadas da população, por isso a sua situação não está associada a um estatuto desvalorizado. Parte dos recursos provém da economia paralela e ainda que o nível de vida das pessoas seja baixo, elas continuam inseridas nas redes sociais organizadas em torno da família, do bairro ou da comunidade. Os problemas que se põem não são propriamente os de um grupo social, mas os de um território que é ele próprio pobre pelo que as questões a resolver devem ser as do desenvolvimento do território em geral. Estas situações associadas a sociedades sub-industrializadas manifestam a persistência de formas de protecção social assegurada através dos laços informais e de proximidade. Esta situação é associada às sociedades mediterrânicas em que o trabalho na economia informal ocupa os desempregados que estão de facto integrados no sistema social. A pobreza é uma

componente do sistema social no seu conjunto e contribui para a sua regulação.

A pobreza marginal remete para a questão tanto para a pobreza no sentido tradicional, como para a exclusão social. Nesta situação os pobres e os excluídos constituem apenas uma franja da população, são os inadaptados, aqueles que não foram bem sucedidos em acompanhar o ritmo do crescimento e as normas impostas pelo desenvolvimento industrial. O estatuto social destas pessoas é desvalorizado e do ponto de vista da sua relação com a sociedade, ela é fundada na tutela por parte das instituições e profissionais do social. São formas de relação social características das sociedades industriais avançadas e em expansão em que as conquistas sindicais permitiram consolidar os mecanismos estatais de protecção social e limitar a importância do desemprego.

A questão da pobreza desqualificante remete para a noção de exclusão social, por oposição à noção de pobreza. Não se trata já de franjas marginais ao sistema, daqueles que não conseguiram adaptar, mas sim de um grupo cada vez mais numeroso, aqueles que sendo rejeitados da esfera produtiva se encontram dependentes das instituições sociais. A crescente instabilidade cria situações de angústia colectiva e as formas de precariedade múltipla difundem-se largamente para além dos fenómenos de pobreza geracional. Os mecanismos que contêm os fenómenos de exclusão nas sociedades tradicionais, as solidariedades familiares e a economia informal estão enfraquecidos pelo que as desvantagens são cumulativas: à fraqueza dos rendimentos juntam-se a fragilidade dos laços sociais e familiares, limitação da participação na vida social institucionalizada, bem como a experiência de inutilidade social. A amplitude do fenómeno em sociedades como a francesa e a inglesa (as mais próximas deste tipo) tornam-na a “nova questão social”.

1.2.1. O caso português: as dinâmicas de desenvolvimento territorializadas

No caso português, não se pode deixar de fazer referência a três “espacialidades” que marcaram a análise das dinâmicas de desenvolvimento do país, ainda que não tivessem propriamente explicitadas preocupações com as questões da exclusão até porque, algumas delas, são bastante anteriores ao discurso sobre a exclusão formulado tal como o conhecemos hoje. João Ferrão resume-as brevemente pelo que se recorre aqui à sua sistematização (2002) Este autor mostra como estas “espacialidades” macrorregionais em combinação se reflectem no território português. A primeira “característica do Portugal tradicional” corresponderia à dicotomia Norte/Sul desenvolvida inicialmente no final do século XIX por Alberto Sampaio e Basílio Telles recorrendo a explicações de natureza étnica. Posteriormente esta divisão foi revista nos seus termos e nas suas bases explicativas por Orlando Ribeiro, já em meados do século XX, com base nas categorias “mundo mediterrâneo” e do “mundo atlântico” reconhecendo ainda especificidade à zona

montanhosa correspondente a Trás-os-Montes. Ao Portugal moderno, corresponderia a oposição litoral/interior enquanto produto de processos de modernização social e económica. Foi Adérito Sedas Nunes quem propôs esta visão de Portugal dualizado, não só do ponto de vista territorial mas também do ponto de vista económico e social em que se realça a faixa entre Braga e Sines, incluindo uma extensão crescente da orla algarvia em resultado da abertura externa do país, que neste caso se traduz nos efeitos da actividade turística.

João Ferrão defende que estas espacialidades ainda não perderam sentido, mas que uma outra forma de organização territorial está a emergir: organizada em arquipélago, produto de novas mobilidades e da sociedade da informação. A terciarização da estrutura de emprego em Portugal teria reforçado o papel das cidades como pólos de atracção de mão-de-obra levando à formação de aglomerações em torno destas, muitas vezes, com traços de ruralidade. Por outro lado, os melhoramentos que conheceu a rede viária, bem como a possibilidade de acesso a meios de transporte rodoviários individuais teria levado ao aparecimento de “ilhas” ligadas entre si por auto-estradas e sistemas públicos de transporte esquecendo os espaços intersticiais entre estas.

1.2.2. Tipologias das situações e grupos atingidos pela pobreza e exclusão social

Em 1992 um grupo de investigadores (Ferreira de Almeida, J. et al., 1992), partindo da identificação de sete categorias sociais atingidas ou ameaçadas pelas características que definem a pobreza¹ analisou as diferenças entre elas no que diz respeito à dimensão e à durabilidade das situações de pobreza². A abordagem centra-se nos modos como estes grupos são afectados pelas dinâmicas sociais, nomeadamente no impacte que têm sobre as posições sociais ocupadas pelos sujeitos. Simultaneamente reforça-se o lado activo associado aos estilos de vida, às representações, interesses, ambições, valores e modos de agir e de pensar dos indivíduos que integram aquelas categorias.

Os autores enfatizam os contextos espaciais e relacionais em que as situações de pobreza se geram e reproduzem, apresentando dois grandes conjuntos de situações contextuais:

- Contextos de continuidade: a pobreza tende a ser vivida como irresistível ou como uma condição natural. Integra-se num espaço de relações sociais em que o subdesenvolvimento constitui a norma e os pobres partilham o essencial dos modos de

¹ A análise qualitativa de 16 Projectos de Luta Contra a Pobreza permitiu identificar as seguintes categorias sociais: idosos pensionistas; agricultores de baixos rendimentos; assalariados com baixo nível de remunerações; trabalhadores precários e da economia informal; minorias étnicas; desempregados; Jovens com fraca escolaridade e qualificação à procura do 1º emprego

² Também estes autores retiveram a dimensão de análise respeitante à existência (real ou virtual) de fluxos de indivíduos e famílias entre as várias categorias identificadas: “Como sempre acontece com qualquer esforço de tipificação, as compartimentações não são estanques nem definitivas e apenas pretendem propor indicações heurísticas” (Ferreira de Almeida, J. et al., 1992: 105).

vida e dos tipos de consumo com amplos sectores sociais envolventes. Trata-se de espaços de subdesenvolvimento local e regional, privados de significativos pólos de crescimento (ex.: do nordeste transmontano à serra algarvia).

- Contextos de contrastes: Claras descontinuidades entre pobres e não pobres, fortes heterogeneidades do tecido social em que os grupos de fracos recursos mantêm contacto quotidiano com grupos não carenciados ou, pelo menos, têm esses grupos na sua visibilidade directa. Trata-se de territórios mais diversificados nas oportunidades de actividade económica, mais dotados de recursos, de infra-estruturas básicas, de equipamentos colectivos e de serviços públicos (ex.: do litoral do país). Existem, contudo, diferentes forma de integração urbana que traduzem situações de continuidade, como por exemplo, os pobres que residem há mais tempo na cidade dispersando-se por diferentes bairros ou de maior contraste como as concentrações de habitação espontânea (ex.: bairros de barracas) ou de bairros sociais.

Capucha (2000a) retomando a abordagem do estudo anteriormente referido aponta para a importância de verificar as dinâmicas que no espaço de dez anos ocorreram em Portugal³ e para a necessidade de “romper com visões da relação entre espaço e pobreza reificadas e estereotipadas – como as de pobreza rural/urbana – para procurar os processos que se associam à identificação dos territórios” (Capucha, 2000a: 10). Para o autor, estes processos implicam dois tipos de abordagens:

- Formas dos habitantes construírem os territórios. Trata-se de verificar as marcas que fazem contrastar ou assemelhar cada sítio com os outros e de como se distribuem no espaço as diferentes categorias sociais;
- Formas como os territórios são representados pelos agentes. Trata-se de distinguir a visibilidade de cada uma das configurações territoriais criadas por processos de concentração/dispersão daquelas categorias e de dissimulação/oposição.

Embora considere importante reter a variável território nos estudos sobre a pobreza, Capucha reconhece que ainda não é muito conhecido o efeito que o espaço tem sobre a produção e reprodução da pobreza. No entanto, “não se gere o equívoco de que a pobreza tem a sua origem nas micro-estruturas dos seus próprios territórios. Pelo contrário, os factores mais poderosos encontram-se na lógica do funcionamento do sistema produtivo, dos mercados de trabalho, da educação e da formação, da distribuição do rendimento, da capacidade de influenciar as decisões a todos os níveis do poder, enfim, em todos os campos em que se geram e distribuem as oportunidades de participação social, cultural e económica” (Capucha, 2000a: 12).

³ Para Capucha as principais dinâmicas ocorridas nos últimos 10 anos foram: 1) a acentuação da clivagem entre as regiões rurais periféricas e o litoral; 2) a persistência de espaços firmemente demarcados, nas áreas urbanas e periurbanas, de concentração de grupos pobres; 3) o crescimento da pobreza extensa, mas pouca intensa. A pobreza tende a ser invisível porque as pessoas dispersam-se, encobrem-na ou dissimulam-na.

Uma equipa coordenada por Teresa Barata Salgueiro (1997, 2000) desenvolveu um estudo que procurava identificar os espaços socialmente marginalizados e perceber quais as dimensões que estão na base dos processos de marginalização na área metropolitana de Lisboa⁴.

- A autora refere que a distribuição dos diferentes grupos sociais pelo território metropolitano é condicionada pelas características deste e reflecte-se no processo de produção do espaço. A marginalização dos territórios corresponde, assim, a uma representação negativa desses espaços e anda associada:
- à presença de condições inferiores às da norma em termos de acessibilidade, infra-estruturas e serviços;
- à acumulação de actividades ou populações marginalizadas em determinados locais;
- ao abandono pelos investimentos, por diminuição da rentabilidade da ocupação face ao crescimento de oportunidades de investimento noutros locais.

A autora refere, ainda, que a marginalização dos territórios pode decorrer da má qualidade do ambiente urbano, da não integração urbana (descontinuidade e afastamento em relação ao tecido construído), de impedimentos legais com reflexos no valor do solo e dos próprios mecanismos de produção urbana.

Uma equipa coordenada por Luís Capucha (1998) partindo da natureza dos problemas que se colocam aos diferentes grupos sociais de desfavorecidos no campo da inserção sócio-profissional e do tipo de respostas específicas que a sua situação exige, criou uma tipologia assente em quatro categorias⁵.

Os autores deste estudo identificam os principais factores que conduzem a situações de pobreza e exclusão, nomeadamente processos sociais objectivos (influenciadores das condições de existência), dinâmicas subjectivas (formas de reagir a dificuldades quotidianas, identidade social prescrita...) e as dinâmicas relacionais (decorrentes da conjuntura sócio-política). A identificação destas causas das situações de pobreza, parecem ser fundamentais, já que permitem cruzar problemas objectivos com problemas subjectivos, através do sentido dado pelos próprios actores sociais às suas vivências, às suas reacções aos estigmas e às formas encontradas para superar constrangimentos situacionais.

⁴ A metodologia adoptada recorreu a técnicas clássicas de análise cartográfica da estrutura residencial e da ecologia factorial, bem como à selecção de variáveis que expressem dimensões sociais e territoriais e proporcionem uma leitura multidimensional das desigualdades. As variáveis utilizadas referem-se, na maioria dos casos, às situações extremas de vantagem e desvantagem de forma a que se obtenha uma expressão clara dos padrões territoriais que expressam as desigualdades nas diferentes dimensões. Para avaliar a dimensão territorial consideraram-se variáveis que expressam, por um lado as características do alojamento e as suas condições e, por outro, a dinâmica de produção residencial.

⁵ Estes autores alertam para os constrangimentos que a categorização da multidimensionalidade da problemática da exclusão coloca em termos analíticos, já que erroneamente parece traduzir uma realidade estanque e autónoma, quando na realidade se assiste a fluxos e sobreposições entre as diversas categorias.

Para Bruto da Costa (1998) a noção de exclusão implica a existência de um contexto de referência do qual se é ou se está excluído. A qualificação de “social” permite interpretá-la como estando relacionada com a sociedade. Por outro lado, a exclusão está intimamente associada à ideia de cidadania, só se atingindo o exercício pleno da cidadania se se tiver acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos. Embora reconhecendo que estes sistemas são fortemente interdependentes e, nalguns casos, estão justapostos, o autor sistematiza os referidos sistemas por tipos.

Os tipos apresentados para as dimensões da exclusão não traduzem realidades estanques ou autónomas, pois, na prática eles aparecem sobrepostos. Muitas vezes, uma forma de exclusão pode ser consequência de outra forma de exclusão. Na maior parte dos casos, a exclusão de um sistema social básico acarreta a exclusão de outros sistemas sociais. Com estes desdobramentos da noção de exclusão pretende-se enfatizar a ideia segundo a qual se a integração na vida económica é fundamental para a inserção social, a sua ausência não é suficiente para explicar a exclusão nas suas diversas formas. O interesse deste modelo conceptual reside no facto de por em evidência domínios e informações que geralmente não são considerados noutras abordagens, sobretudo, por estas serem orientadas pelos dados disponíveis.

Ana Luzia Reis (1998) parte do conceito de risco de exclusão social para definir as situações que combinam uma série de factores com modelos espaciais de desenvolvimento. O risco de exclusão social foi definido, através de três dimensões: privação (incapacidade de acesso a bens de consumo padronizada pelo poder de compra); “desqualificação social objectiva” (des/inserção no mercado de emprego e des/escolarização) e de desafiliação (risco de ruptura de ligação familiar e social).

A operacionalização deste modelo passou pela construção de um índice compósito e pela construção de uma tipologia de modelos espaciais de desenvolvimento. A inscrição territorial do desenvolvimento pode ser observada através: i) organização espacial da estrutura produtiva; ii) intensidade urbana de ocupação do espaço. Através destas duas variáveis criaram-se cinco tipos de modelos espaciais de desenvolvimento para a Região Norte.

Dias et al. (1998) sintetizam num artigo os principais resultados obtidos num estudo conduzido por uma equipa do Departamento de Estatística Prospectiva e Planeamento e dos Comissariados Regionais de Luta Contra a Pobreza (Norte e Sul). O carácter muito localizado da pobreza no território português esteve na base do desenvolvimento deste trabalho que optou em termos metodológicos pelo contacto com os agentes locais, no sentido de se identificarem as principais “zonas de pobreza” existentes em Portugal.

Foi, assim, pedido a todos os agentes locais⁶ que preenchessem um questionário por cada zona de pobreza identificada. Para cada uma das zonas solicitou-se a classificação das diferentes variáveis: graus de incidência (enquadramento social e familiar; saúde, educação; relacionamento dos habitantes com as áreas envolventes e razões de existência dessas zonas) e graus de suficiência (infra-estruturas básicas e equipamentos sociais e de apoio).

Relativamente à análise da inserção territorial das “zonas de pobreza” teve-se em consideração dois níveis: enquadramento geográfico (rural/piscatória, urbano, suburbano) e enquadramento habitacional (zona histórica, bairro social, barracas, zona indiferenciada).

⁶ O painel de observadores locais foi composto por técnicos das seguintes instituições: CRSS, Serviços de Segurança Social e Acção Social das Regiões Autónomas, Câmaras Municipais, todas as Misericórdias e IPSSS, sendo a taxa de resposta de 30%.

2. Uma estratégia para a construção das tipologias

2.1. Pressupostos teóricos da construção da tipologia de exclusão/inclusão

A identificação das dimensões do conceito de exclusão social que deram origem à selecção de indicadores sugere que nos detenhamos brevemente sobre este conceito.

O conceito de exclusão social cuja utilização se difundiu na última década correspondeu por um lado à emergência de dinâmicas sociais particulares, como as transformações dos mercados de trabalho, dos sistemas familiares e as suas implicações nos modelos de protecção social (Paugam; 1996). A extensão do fenómeno veio deslocar a discussão das desigualdades e da precariedade do plano das características individuais para as dinâmicas sociais. Mas a sua utilização remete também para contextos nacionais particulares, estando sobretudo associada ao universo ideológico francófono (Silva; 1998; Berghman; 1995).

A operacionalização do conceito efectuada distingue as dimensões da privação, da desqualificação e da desafiliação.

A noção de privação diz respeito ao acesso a recursos materiais. Esta dimensão remete para a tradição de estudo da pobreza entendida como insuficiência de recursos para manter condições de vida socialmente aceitáveis (Sen, 1985, 1992 cit. por Mingione; 1996).

Quanto à noção de desqualificação, ela procura ultrapassar a associação da pobreza à mera capacidade de mobilizar recursos materiais. A destituição de recursos monetários deve ser analisada considerando um conjunto de circunstâncias pessoais e sociais que impedem por razões de saúde, de ocupação remunerada, de instrução de capital negociável, que se possa a aceder a direitos. A desqualificação social é definida como o descrédito a que são sujeitos aqueles que não participam na vida económica e social, designando também os sentimentos subjectivos da situação que experienciam no curso da sua vivência social e também as relações sociais que estabelecem entre eles e com os outros.

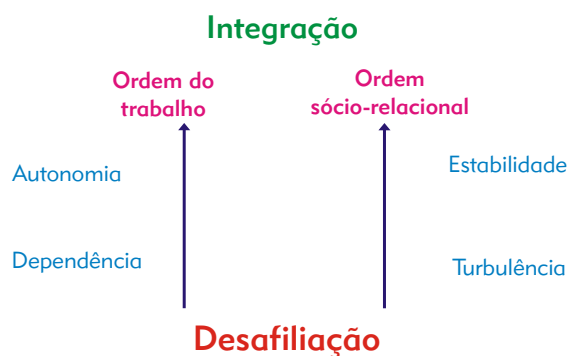
Esta noção surge num quadro do “património político e valorativo” do chamado “modelo social europeu” que associa emprego e protecção social. Dá conta de situações crescentes de quebra do compromisso social por via do crescimento do desemprego e das formas de emprego precário. Trata-se segundo alguns autores da “nova questão social” segundo a qual a precariedade do emprego, a ausência de qualificações, o desemprego resultante do progresso económico geram situações de fractura social entre os que estão “dentro” e os que estão “de fora” (Capucha 2000b), entre os que têm um emprego e por essa via acesso a sistemas de protecção social, a uma identidade profissional, social e pessoal e os que caem em situações de desemprego, de fraca implicação na vida colectiva, de perda progressiva de identidade profissional.

Podemos pois, distinguir as situações de desqualificação objectiva das de desqualificação subjectiva temos por um lado as condições que determinam desvantagem por relação às “estruturas de oportunidades” (qualificações, handicaps objectivos como deficiências, acesso a sistemas que consubstanciam o acesso a direitos básicos como a habitação, etc.) e os sentimentos de inutilidade social, desencorajamento ou mesmo de revolta que advêm dessa situação. Retivemos neste estudo a noção de desqualificação objectiva por forma a identificar as situações que determinam as condições de não pertença.

A ideia de desafiliação remete para a conceptualização de Robert Castel (1991). Este autor propõe uma classificação que distingue os estatutos em função da pertença às ordens do trabalho e sócio-relacional. Entende que as situações de pobreza são o resultado ou efeito de situações que conjugam dois vectores: um eixo de integração (não integração pelo trabalho) e um eixo de inserção (não inserção numa sociabilidade sócio-familiar). Considerando estes dois eixos, Castel distingue a zona de integração, isto é, aquela em que os indivíduos dispõem de garantias de um trabalho permanente e mobilizam suportes relacionais sólidos; a zona de vulnerabilidade que associa a precariedade do trabalho à fragilidade relacional e a zona de desafiliação que conjuga ausência de trabalho com isolamento social.

	Pertença à ordem do trabalho	Não-pertença à ordem do trabalho
Pertença à ordem sócio-relacional	Integração	Assistência
Não-pertença à ordem sócio-relacional	Vulnerabilidade	Desafiliação

O cruzamento dessas dimensões define “quatro modalidades de existência social” segundo um *continuum* que vai do pólo da autonomia ao pólo da dependência ou ainda do pólo da estabilidade ao pólo da turbulência máxima.



A ideia subjacente a esta perspectiva, de que os laços do indivíduos se podem romper quer ao nível da solidariedade primária, quer ao nível da sociedade como um todo é contestada por alguns autores designadamente Luís Capucha (2000b). Este autor discute a ideia de uma divisão entre uma sociedade e uma não sociedade, entre “incluídos e excluídos, não apenas de agrupamentos ou contextos específicos, não deste ou daquele conjunto de recursos ou direitos, mas da sociedade em geral” (Capucha, 2000b). À ideia dos excluídos como “não-explorados” ou exploráveis pelo capitalismo apresentada por vários autores entre os quais

Robert Castel e Serge Paugam contrapõe-se a noção de que se diversificaram os locais onde se processa a exploração. O sector informal do capitalismo moderno, que pode ter um peso substancial no PIB mundial, explora justamente os habitantes de bairros pobres, os desempregados. O caso português é aliás ilustrativo deste argumento. O autor continua “Os excluídos não estão fora do sistema. O sistema é que é mais contraditório e complexo do que às vezes se quer admitir” (idem).

As noções de desafiliação e de desqualificação acabam por ser leituras aproximadas da mesma problemática, salientando contudo dinâmicas diferenciadas. Se por um lado, a noção de desqualificação de Serge Paugam centra na relação com o sistema de emprego o cerne da análise dos processos de exclusão, fazendo depender da quebra na relação dos indivíduos com aquele sistema o processo de ruptura com as outras esferas da vida social, a noção de desafiliação coloca, desde logo, o ênfase na questão do laço social, destacando o papel dos corpos intermédios e das solidariedades formais e informais nos processos de ruptura ou protecção dos indivíduos.

2.2. Pressupostos teóricos da construção da tipologia do rural/urbano

Muito se tem escrito sobre o conceito de rural e urbano. Desde o início dos anos 70 do século XX que se discute a pertinência e validade da dicotomia rural/urbano. O debate tem andado em torno da possibilidade de identificação de fronteiras num mapa ou até que ponto se trata de uma representação social, de uma comunidade de interesses, de uma cultura ou de um modo de vida. De acordo com Mingione e Pugliese esta discussão permitiu chegar ao consenso generalizado de que “(...) não deve atribuir-se a essa dicotomia um valor interpretativo, podendo quando muito aceitar-se como uma forma convencional de agregar questões” (1987: 83).

Um dos argumentos avançados para não se tomar esta dicotomia com um valor interpretativo reside no facto de muitas vezes se terem ocultado fenómenos sociológicos relevantes, resultantes das transformações sociais, mas também por se acentuarem certas clivagens da sociedade, não se evidenciando, assim, os aspectos mais ambivalentes, complexos ou com limites imprecisos. Exemplos relativos à primeira situação prendem-se com a experiência da industrialização em zonas rurais ou a industrialização difusa com fracos efeitos ao nível da urbanização ou mesmo os impactes do processo de terciarização. Com efeito, a representação clássica baseada nesta dicotomia identificava a indústria como cidade, não captando assim estas “manifestações” em meio rural ou atribuindo-lhes mesmo fraca relevância. Ou seja, a utilização clássica ou mesmo algumas classificação mais recentes dos territórios pretendem “representar o conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio outra em ascensão) como uma função do processo de desenvolvimento industrial e capitalista. É inegável que existiam, de facto, duas polarizações estereotipadas e que utilizá-las simplificava a explicação de processos sociais muito complexos e inter-relacionados” (Mingione e Pugliese, 1987: 88)

Apesar das constatações enunciadas, permanecem, ainda, as dificuldades em distinguir o urbano do rural, nomeadamente em recensear os principais factores de demarcação e respectivos instrumentos de medida. Vários autores (Rémy, Douard...) têm chamado a atenção para a diversidade de aspectos que afectam a abordagem recíproca destas duas entidades e que continuam a tornar esta questão controversa e delicada. Estes aspectos têm estatutos diversificados, podendo ser sistematizados da seguinte forma:

- relativa novidade do conjunto de transformações que afectaram o meio rural e urbano, ou seja, a aceleração e a complexidade das mudanças actuais são muito profundas para se analisar de uma forma linear aquilo que se passa em meio urbano e rural;
- Permanência do “mito dualista” onde cidade e campo são duas entidades que se opõem;
- Afirmação por parte dos meios rurais de participar num processo de mudança que revaloriza as diferenças entre os dois meios, no sentido de uma reivindicação inovadora;
- Abordagem desta problemática de um ponto de vista monodisciplinar, quando se trata de um fenómeno espacial global.

Alguns autores têm insistido sobre a irrelevância do debate em torno da especificidade dos modos de vida em meio urbano e rural, dado o entrecruzamento dos espaços e das lógicas de produção e reprodução social (Guerra, 1991: 434). Janvie (1993) também partilha desta opinião, afirmando que cada vez se torna mais contestável a separação dos territórios em áreas rurais e urbanas, dada a sua interpenetração e interdependência. Não basta habitar uma destas zonas para se poder atribuir ao indivíduo uma pertença urbana ou rural, pois os mapas das pertenças sofreram transformações, em grande parte devido às formas que assume a mobilidade e a fixação nos territórios (a vida no campo não se faz sem uma frequência habitual da cidade e os cidadãos frequentam cada vez mais o campo), à aproximação entre modos de vida urbanos e rurais (ao nível das expectativas das famílias face à educação dos filhos, generalização dos percursos casa-trabalho, hábitos de consumo...)

Se cada vez é mais contestável a separação dos territórios em áreas rurais e urbanas existem, no entanto, especificidades que importa ressaltar ao nível dos modos de trabalho, de habitat e de vida em situações locais específicas. O mesmo é dizer que nenhum dos critérios utilizados a nível macro para distinguir áreas urbanas e rurais são decisivos, pois é preciso ter em consideração critérios intrínsecos à área em análise para determinar o estatuto de espaço considerado.

José Reis afirmou que “não é a dicotomia rural/urbano que melhor caracteriza a organização socio-económica do espaço nas sociedades de hoje. O que melhor parece caracterizar as diferenças e as desigualdades espaciais é a dicotomia que opõe zonas de fraca densidade socio-económica a zonas de forte capacidade institucional e material” (Reis, 1999: 33). A

substituição daquele binómio visa destacar os “problemas das regiões frágeis para analisar, nesse contexto, as articulações rural/urbano, procurando saber de que modo é que, com isso, se beneficiam populações discriminadas negativamente pela sua ligação originária à agricultura e ao meio rural. Com isso se retira o rural da condição de espaço marginal, se reconhece a sua não homogeneidade e se identificam as suas dinâmicas, ao mesmo tempo que se chama a atenção para o território e para as pessoas (Reis, 1999: 33).

Na perspectiva da identificação de situações de exclusão territorializadas, essa dicotomização esteve associada à representação de uma ruralidade ligada à pobreza, ao isolamento e à actividade agrícola e a imagem da cidade associada ao progresso e à prosperidade. No entanto, constata-se a existência de situações de exclusão social graves nas franjas suburbanas das grandes cidades, associadas frequentemente à concentração de fenómenos de isolamento de pessoas idosas, de pessoas inseridas nos sectores mais precários e mesmo marginais do mercado de trabalho, que incluem comunidades imigrantes ou mesmo pessoas provenientes de meio rural. Por outro lado, o desenvolvimento rápido e intenso das acessibilidades e das telecomunicações quebrou definitivamente o isolamento das áreas rurais. Também a acção do Estado-Providência veio atenuar as diferenças urbano-rural quer por via dos apoios às populações e às actividades mais periféricas quer mesmo pela discriminação positiva dos territórios com menores níveis de desenvolvimento.

- Tendo presente este quadro de complexidade, a tipologia urbano-rural apresentada neste estudo baseia-se em quatro grandes vectores de potencial diferenciação espacial:
- Dimensão dos lugares/povoamento
- Dinâmica demográfica
- Actividades económicas
- Infraestruturas e equipamentos

O exercício de tipificação dos concelhos predominantemente urbanos ou rurais procurou ir além das classificações clássicas, muito ancoradas na dimensão dos lugares e na estrutura do povoamento, tendo se também considerado um conjunto de outras dimensões analíticas que, em nosso entender, caracterizam de forma mais abrangente aquelas duas categorias de espaço. Esta leitura multidimensional corresponde, por certo, melhor à crescente complexidade e diversidade que a dicotomia urbano-rural tem adquirido.

O quadro de indicadores retidos para a tipificação dos concelhos relativamente à

¹ Os critérios de diferenciação são de natureza muito diversa desde os estritamente demográficos (número de habitante, densidade populacional, estrutura familiar...), até aos que consideram o meio construído pelo homem (continuidade do habitat, lugar da agricultura no sistema produtivo local, qualidade e quantidade de serviços prestados à população....), às formas de sociabilidade e modos de vida (formas de uso tempo, relações de vizinhança...).

predominância de um padrão territorial predominantemente mais urbano ou mais rural², definido a um primeiro nível pela estrutura do povoamento, tem assim também subjacente um modelo conceptual que lhes associa diferentes comportamentos demográficos e diferentes bases económicas, bem assim como desiguais níveis de acesso a serviços e infraestruturas mais modernas. O quadro seguinte sistematiza esse modelo.

Quadro 1 - Variação teórica associada aos indicadores utilizados para a tipologia urbano/rural

	Indicadores	Urbano	Rural
Dinâmica demográfica	Var. % da população residente 1991-2001	Dinâmicas demográficas mais positivas (ou menos negativas, tendo em conta o comportamento, tanto dos saldos natural, como efectivo, a nível nacional, entre os dois censos) e um maior índice de juventude dos residentes	Dinâmicas demográficas mais negativas, com reflexos directos na acentuação dos processos de envelhecimento.
	% de população com menos de 15 anos		
Actividades económicas	SAU por exploração (hectares)	Uso do solo para fins agrícolas com um significado muito residual, a par de idêntico comportamento do emprego na agricultura. Relativa importância do sector secundário, num contexto de forte predominância do emprego nos serviços. Níveis de qualificação mais elevados dos activos residentes.	A importância das actividades agrícolas é medida, tanto pelo volume de emprego na agricultura, como pela maior intensidade de utilização agrícola do solo. Em contrapartida, é de esperar um peso diminuto das actividades industriais e baixos níveis de qualificação da mão-de-obra.
	% de activos na agricultura		
	% de activos na indústria		
	% de activos mais qualificados		
Infraestruturas e equipamentos	População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais (%)	Relativamente ao acesso a serviços públicos avançados, é de esperar uma posição mais favorável dos concelhos com características mais urbanas, o mesmo se passando no que respeita aos níveis de cobertura por algumas redes de saneamento básico. No entanto, e dado o esforço, de âmbito nacional, de investimento neste tipo de infraestruturas, equipamentos e serviços, ao longo das últimas décadas, a par de processos de regressão demográfica que tendem a subverter os limiares de rentabilidade em áreas rurais, pode também esperar-se a detecção de baixas taxas de cobertura em áreas urbanas, em especial nos concelhos suburbanos.	
	Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos em 2001(%)		
	% freguesias com TV Cabo		
	% freguesias com 3 redes telemóvel		
	%escolas básicas com acesso à internet		

No exercício de tipificação de espaços urbanos e rurais, tendo por referência unidades de análise estatística correspondentes ao concelho, importa ter em conta 2 aspectos que condicionam a leitura dos resultados:

- em todos os territórios concelhios é possível encontrar estes dois grandes tipos de espaço – urbano e rural;

² A não disponibilidade de dados inviabilizou a consideração de indicadores pertinentes, tanto do ponto de vista da categorização dos níveis de desenvolvimento agrícola (Produto Agrícola Bruto, por exemplo) como dos de hierarquia funcional (existência ou não de funções centrais de nível mais elevado).

ii) a composição e a estrutura dos espaços rurais intra concelhos depende, em larga medida, do grau de intensidade dos processos de urbanização, sendo o inverso também verdade mas, apesar de tudo, menos relevante.

Destes dois aspectos decorrem problemas de aderência entre as realidades detectadas a partir das estatísticas (tendencialmente médias e, por isso, directamente influenciadas pelos valores extremos dos vectores de dados) e aquelas que, à escala local, se manifestam de forma muito mais heterogénea, em relação directa com a emergência de “temas que ganham uma relevância renovada ou até inesperada (...) [tais como] o papel das cidades, a heterogeneidade dos processos de urbanização, o futuro dos espaços rurais de baixa densidade no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos, ou seja, aspectos decisivos para melhor perceber a evolução das várias territorialidades da sociedade contemporânea portuguesa” (Ferrão, 2004).

No entanto, aqueles mesmos factores continuam a ser válidos, apesar de necessariamente de efeito mais moderado, quando se consideram unidades de análise de maior escala com alguma riqueza de operacionalização analítica associada (construção de indicadores pertinentes e exequíveis cobrindo domínios temáticos diversificados), como é o caso único das freguesias³. Mas, em relação directa, também diminui a disponibilidade de dados que permitam conhecer o estado ou a dinâmica dos dois tipos de espaço em causa. Acresce que, estando subjacente a este exercício a possibilidade de cruzamento entre a qualidade urbana ou rural dos concelhos com as suas características sociais, justifica

³ De facto, no contexto do Sistema Estatístico Nacional verifica-se uma cobertura do País em secções e sub secções estatísticas que, no entanto, apenas permitem a compulsão de variáveis relacionadas com os últimos recenseamentos, cobrindo apenas alguns aspectos da demografia e do edificado.

2.3. Procedimento metodológico

O tratamento estatístico dos dados incidiu em duas vertentes: 1) tipificar o território em termos das suas características rurais e urbanas; 2) tipificar as dinâmicas de exclusão.

O tratamento estatístico realizado teve como objectivo determinar as principais relações entre variáveis. Este tratamento corresponde ao cálculo das principais medidas estatísticas de centralidade e de dispersão, bem como do coeficiente de correlação entre variáveis. Os dados são transformados a partir de um método de análise factorial de componentes principais, num conjunto de factores que descreve, de forma estatisticamente significativa, as relações entre variáveis (loadings) e entre unidades de análise (scores).

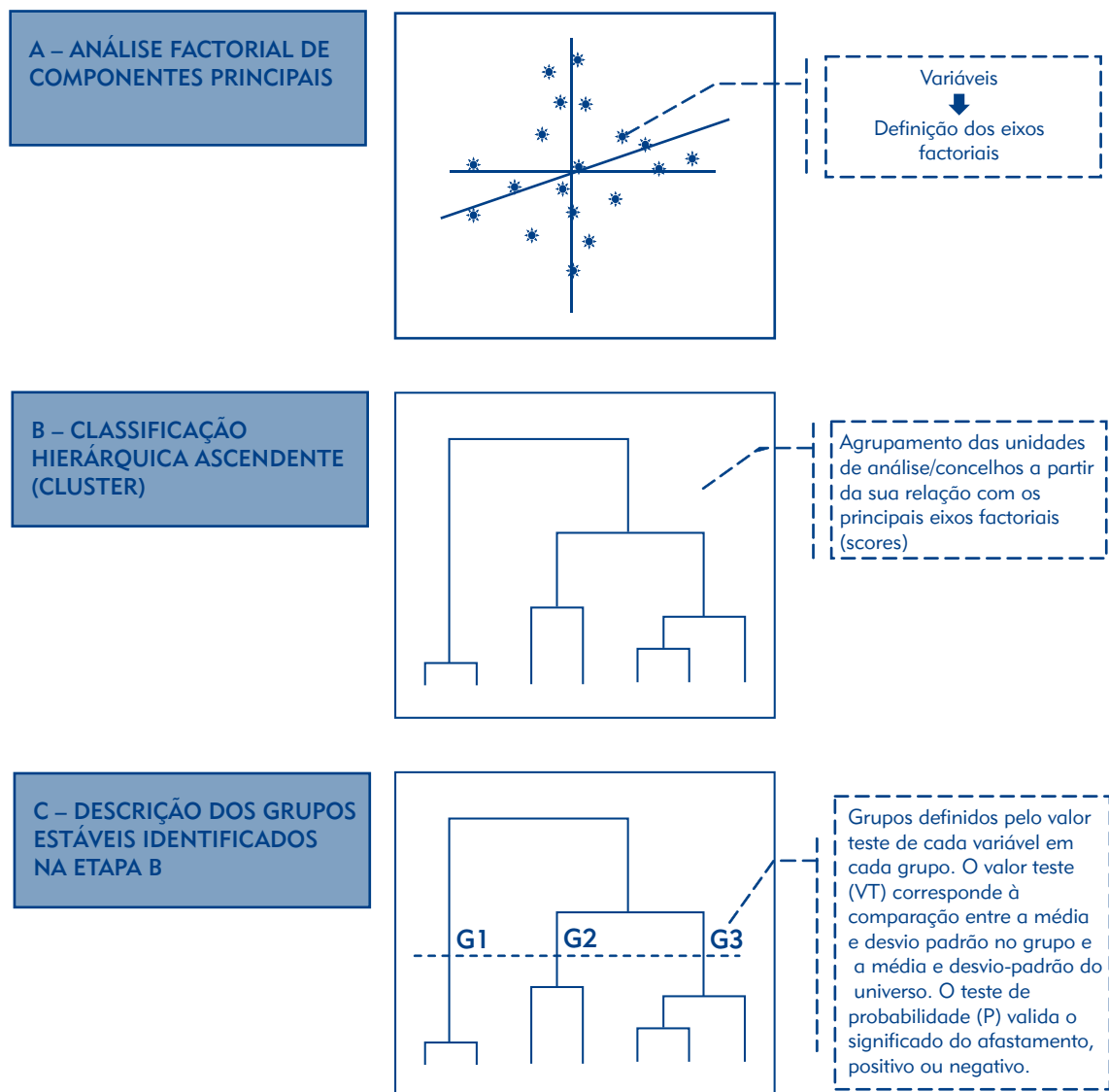
A partir da matriz de scores resultante do procedimento anterior aplicou-se uma técnica de taxonomia numérica (classificação hierárquica ascendente) que permitiu a constituição de grupos de unidades de análise com elevados graus de homogeneidade interna. Da aplicação desta técnica resultaram os grupos de concelhos que mais se aproximam em função das suas características rurais ou urbanas ou das suas dinâmicas de exclusão.

A descrição de cada grupo ou tipo é dada pelo valor teste que resume a comparação entre a média e o desvio padrão de uma certa variável num determinado grupo e a média e o desvio padrão dessa mesma variável no universo. O teste de probabilidade indica se o valor teste é significativo em termos de sobre ou subrepresentação (ou seja, se aquela variável se encontra suficientemente e uniformemente sobre ou subrepresentada em determinado grupo).

a se assim o facto de se terem retido para análise estas mesmas unidades territoriais.

A Figura seguinte ilustra o procedimento adoptado de uma forma esquemática.

Figura 1 - Procedimentos para a tipificação dos concelhos



3. Identificação e caracterização das tipologias

3.1. A selecção dos indicadores

A constituição do enquadramento conceptual atrás enunciado permitiu avançar para a selecção de uma bateria mínima de indicadores. A elaboração desta matriz inclui, por um lado, indicadores normativos de bem-estar, ou seja, aqueles que medem objectivos ou metas sociais fundamentais e consensuais tornando possível uma interpretação positiva ou negativa da situação, por outro lado, indicadores descritivos que proporcionam um conhecimento quantitativo e/ou evolutivo das diferentes dimensões⁴.

Relativamente à tipologia de inclusão/exclusão social seleccionaram-se 25 indicadores⁵ distribuídos por três grandes dimensões de análise: desafiliação, desqualificação social objectiva e privação económica. Para a tipologia que diferencia os territórios rurais e urbanos recolheram-se 15 indicadores distribuídos por quatro dimensões: dimensão dos lugares/povoamento; dinâmica demográfica; actividades económicas; infraestruturas e equipamentos.

De referir que a selecção de cada indicador deveria obedecer a alguns critérios fundamentais: 1) traduzir o mais aproximadamente possível a dimensão considerada; 2) haver informação disponível através de estatísticas oficiais e desagregada ao nível do concelho para todo o país; 3) ser absolutamente pertinente de forma a tornar o número de indicadores a utilizar o mais reduzido possível. Este último requisito na selecção dos indicadores conduziu a uma opção por limitar, na generalidade, a recolha de indicadores para a tipologia inclusão/exclusão àqueles que traduzissem situações de vivência negativa do fenómeno em causa (ex. incluir população com profissões desqualificadas e não população com profissões qualificadas).

A possibilidade de cada indicador ser actualizado regularmente era outro critério que, no início da constituição da bateria de indicadores, presidiu à selecção. No entanto, este critério teve de ser abandonado já que cerca de metade dos indicadores disponíveis para cada uma das dimensões consideradas tinha como fonte os Censos do INE, que como se sabe são actualizados de dez em dez anos.

⁴ Assumiria relevância acrescentar à bateria de indicadores aqueles que medem a satisfação, ou seja, a dimensão subjectiva dos indivíduos no que diz respeito à lógica da satisfação das necessidades. Trata-se dos significados, da percepção e avaliação que os grupos têm da sua qualidade de vida. Estes indicadores de satisfação implicariam outro tipo de fontes, nomeadamente através de instrumentos de recolha de informação como o inquérito por questionário e/ou entrevista.

⁵ Outros indicadores foram inicialmente seleccionados, mas em termos metodológicos não se justificou a sua inclusão (cf. Quadro 1 em Anexo).

3.2. Os indicadores da tipologia de exclusão/inclusão

3.2.1. Os indicadores da desafiliação

A dimensão da desafiliação foi desagregada em quatro sub-dimensões, nomeadamente a institucionalização, as estruturas familiares, a criminalidade e a imigração. Procurou-se, assim, verificar, por um lado, de que forma algumas situações revelavam o enfraquecimento dos laços sociais mais informais existentes na comunidade, ou seja, aqueles que estruturam as relações de solidariedade ao nível dos grupos primários (família, vizinhos, amigos).

De referir que esta foi a dimensão que revelou maiores dificuldade na selecção dos indicadores mais pertinentes. De facto, uma primeira aproximação aos possíveis indicadores a incluir revelou a sua inexistência por cancelho (ex.: toxicodependência; sem abrigo ...). Tornou-se, assim, necessário seleccionar indicadores que traduzissem uma aproximação mais indirecta para algumas das sub-dimensões da “desafiliação”.

Relativamente à institucionalização partiu-se da hipótese de que a existência de “famílias institucionais”⁶ ou de idosos em lares poderia revelar um enfraquecimento das estruturas informais de apoio, nomeadamente as familiares e de vizinhança. Embora as pessoas a residir em famílias institucionais consideradas tenham fraca expressividade em Portugal face às inseridas em famílias clássicas⁷ (0,7%), registou-se entre os dois últimos censos um aumento na ordem dos 60%, podendo este aumento ter uma dupla interpretação: por um lado, pode revelar um crescimento de situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, pode traduzir uma alteração positiva ao nível da densidade dos equipamentos sociais.

No que diz respeito à sub-dimensão estruturas familiares foram seleccionados indicadores que procurassem traduzir riscos de ruptura de ligação familiar, de isolamento social (as famílias monoparentais, os idosos a viver sozinhos, as famílias de avó/avô com netos) ou formas compensatórias de dissolução dos laços informais (crianças em amas e creches). A existência de crianças nestas estruturas formais de apoio à vida familiar tende a constituir uma eventual resposta face à impossibilidade da sua garantia por parte das redes informais de solidariedade (família, vizinhos e amigos).

⁶ De acordo com o INE, as famílias institucionais referem-se ao conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade exterior/interior ao grupo. Consideraram-se aqui as pessoas a residir em instituições prisionais, educacionais e de apoio social por poderem traduzir situações de maior fragilidade social. Excluíram-se, assim, as famílias institucionais referentes a hotéis e similares, militares, religiosas, de trabalho e saúde.

⁷ De acordo com o INE as famílias clássicas englobam indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco entre si, ocupando a totalidade ou parte do alojamento.

A imigração surge como sub-dimensão da desafiliação no sentido em que mesmo quando existem dinâmicas de coesão interna aos grupos, a imigração representa frequentemente alterações dos contextos de vida e dos quadros de referência simbólica. Estas mudanças podem traduzir-se, por exemplo, em rupturas com os laços familiares quando não se dá o reagrupamento familiar ou em dificuldades de acesso a direitos.

Por fim, a criminalidade surge como uma sub-dimensão da desafiliação, associada a processos de desvinculação voluntária das normas sociais e de factores de erosão da coesão social, tendo como indicador a taxa de criminalidade. De referir ainda que alguns dos indicadores seleccionados não têm necessariamente de traduzir situações de exclusão social, mas em determinados momentos podem revelar um maior risco de vulnerabilidade social e económica.

3.2.2. Os indicadores da desqualificação social objectiva

A dimensão da desqualificação social objectiva foi desagregada em quatro sub-dimensões, nomeadamente a que remete para os níveis de escolarização, a estrutura de emprego/desemprego, as condições de habitação e os handicaps pessoais.

No que diz respeito à sub-dimensão que operacionaliza os níveis de escolarização procurou-se cobrir situações diferenciadas do ponto de vista dos grupos visados. Assim, a par de indicadores que fornecem uma perspectiva genérica da situação da população portuguesa face à escolarização em graus diferenciados (taxa de analfabetismo e população com escolaridade menor ou igual à obrigatória) incluíram-se também outros que dão conta das dinâmicas de evolução dos fenómenos já que nos permitem dar enfoque à situação das gerações mais novas. Referimo-nos aos indicadores abandono escolar ou saída antecipada do sistema de ensino.

Quanto à sub-dimensão emprego e desemprego centrámo-nos num indicador da estrutura de emprego (população com profissões desqualificadas) e noutros dois que permitem uma caracterização do desemprego de uma forma genérica (a taxa de desemprego) e da situação particular da persistência de fenómenos de desemprego (desempregados de longa duração) que tem consequências que vão para lá da participação como consumidor e produtor, reflectindo-se frequentemente também na perda de competências pessoais e na dissolução de laços familiares e de sociabilidade em geral. Obviamente que como vimos atrás, esta associação é menos válida em contextos em que o mercado informal de emprego tem um maior peso.

Relativamente às condições de habitação teve-se em conta as pessoas residentes em alojamentos sobrelotados e para a caracterização das situações mais precárias do ponto de

vista das condições de habitação, as pessoas residentes em alojamentos não clássicos. Quanto aos handicaps pessoais considerou-se a população com deficiência cujos problemas impõem às pessoas limitações objectivas importantes e confrontam as instituições com questões muito específicas. Considerou-se ainda a população infectada com HIV, como ilustração da situação das pessoas com doenças crónicas. Esta opção prendeu-se com a dificuldade em encontrar dados sobre o universo dos doentes crónicos. As limitações que impõe aos indivíduos são suficientemente importantes para dar conta da exclusão do mercado de trabalho. Obviamente que a estas situações se associam outros fenómenos de natureza diversa e que dizem respeito aos efeitos sobre a rede de laços de sociabilidade associados à estigmatização de que estas pessoas são objecto.

3.2.3. Os indicadores da privação económica

A dimensão privação económica que remete para a noção de pobreza no sentido de privação gerada por insuficiência de recursos materiais, é de importância crucial no caso português já que é um dos principais factores de exclusão social.

A operacionalização desta dimensão defrontou-se com algumas restrições quer ao nível do acesso a esta informação por via indirecta (através dos orçamentos e outros recursos não financeiros das famílias) ou directa através dos níveis de consumo, dada a inexistência de dados desagregados por concelho. Desta forma, recorreu-se a indicadores que permitem uma aproximação a esta realidade como o IRS per capita, a percentagem do poder de compra; o número de beneficiários do RMG; o valor médio das pensões, peso de pensionistas face à população residente e das famílias numerosas. Obviamente que estes indicadores e sobretudo o IRS per capita apresentam fragilidades que se relacionam com o facto de nos estarmos a basear num dado que é bastante insuficiente para dar conta dos rendimentos das pessoas que não trabalham por conta de outrem. Contudo, se o lermos enquanto tradução de rendimentos deste tipo de trabalho poderemos ter uma leitura parcial da realidade que vale por aquilo que revela.

Mais uma vez e no que diz respeito às famílias numerosas estamos conscientes da sua dupla leitura, ou seja, se por um lado pode revelar, efectivamente um reforço dos laços sociais primários, uma vez que a dimensão mais elevada da família face à média nacional pode revelar formas mais intensas de suporte intra e intergeracional. Por outro lado, também pode traduzir situações de maior vulnerabilidade à pobreza pela eventual dificuldade em se fazer face à satisfação das necessidades básicas⁸.

O quadro seguinte sistematiza todos os indicadores utilizados para a construção da tipologia de inclusão/exclusão social.

⁸ Vários estudos realizados apontam nesta direcção, designadamente um estudo recente do INE revelou que a despesa individual das famílias é tanto mais baixa quantas mais crianças e adultos existirem no agregado familiar. Quanto menos crianças nos agregados familiares, mais as famílias numerosas conseguem ter uma maior despesa com lazer, distrações e cultura e com transportes (Cruz, 2004: 124-125).

Quadro 2 - Indicadores para a construção da tipologia de inclusão/exclusão

	Dimensão	Indicador	Fonte e data	Sinal ⁹	Forma de cálculo
Desafiliação	Institucionalização	Taxa de pessoas institucionalizadas	INE, Censo 2001	+/-	Pessoas a viver em famílias institucionais (apoio social, educação, prisional) por cada 100 pessoas residentes em famílias clássicas.
		Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos	DEEP/Carta Social/Dez. 2002	+/-	Nº de idosos em lares e residências por cada 100 residentes, em 2001, com 65 ou mais anos.
	Estruturas familiares	Idosos em famílias de 1 pessoa	INE, Censo 2001	-	Nº de famílias clássicas com uma pessoa com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas residentes com 65 ou mais anos.
		Famílias monoparentais	INE, Censo 2001	-	Nº de famílias com uma pessoa a viver com um único filho, por cada 100 famílias recenseadas.
		Famílias de avós com netos	INE, Censo 2001	-	Nº de famílias com avós a viver com um ou mais netos, por cada 100 famílias recenseadas.
		Crianças em amas e creches	DEEP/Carta Social/Dez. 2002	+/-	Crianças em amas e creches face ao total de indivíduos dos 0-3 anos.
	Criminalidade	Taxa de criminalidade	M. Justiça, 2001	-	Total de crimes registados (Crimes registados pela PJ, PSP e GNR) por cada 100 habitantes.
Desqualificação social objectiva	Escolarização	Estrangeiros na população residente	INE, Censo 2001	+/-	Nº de residentes com nacionalidade estrangeira por cada 100 residentes totais (com ou sem estatuto legal de residência).
		População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	INE, Censo 2001	-	Nº de residentes com um grau de instrução inferior ou igual à escolaridade obrigatória (9 anos) por cada 100 residentes totais.
		Taxa de analfabetismo	INE, Censo 2001	-	Nº de residentes com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever por cada 100 residentes com 10 ou mais anos.
		Saída antecipada do sistema escolar	Ministério da Educação, 2001	-	Total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
	Emprego e desemprego	Abandono escolar precoce	Ministério da Educação, 2001	-	Total de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
		Desempregados de longa duração	IEFP, Setembro 2003	-	Total de indivíduos inscritos no Centro de Emprego e desempregados há mais de um ano por cada 100 indivíduos desempregados.
		Taxa de desemprego	IEFP, Setembro 2003	-	Total de indivíduos inscritos no Centro de Emprego, situação de desemprego, por cada 100 indivíduos activos.
	Condições de habitação	População com profissões desqualificadas	INE, Censo 2001	-	Peso da População residente empregada, segundo os grupos profissionais 7, 8 e 9 face ao total da população empregada ¹⁰
		Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	INE, Censo 2001	-	Nº de residentes em alojamentos não clássicos ¹¹ por cada 100 residentes em alojamentos clássicos.
	Handicaps pessoais	Alojamentos sobrelotados	INE, Censo 2001	-	Nº de alojamentos sobrelotados ¹² por cada 100 alojamentos clássicos de residência habitual
		População com deficiência	INE, Censo 2001	-	Nº de residentes portadores de qualquer tipo de deficiência, por cada 100 residentes.
		População infectada com HIV	M. Saúde, CVEDT, Setembro 2003	-	População residente portadora de HIV por cada 10.000 residentes.
Privação económica	Rendimentos	lrs per capita	M. Finanças, GGCI, 2001	+	Valor anual total pago de IRS, por cada residente.
		Percentagem do Poder de compra	INE, Estudo sobre o poder de compra concelho 2002	+	Peso do poder de compra de cada concelho no total do país que assume o valor 100% ¹³ .
		Famílias com 5 ou mais pessoas	INE, Censo 2001	-	Nº de famílias constituídas por 5 ou mais elementos, por cada 100 famílias recenseadas ¹⁴
	Protecção social	Beneficiários do RMG	ISSS, Abril 2003	-	Nº de beneficiários do rendimento mínimo garantido por cada 100 residentes.
		Valor médio anual das pensões	IEES, 2002	+	Valor das pensões processadas dos regimes de velhice, invalidez e sobrevivência por cada residente beneficiário (pensionista).
		Pensionistas face à pop. empregada	IEES, 2002	-	Nº de pessoas beneficiárias de pensões da segurança social (invalidez, velhice e sobrevivência) por cada residente activo empregado.

⁹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da “desafiliação” poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

¹⁰ Os grupos profissionais aqui identificados correspondem a uma tipificação da Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994) que inclui em cada um deles profissões de algum modo ligadas pela formação exigida e pelo tipo de trabalho realizado. Assim, o Grupo 7 corresponde a operários, artífices e trabalhadores similares; o 8 a operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e o 9 a trabalhadores não qualificados (executam tarefas simples e auxiliares para as quais é requerido esforço físico assim como a utilização de ferramentas e processos manuais).

¹¹ Estão aqui incluídos os seguintes tipos de alojamentos: barracas, casa rudimentar de madeira, improvisado, móvel.

¹² Estes dados resultam do cálculo de um índice de ocupação que pressupõe a verificação das seguintes condições relativamente ao número de divisões e indivíduos por alojamento: 1 divisão para sala de estar; 1 divisão por cada casal; 1 divisão por cada pessoa não solteira; 1 divisão por cada pessoa solteira com mais de 18 anos; 1 divisão por cada duas pessoas não solteiras do mesmo sexo e com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada pessoa solteira de sexo diferente e com idade entre os 7 e os 18 anos; 1 divisão por cada duas pessoas com menos de 7 anos.

¹³ No caso dos dados para Portugal continental o total dos concelhos representam 96,6%. De referir que o peso assumido por cada concelho reflecte o índice de poder de compra que é construído com base na aplicação de uma análise factorial a um leque de 19 variáveis. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos, com esse valor de referência nacional.

¹⁴ Segundo o INE, “Uma família é considerada de maior dimensão se no seio do agregado familiar houver três ou mais crianças. Contudo, porque a estrutura das famílias portuguesas com um número mais elevado de indivíduos recai essencialmente sobre 3 ou mais adultos com ou sem crianças, ter-se-á por base que uma família é numerosa se o agregado familiar tiver 5 ou mais indivíduos (seja ele composto por uma maioria de adultos ou crianças)” (Cruz, 2004: 121)

3.3. Os indicadores da tipologia do urbano/rural

seleccionaram-se 15 indicadores repartidos por 4 domínios (dimensão dos lugares/povoamento; dinâmica demográfica; actividades económicas; Infraestruturas e equipamentos).

Quadro 3 – Indicadores para a construção da tipologia rural/urbano

Dimensões	Indicadores	Fonte dos dados e data	Forma de cálculo
Dimensões lugares/povoamento	% Pop. em lugares < 5000 hab.	INE, Censo 2001	Nº de residentes em lugares com menos de 5000 habitantes por cada 100 residentes totais.
	% Pop. em lugares de 5000 a 9999 hab.	INE, Censo 2001	Nº de residentes em lugares com 5000 a 9999 habitantes por cada 100 residentes totais
	% Pop. em lugares de 10000 a 49999 hab.	INE, Censo 2001	Nº de residentes em lugares com 10000 a 49999 habitantes por cada 100 residentes totais.
	% Pop. em lugares de mais de 49999 hab.	INE, Censo 2001	Nº de residentes em lugares com 50000 habitantes, ou mais, por cada 100 residentes totais.
Dinâmica demográfica	Var. % da população residente 1991-2001	INE, Censo 2001	Nº de habitantes em 2001 menos o nº de habitantes em 1991 a dividir pelo valor de 1991 vezes 100 (taxa de variação).
	% de população com menos de 15 anos	INE, Censo 2001	Nº de residentes com idades até aos 14 anos, inclusive, por cada 100 residentes totais.
Actividades económicas	SAU por exploração (hectares)	INE, 1999	Superfície agrícola utilizada (SAU) a dividir pelo nº de explorações.
	% de activos na agricultura	INE, Censo 2001	Nº de residentes com actividade na Divisão 0 da Classificação das actividades económicas (CAE) por cada 100 residentes activos empregados.
	% de activos na indústria	INE, Censo 2001	Nº de residentes com actividade na Divisão 1 a 4 da Classificação das actividades económicas (CAE) por cada 100 residentes activos empregados.
	% de activos mais qualificados	INE, Censo 2001	Pessoas empregadas com profissões enquadradas nos grupos 1, 2 e 3 por cada 100 pessoas empregadas ¹⁵ .
Infraestruturas e equipamentos	População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais (%)	INE, 2002	População residente servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais, por cada 100 pessoas residentes no total do Concelho (Anuários Estatísticos Regionais).
	Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos em 2001(%)	INE, 2002	População residente servida com reciclagem de resíduos sólidos, por cada 100 pessoas residentes no total do Concelho (Anuários Estatísticos Regionais).
	% freguesias com TV Cabo	INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002	Nº de freguesias do concelho servidas com rede de TV cabo relativamente ao total das freguesias do Concelho.
	% freguesias com 3 redes telemóvel	INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002	Nº de freguesias do concelho servidas simultaneamente com as 3 redes de telemóvel relativamente ao total das freguesias do Concelho.
	%escolas básicas com acesso à Internet	INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002	Nº de freguesias do concelho com estabelecimentos do ensino básico com acesso à internet relativamente ao total das freguesias do Concelho.

¹⁵ Os grupos profissionais aqui identificados correspondem a uma tipificação da Classificação Nacional de Profissões (IEFP, 1994) que inclui em cada um deles profissões de algum modo ligadas pela formação exigida e pelo tipo de trabalho realizado. Assim, os grupos mais qualificados correspondem a 1, 2, 3, definindo-se respectivamente por: quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas;

3.4. Caracterização genérica das tipologias

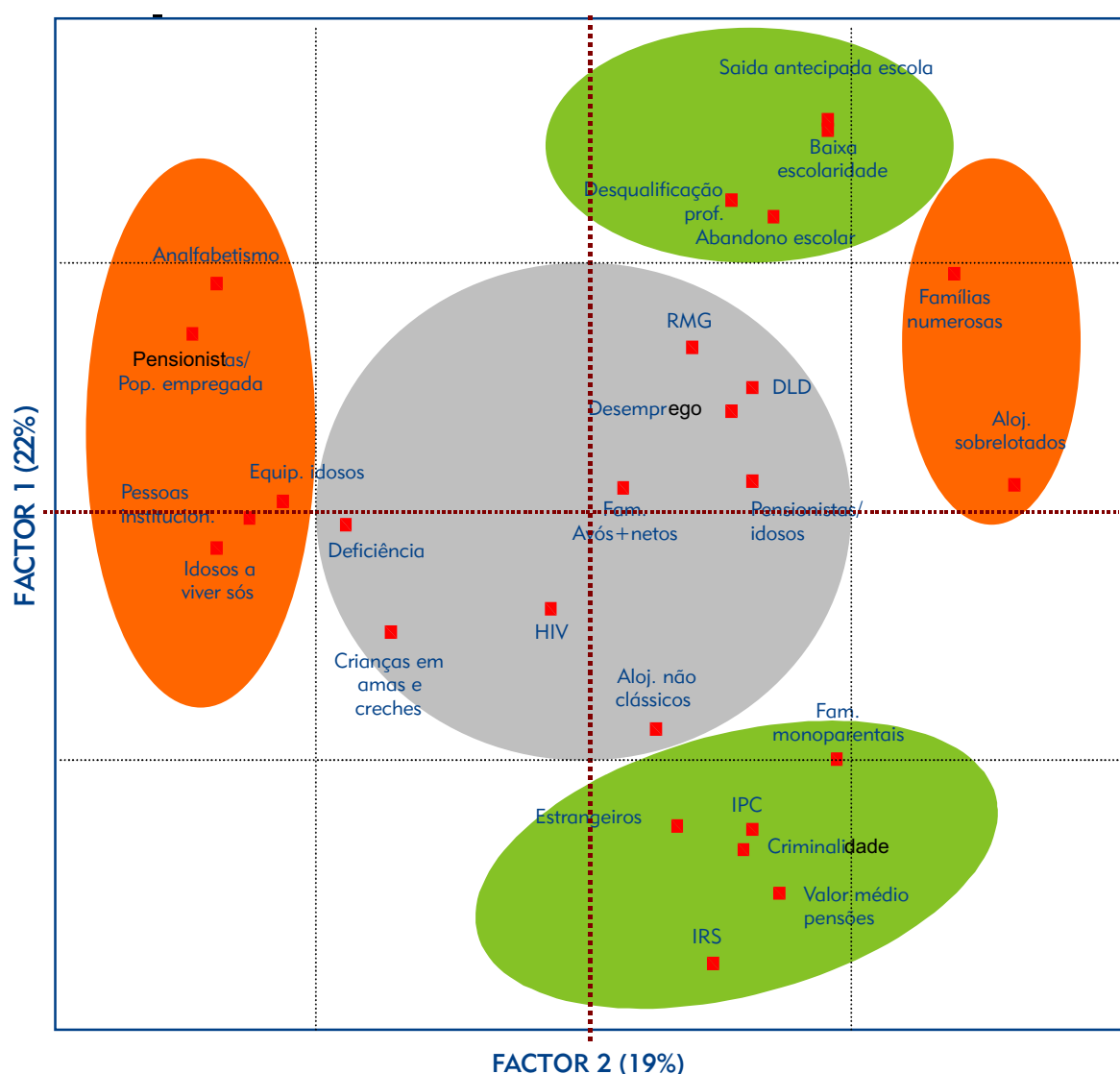
3.4.1. Tipologia da inclusão/exclusão

De uma análise factorial com rotação dos factores, retiveram-se os resultados dos 2 primeiros eixos factoriais que resumem 41% do total da informação. A Figura seguinte representa o cruzamento dos loadings, permitindo identificar cada um dos 2 factores:

Factor 1 – Exclusão urbana associada à desintegração familiar e à criminalidade (em paralelo com elevados níveis de rendimento e de consumo) em oposição à exclusão ligada aos défices de formação e à desqualificação.

Factor 2 – Exclusão associada ao envelhecimento, nomeadamente à institucionalização dos idosos, à solidão e à info-exclusão

Figura 2 - Posição das variáveis no cruzamento dos dois principais factores



A síntese dos dados sobre as diversas dimensões do fenómeno inclusão/exclusão permite identificar 6 situações-tipo, com padrões geográficos bem claros. A análise em seis tipos possibilita complexificar a análise, evitando uma leitura dicotómica e simplista que tende a evidenciar a oposição entre o país moderno e desenvolvido do litoral e o país tradicional e subdesenvolvido do interior. Daí parecer “urgente a necessidade de olharmos para o país a partir de um novo mapa cognitivo, ?onde? há temas que ganham uma relevância renovada ou até inesperada: o papel das cidades, a heterogeneidade dos processos de urbanização, o futuro dos espaços rurais de baixa densidade no âmbito de uma nova relação entre as cidades e os campos” (Ferrão, 2004: 24)

Os vários tipos caracterizam-se, de uma maneira global, através dos traços identificados no quadro seguinte. Alerta-se para o facto de os seis tipos identificados não corresponderem a uma ordenação das condições mais favoráveis para as mais desfavoráveis. Cada tipo apresenta as suas especificidades, traduzidas pelo conjunto de indicadores que se revelaram explicativos para a sua caracterização. Desta forma aquilo que se obtém e que o estudo procura mostrar é a diversidade de problemáticas relacionadas com a pobreza e exclusão social que está em causa em cada um dos tipos. O Anexo 2 permite fazer uma leitura comparativa do sentido de cada indicador para os diferentes tipos, ao passo que os Quadros 6, 7, 9, 10, 11, 12 sistematizam a informação de cada tipo.

Quadro 4 - Descrição das situações tipo de inclusão/exclusão

Tipos	Condições favoráveis (traços de inclusão)	Condições desfavoráveis (riscos de exclusão, efectivos ou potenciais)	Padrão geográfico
Territórios moderadamente inclusivos (Tipo 1)	Níveis de inclusão muito positivos nos domínios da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e da integração no mercado de trabalho (baixo desemprego)	Não surgem traços de exclusão sobrerrepresentados.	Este tipo caracteriza maioritariamente os concelhos situados na faixa litoral entre a Área Metropolitana de Lisboa e a do Porto, mas inclui também um número considerável de concelhos do interior (sedes de distrito ou eixos com carácter urbano)
Territórios de contrastes e base turística (Tipo 2)	Este tipo revela também níveis de inclusão elevados, nomeadamente no âmbito da educação e do emprego.	Apresenta alguns factores de risco efectivos, como uma elevada taxa de criminalidade e condições de alojamento deficientes. Evidencia também traços de vulnerabilidade à exclusão, como a parcela elevada de população estrangeira.	Enquadram-se neste tipo quase todos os concelhos do Algarve (à excepção de Monchique, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António)
Territórios ameaçadores e atractivos (Tipo 3)	Como o tipo anterior, denota níveis de inclusão positivos nos domínios da educação e do emprego, mas o que mais distingue este grupo é a situação particularmente favorável em termos de rendimentos e consumo.	Apresenta alguns factores de risco efectivos, como uma elevada taxa de criminalidade e más condições de alojamento. Salientam-se ainda alguns traços de vulnerabilidade à exclusão, como a parcela elevada de população estrangeira, a % de famílias monoparentais e de avô ou avó a viver com netos.	Encontram-se nesta situação tipo um conjunto relativamente pequeno de concelhos correspondentes às principais áreas urbanas do país (áreas metropolitanas, Coimbra, Aveiro e Entroncamento)
Territórios envelhecidos e desertificados (Tipo 4)	Os sinais positivos associam-se à fraca criminalidade, às condições de habitação e à prestação de serviços de acção social.	Os traços de exclusão, efectiva ou potencial, ligam-se ao envelhecimento da população – institucionalização, idosos a viverem sós, analfabetismo, deficiências e grande desequilíbrio entre o número de pensionistas e de população empregada.	Incluem-se neste grupo um elevado número de concelhos do interior, situados sobretudo na região Centro e no Alto Alentejo.
Territórios industriais com forte desqualificação (Tipo 5)	As condições mais favoráveis dizem respeito à baixa institucionalização, à percentagem reduzida de pessoas com deficiência, à baixa taxa de analfabetismo e ao grande peso de famílias numerosas. Estas condições relacionam-se nitidamente com a juventude da população.	Os factores de risco sobrepõem-se aos traços de inclusão, principalmente no que diz respeito ao acentuado défice de integração escolar e de qualificações. Os rendimentos e a prestação de serviços de acção social (idosos e crianças) situam-se abaixo dos valores médios nacionais.	Esta situação tipo surge quase exclusivamente no Norte Litoral
Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (Tipo 6)	O único sinal positivo é a baixa criminalidade. A pequena percentagem de estrangeiros é também um factor facilitador da inclusão.	São muitas e diversificadas as condições desfavoráveis, salientando-se os défices de integração familiar (idosos sós e famílias de avós com netos), de formação escolar, de integração no mercado de trabalho. A pobreza é outro sinal evidente neste grupo (elevada % de beneficiários do RMG e muito baixo valor médio das pensões).	Incluem-se neste grupo um elevado número de concelhos do interior, situados sobretudo nas regiões de Trás-os-Montes, Dão-Lafões, e Baixo Alentejo.

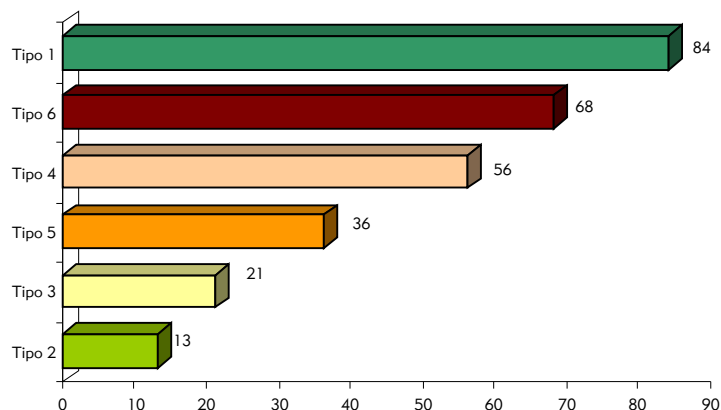
O tipo mais representado em Portugal continental corresponde aos Territórios moderadamente inclusivos - tipo 1 (30,2% dos concelhos), seguido dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (24,5%) e dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (20,1%). Verifica-se, assim, por um lado, um padrão caracterizado por níveis de inclusão muito positivos nos domínios da educação (baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada) e da integração no mercado de trabalho (baixo desemprego). Este tipo traduz-se territorialmente em 84 concelhos situados na faixa litoral entre a Área Metropolitana de Lisboa e a do Porto, incluindo também um número considerável de

concelhos do interior (sedes de distrito ou eixos com carácter urbano), representando 28,6% em termos de população residente.

Opondo ao tipo anteriormente apresentado em que não surgem traços de exclusão sobrerrepresentados, aparece, por outro lado, cerca de 1/4 dos concelhos do país com muitas e diversificadas condições desfavoráveis, salientando-se os défices de integração familiar (idosos sós e famílias de avós com netos), de formação escolar, de integração no mercado de trabalho e de recursos económicos (elevado peso de beneficiários do RMG e muito baixo valor médio das pensões). Trata-se, pois de concelhos do interior, situados sobretudo nas regiões de Trás-os-Montes, Dão-Lafões, e Baixo Alentejo. No território ocupado pelos 68 concelhos que integram este tipo apenas residem 7,8% da população do continente.

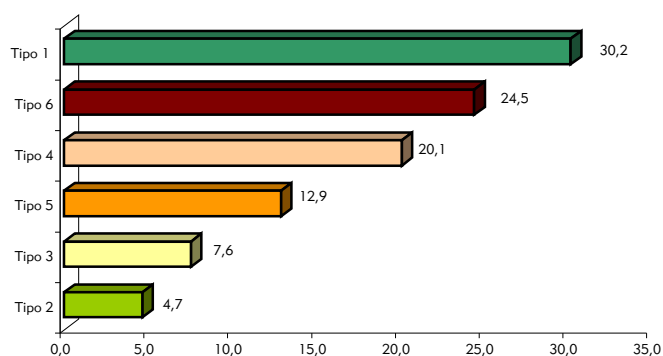
É ainda de referir que os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), correspondendo a cerca de 20% do território continental (56 concelhos), e a 4,9% da população residente traduz traços de exclusão, efectiva ou potencial, que se relacionam com o envelhecimento da população – institucionalização, idosos a viverem sós, analfabetismo, deficiências e grande desequilíbrio entre o número de pensionistas e de população empregada. Os sinais positivos associam-se à fraca criminalidade, às condições de habitação e à prestação de serviços de acção social. Incluem-se neste grupo um elevado número de concelhos do interior, situados sobretudo na região Centro e no Alto Alentejo.

Figura 3 - Número de concelhos por tipo de exclusão social



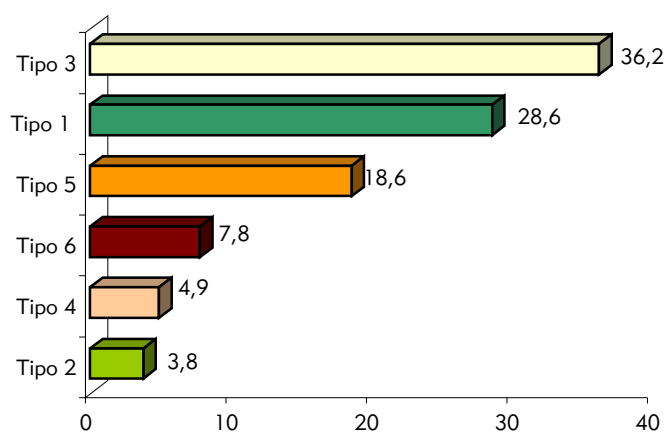
Fonte: ISS, IP 2004

Figura 4 - Peso dos diferentes tipos de exclusão social em Portugal continental face aos concelhos que representam (%)



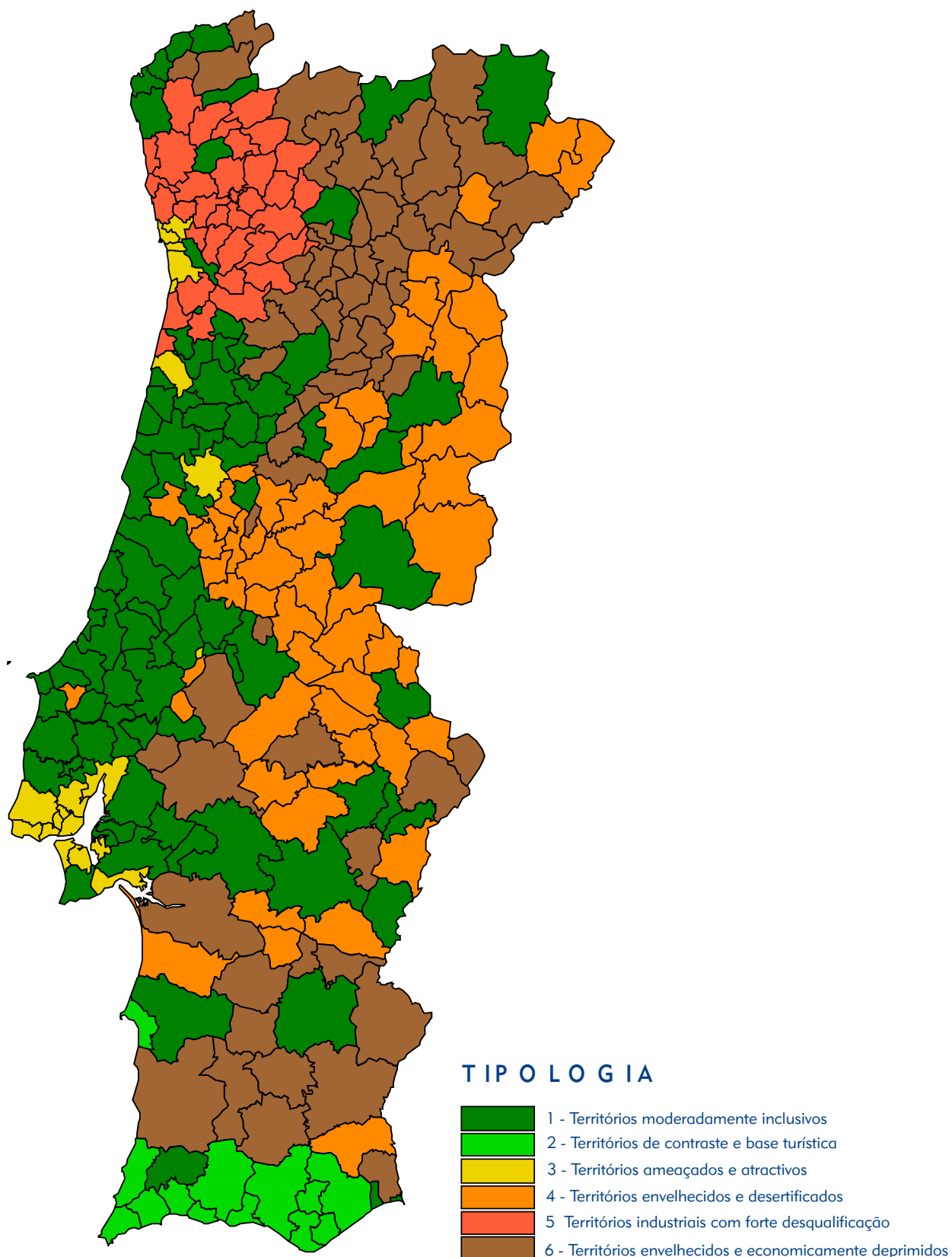
Fonte: ISS, IP 2004

Figura 4 - Peso dos diferentes tipos de exclusão social em Portugal continental face aos concelhos que representam (%)



Fonte: ISS, IP 2004

Mapa 1 – Tipificação das situações de exclusão em Portugal continental



3.4.2. Tipologia do urbano/rural

Este exercício de tipificação procurou ir além das classificações clássicas, muito ancoradas na dimensão dos lugares e na estrutura do povoamento.

Como se pode verificar no Quadro 3, consideraram-se aqui um conjunto de outras dimensões que, em nosso entender, caracterizam de forma mais abrangente a distinção urbano-rural, designadamente: a dinâmica demográfica, a estrutura agrária, as actividades económicas e a dotação de infraestruturas e equipamentos. Esta leitura multidimensional corresponde, por certo, melhor à crescente complexidade que a dicotomia urbano-rural tem adquirido.

Com uma organização idêntica à do Quadro 4, o quadro seguinte descreve os cinco principais tipos de territórios tendo em conta as suas características mais urbanas ou rurais.

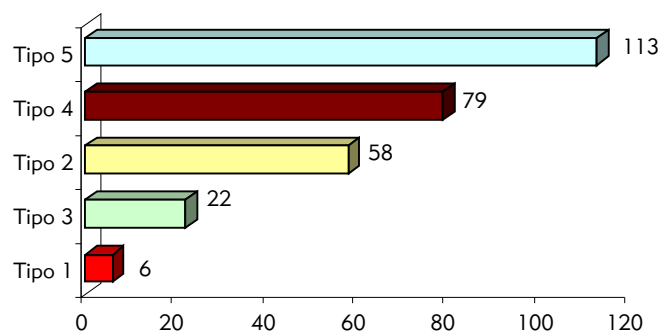
Quadro 5 – Descrição das situações tipo de urbano / rural

Tipos	Traços urbanos mais salientes	Traços rurais mais salientes	Padrão geográfico
Tipo 1	Para além da grande dimensão dos lugares, estes concelhos níveis de qualificação do emprego elevados, e forte integração na rede TVcabo	Não existem	Inclui as maiores cidades do país – Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Setúbal e Amadora
Tipo 2	Predominam as cidades médias, com forte dinamismo demográfico e população qualificada. São os concelhos melhor equipados (saneamento básico e telecomunicações). O emprego industrial tem pouca expressão.	Não existem	Concelhos sub-urbanos das duas Áreas Metropolitanas, Algarve Litoral, capitais de distrito e outros concelhos com centros urbanos importantes, como Sines, Elvas, Marinha Grande, Caldas da Rainha, Covilhã, Chaves, Mirandela, entre outros.
Tipo 3	Os únicos traços de urbanidade deste tipo é a existência de centros urbanos com 5000 a 10000 habitantes.	Não existem	Padrão geográfico disperso com concentração no Alentejo.
Tipo 4	Concelhos demograficamente dinâmicos, com uma população bastante jovem. Grande peso do emprego industrial.	A grande maioria da população vive em centros com menos de 5000 habitantes. O saneamento básico é deficitário, assim como o acesso à Internet.	Maioria dos concelhos da faixa litoral, desde o Minho até à AM Lisboa.
Tipo 5	Não existem	A grande maioria da população vive em centros com menos de 5000 habitantes. A população é envelhecida. O trabalho agrícola ainda é relevante. Défice de população qualificada e défice de infraestruturas de telecomunicações.	Maioria dos concelhos do interior do país, de Trás-os-Montes ao Algarve.

A distribuição dos tipos apresentados no território do continente revela um grande peso de concelhos com características marcadamente rurais (113 concelhos), correspondendo a 40,6%, traduzindo-se por a grande maioria da população viver em centros com menos de

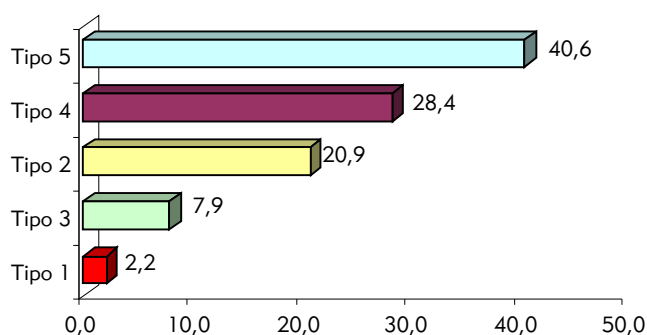
5000 habitantes, onde o peso dos idosos é elevado e o trabalho agrícola ainda é relevante. Défice de população qualificada e défice de infraestruturas de telecomunicações são ainda outros traços que caracterizam estes territórios.

Figura 6 - Número de concelhos por tipologia urbano/rural



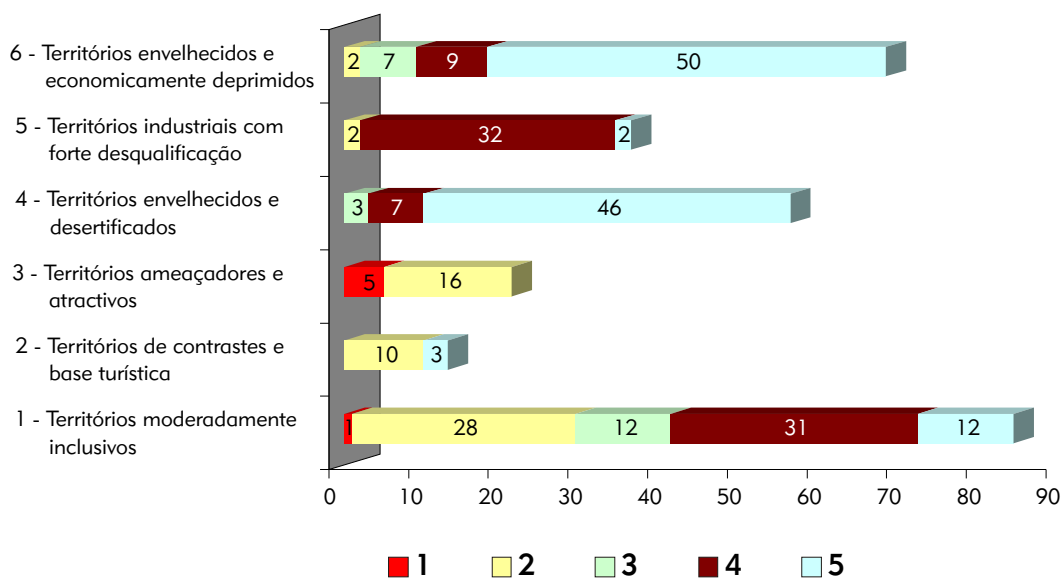
Fonte: ISS, IP 2004

Figura 7 - Peso dos diferentes tipos concelhos rurais/urbanos em Portugal continental (%)



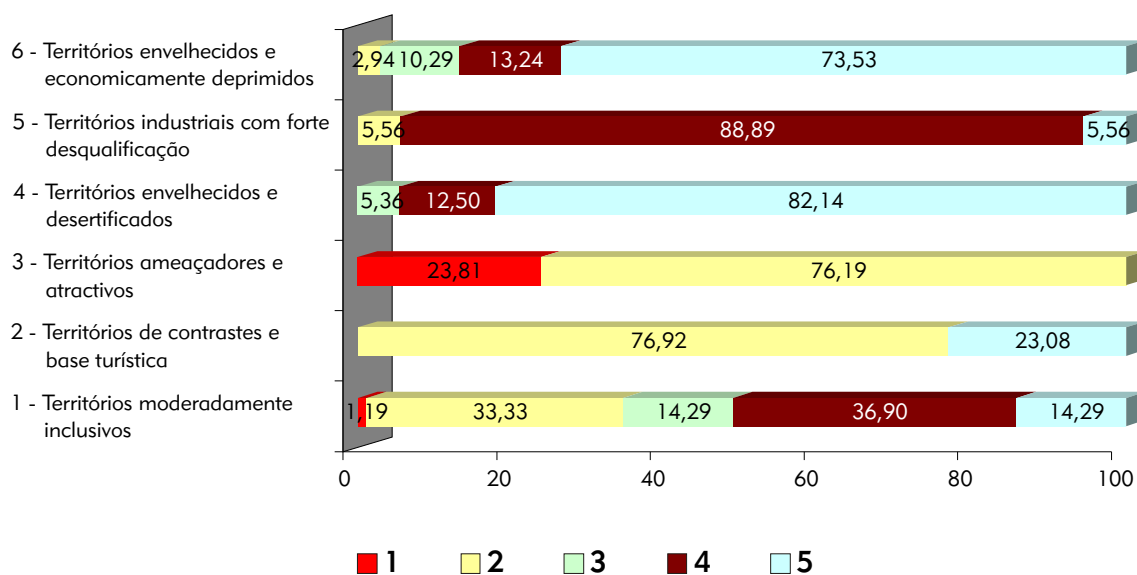
Fonte: ISS, IP 2004

Figura 8 - Distribuição dos tipos de exclusão pelas características rurais e urbanas dos territórios (nº concelhos)



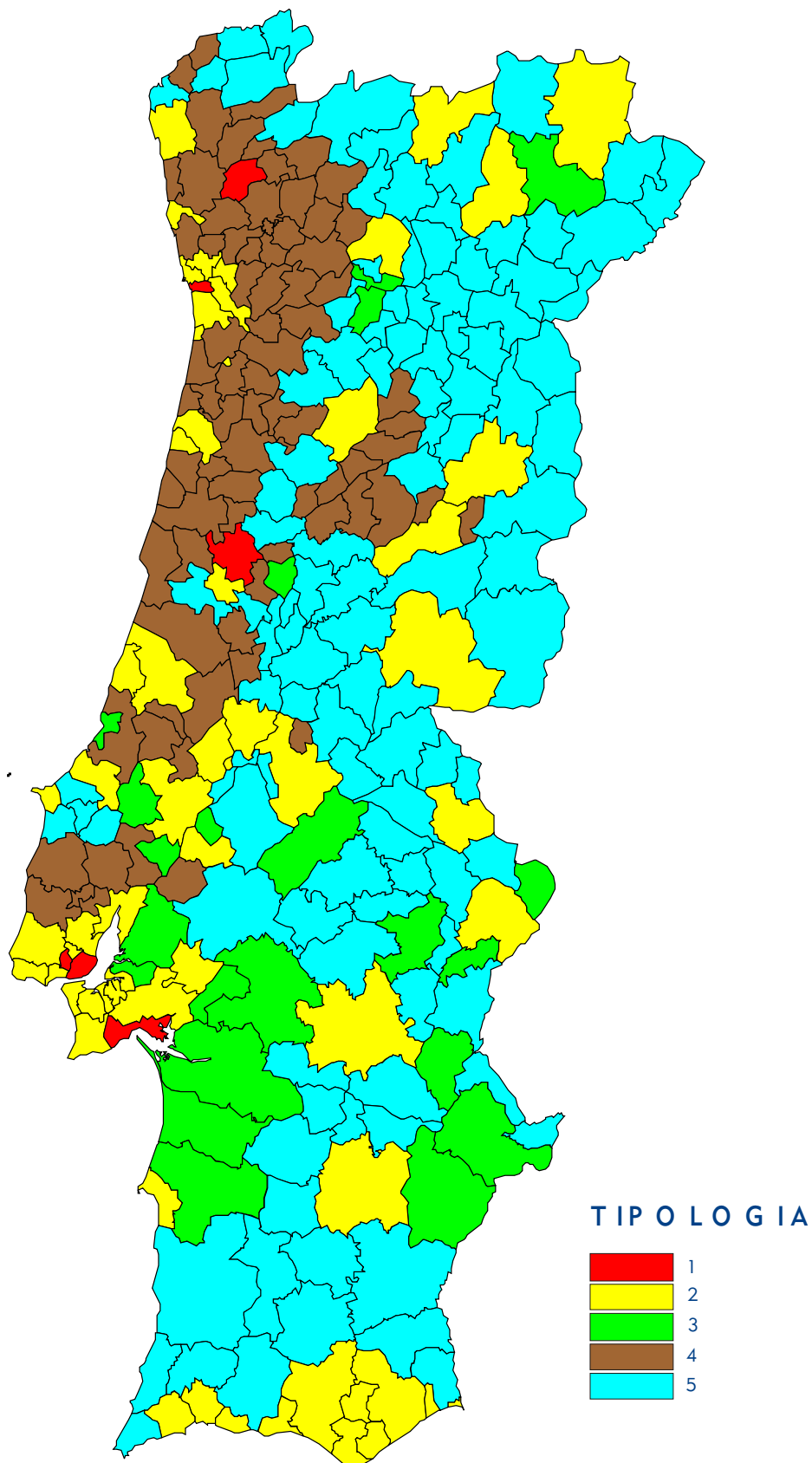
Fonte: ISS, IP 2004

Figura 9 - Distribuição dos tipos de exclusão pelas características rurais e urbanas dos territórios (%)



Fonte: ISS, IP 2004

Mapa 2 – Tipificação dos concelhos em termos rurais e urbanos em Portugal continental



3.5. Caracterização detalhada da tipologia de inclusão/exclusão

3.5.1. Territórios moderadamente integradores

Este tipo caracteriza a situação de 84 concelhos que se distribuem numa faixa litoral entre Monção e Mafra, interrompida pela bacia industrial nortenha entre Esposende e Aveiro¹⁶, atravessa o país pelo eixo viário que liga Lisboa a Espanha e salpica o interior do país assinalando sobretudo as capitais de distrito.

Para além da faixa litoral dos concelhos situados mais a Norte (Monção, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha e Viana do Castelo), este tipo conta ainda não só com os concelhos localizados imediatamente junto ao mar¹⁷, mas inclui concelhos contíguos a esta orla¹⁸.

A configuração da distribuição dos concelhos deste tipo coincide na zona que desce a partir de Leiria, com o eixo de urbanização identificado por Teresa Barata Salgueiro (1997) como uma extensão da área de influência de Lisboa. Este é um dos três eixos de prolongamento dessa área de influência que localizada no Vale do Tejo, atravessa os distritos de Leiria e Santarém. A par dele são ainda apontadas pela autora, a linha que percorrendo estes mesmos distritos avança a partir de Lisboa para norte, pela orla litoral do continente para além daquela que faz a ligação por estrada e através do Alentejo à fronteira espanhola.

De facto, a distribuição geográfica dos Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1) não só confirma estes dois eixos para Norte e Noroeste, como se encontra ainda, uma mancha longitudinal que segue através de Alcochete, Montijo, Moita e Palmela na Península de Setúbal; Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, no Alentejo Central desdobrando-se depois para Norte por Estremoz, Borba e Vila Viçosa pelo eixo viário que dá acesso a Badajoz e para Sul por Reguengos de Monsaraz seguindo o eixo viário que dá acesso a Rosal de la Frontera. Curiosamente os concelhos limites destas linhas não apresentam situações similares às daqueles que são atravessados por elas.

Verifica-se, ainda, uma outra tendência de distribuição que não segue uma configuração identificável, mas que se relaciona com a localização das capitais de distrito: Braga, Vila

¹⁶ Existem nesta mancha dois “enclaves” digamos assim, que correspondem a Braga, Gondomar e São João da Madeira.

¹⁷ Ílhavo, Vagos, Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Pombal, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Lourinhã, Torres Vedras, Mafra.

¹⁸ É o caso de Estarreja, Águeda, Anadia, Mealhada, Oliveira do Bairro, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga no Baixo Vouga, e de Oliveira de Frades e de um prolongamento em cunha da zona sudoeste para o nordeste de Dão-Lafões que engloba Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela e Viseu. Penacova, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova na zona do Baixo Mondego engrossam a faixa litoral do Baixo Mondego, circundando Coimbra. Inclui-se ainda nesta faixa a Lousã (Pinhal Interior Norte). O alargamento da faixa litoral estende-se na zona do Pinhal Litoral à Batalha e Porto de Mós, alargando-se na zona do Médio Tejo até Abrantes, incorporando Constância, Tomar e Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Ourém, Alcanena, descendo pela Lezíria do Tejo pelos concelhos de Rio Maior, Santarém, Azambuja, Cartaxo, Almeirim e Benavente.

Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja. Isto significa que à excepção daquelas sedes distritais cuja dinâmica as aproxima das duas principais áreas metropolitanas do país (é para além dos concelhos de Lisboa e Porto, o caso de Aveiro, Coimbra e Setúbal) ou do caso de Faro que é muito particular, a concentração de serviços e centros de decisão tem repercussões no tipo de desenvolvimento e no tipo de integração alcançada sobretudo quando não se ultrapassa um determinado nível de crescimento, não sendo tão evidenciados os traços mais negativos dos constrangimentos que se colocam a uma efectiva inclusão social, nomeadamente do ponto de vista da filiação.

Existem também casos isolados como Ponte da Barca, Chaves, Gondomar, S. João da Madeira, Covilhã, Oliveira do Hospital, Santiago do Cacém, Vila Real de Santo António e Monchique. Nestes concelhos encontramos dois tipos de dinâmicas que se poderão constituir como motores de desenvolvimento e de promoção da integração. Por um lado, temos concelhos onde existe uma população bastante jovem e com algum peso do emprego industrial, é o caso de Ponte da Barca e Oliveira do Hospital. O outro tipo de situação manifesta-se em concelhos com cidades médias com forte dinamismo demográfico, população qualificada, e bem equipados ao nível do saneamento básico e telecomunicações o que os aproxima deste ponto de vista da dinâmica das capitais de distrito: é o caso de Chaves, Gondomar, S. João da Madeira, Covilhã e Vila Real de Santo António. Fora deste grupo está Santiago do Cacém e Monchique. No caso de Santiago do Cacém, o facto de serem pouco significativos os traços de ruralidade expressos pelos indicadores seleccionados e de a população se concentrar, sobretudo, em pólos de dimensão intermédia, pode ser explicativo da existência de valores mais favoráveis neste concelho. Relativamente a Monchique, temos seguramente uma situação em que a capacidade de síntese dos tipos, corre riscos de apagar particularidades, já que estamos perante um caso que na perspectiva dos indicadores da tipologia rural/urbano coincide com um território sem pólos dinâmicos de desenvolvimento e com características marcadamente rurais.

Dando uma panorâmica geral do cruzamento entre os concelhos considerados neste tipo e os tipos identificados na tipologia rural/urbano, encontra-se o mesmo padrão duplo de explicação das situações que se identificaram acima. Existem, assim, predominantemente duas situações: uma em que os concelhos correspondem ao tipo 4 (37% dos casos), caracterizado pelo dinamismo demográfico e pela juventude da sua população, pelo grande peso do emprego industrial, mas demonstrando alguns traços rurais designadamente o facto de a maioria da população residir em centros com menos de 5000 habitantes e de existirem deficiências ao nível do saneamento básico e do acesso à internet.

A segunda situação mais predominante é a dos 28 concelhos (33%) que coincidem com o tipo 2 da tipologia rural/urbano, associado à existência de cidades médias, com forte dinamismo demográfico e população qualificada, boas condições do ponto de vista do

saneamento básico e das telecomunicações, com pouca expressão do emprego industrial e com traços de ruralidade pouco relevantes.

Existem ainda 12 concelhos que correspondem ao tipo 3 da tipologia rural/urbano caracterizado também pela fraca saliência dos traços rurais mas distinguindo-se pela concentração da população em centros urbanos de dimensão intermédia com 5000 a 10000 habitantes e pelo facto de não apresentar o tipo de características urbanas que descreve o tipo 3.

Em 12 casos este tipo coincide com territórios de traços essencialmente rurais, designadamente a grande maioria da população a residir em centros com menos de 5000 habitantes com uma população envelhecida, em que o trabalho agrícola é ainda relevante, o peso da população qualificada é pouco significativo e as infraestruturas de telecomunicações são deficitárias.

Numa análise dos indicadores que se revelaram explicativos deste tipo, dois aspectos ressaltam face aos restantes 5 tipos. Por um lado, nenhum dos indicadores da dimensão da desafiliação se revelou relevante, por outro lado, nenhum dos 9 indicadores que tendem a explicar este tipo apresenta valores desfavoráveis. Assim, ao nível da dimensão da desqualificação social objectiva os seguintes 6 indicadores merecem atenção: taxa de analfabetismo, saída antecipada do sistema de ensino, abandono precoce, desempregados de longa duração, taxa de desemprego e alojamentos sobrelotados. Relativamente à

Desqualificação social objectiva

Entre os indicadores da desqualificação social objectiva os relativos à escolarização surgem como mais favoráveis, quando comparados com a média nacional, do que aqueles que correspondem ao emprego/desemprego e às condições de habitação. Assim, a taxa de analfabetismo embora apresente valores superiores à dos Territórios ameaçadores e atractivos - tipo 3 (quase o dobro) e à dos Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5 (mais um ponto percentual), distancia-se positivamente da média nacional¹⁹. Os concelhos em que o peso da população analfabeta é menor são: São João da Madeira, Ílhavo, Gondomar, Braga, Águeda, Lousã, Caminha, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Viana do Castelo, Sesimbra e Leiria (com valores compreendidos entre os 4,8% e os 7,9%). Pelo contrário, Monchique, Borba, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Ponte da Barca, Pombal, Santiago do Cacém, Almeirim, Monção e Óbidos apresentam valores superiores à média nacional.

Se por um lado, em alguns destes concelhos que tendem a contrariar a tendência positiva do tipo no que diz respeito ao indicador em análise, estamos perante uma população mais envelhecida que tende a justificar aquelas taxas de analfabetismo mais elevadas, por outro lado, alguns destes concelhos apresentam, igualmente, valores desfavoráveis no que toca ao abandono escolar precoce²⁰ e à saída antecipada²¹ do sistema de ensino. A título de exemplo, refira-se o concelho de Óbidos por apresentar para os 3 indicadores da sub-dimensão da desqualificação social objectiva valores inferiores à média nacional.

Importa, no entanto, olhar isoladamente para o comportamento destes dois indicadores, pois poderão acrescentar alguma especificidade aos territórios que integram este tipo. Relativamente à saída antecipada do sistema escolar constata-se que este é o terceiro tipo com os valores mais favoráveis, só superado pelos registados nos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) e nos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2). Os concelhos que apresentam os valores mais positivos são, por ordem decrescente: Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Portalegre, Condeixa-a-Nova, Santiago do Cacém, Tomar, Sesimbra, Castelo Branco, Bragança e Monchique.

À excepção de Vila Nova da Barquinha e de Monchique, concelhos essencialmente rurais e que tendem a ter resultados positivos em termos da conclusão da escolaridade obrigatória por parte dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, os restantes

¹⁹ O valor médio aqui apresentado e utilizado no procedimento estatístico que deu lugar à construção das tipologias é calculado somando todos os valores das médias concelhias e dividindo pelo número de concelhos, correspondendo a uma média das médias.

²⁰ Total de indivíduos com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

²¹ Total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

territórios caracterizam-se, sobretudo, por se tratarem de cidades médias, onde se tende a valorizar o investimento na educação e onde o sucesso escolar tende a estar associado ao exercício de profissões mais qualificadas e bem remuneradas. Não se deve, no entanto, esquecer que estes concelhos poderão, possivelmente, também estar mais bem equipados do ponto de vista dos equipamentos escolares e com uma rede de acessibilidades mais estruturante e eficaz.

No que diz respeito ao abandono escolar precoce este tipo também revela taxas favoráveis, só superadas pelas registadas nos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). Os concelhos a destacar por apresentarem valores inferiores a 1,3%, ou seja, mais favoráveis são: Arruda dos Vinhos, Mealhada, Batalha, Condeixa-a-Nova, Sever do Vouga, Lousã, São João da Madeira, Ponte da Barca, Caminha, Monchique. Pelo contrário, aqueles que revelam valores superiores à média nacional são: Borba, Rio Maior, Cadaval, Óbidos, Almeirim, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Reguengos de Monsaraz, Albergaria-a-Velha, Abrantes, Chaves e Montijo.

Como se tinha referido acima, no que diz respeito aos indicadores de emprego e desemprego, os valores médios são favoráveis ainda que distem menos face aos valores nacionais que os indicadores da escolarização.

Relativamente à taxa de desemprego, este tipo regista um valor médio (7,37%) que se situa acima dos Territórios de contrastes e base turística - tipo 2 (5,14%) e dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (7,10%). Os concelhos onde a situação é mais favorável são Ourém, Batalha, Pombal, Porto de Mós, Vale de Cambra, Oliveira do Bairro, Alcobaça, Mafra, Cantanhede e Águeda, todos eles caracterizados por uma população jovem residindo em pequenos aglomerados e com um peso importante da indústria na estrutura de emprego. Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Estremoz também com taxas de desemprego abaixo da média, prefiguram já um outro tipo de situação sem o mesmo dinamismo demográfico e uma estrutura de emprego menos característica, distinguindo-se também pelo facto de terem uma distribuição da população em aglomerados de dimensão intermédia (5 000 a 10 000). A Marinha Grande e Leiria assumem já características de cidades médias, dinâmicas do ponto de vista demográfico, com uma população qualificada e bem equipados do ponto de vista do saneamento básico e das telecomunicações. Monchique assumindo características de ruralidade, com uma população envelhecida, peso relevante do trabalho agrícola, défice de população qualificada e infraestruturas de telecomunicações deficientes destaca-se do conjunto já que as razões que estão na base de um indicador favorável prender-se-ão menos com uma capacidade integradora do território, mas com a sua exclusão relativamente aos processos de desenvolvimento do país que se traduzem na permanência da população envelhecida e a expulsão dos mais jovens.

Relativamente àqueles que têm situações contrastantes com as do tipo temos por ordem decrescente a Covilhã, Santiago do Cacém, Viseu, Gondomar, Montijo, Braga, Vila Real, Chaves e Abrantes todos eles assumindo características de cidades médias com forte dinamismo e população qualificada, à excepção de Santiago do Cacém menos urbano e de Braga que pelo contrário, assume já características que a aproximam de áreas metropolitanas como Lisboa e Porto.

Também no que respeita à taxa de desemprego de longa duração, a situação sendo favorável em termos médios (30,36%), é superada largamente pela dos Territórios de contrastes e base turística - tipo 2 (20,51%). Os concelhos cuja situação é mais positiva são por ordem decrescente Montemor-o-Novo, Bragança, Borba, Vendas Novas, Torres Vedras, Évora, Ponte da Barca, Mafra, Lousã, Lourinhã, Ourém, Cadaval, Marinha Grande, Figueira da Foz, Leiria, Estremoz e Nazaré. A maior parte são concelhos dinâmicos do ponto de vista demográfico e com uma população jovem empregue sobretudo no sector da indústria que correspondem ao tipo 4 da tipologia rural/urbano (Torres Vedras Ponte da Barca, Mafra, Ourém, Figueira da Foz) bem como concelhos cujas características correspondem ao tipo 3 desta tipologia. Existem ainda casos de cidades médias cujos valores são favoráveis (Bragança, Évora, Marinha Grande, Leiria) bem como três casos de concelhos de características eminentemente rurais (Borba, Lourinhã, Cadaval).

Os casos mais críticos do ponto de vista do indicador taxa de desemprego de longa duração são Gondomar Braga, Estarreja, Azambuja, Cartaxo, Viseu, Sesimbra, Vale de Cambra, Oliveira de Frades, Arruda dos Vinhos, Vila Nova de Cerveira, Montemor-o-Velho, Covilhã, Mealhada e Penacova (com valores de 43,68% a 35,44%) aproximando-se e até superando os valores dos dois tipos mais flagelados deste ponto de vista os Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5 (40,02%) e os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (38,58%).

No que diz respeito ao outro indicador de desqualificação objectiva tido como significativo para a explicação do tipo, o peso dos alojamentos sobrelotados, aqui volta-se a ter uma situação favorável, mesmo se não tanto quanto a dos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2). Mortágua (com o quinto valor mais baixo do país), Castelo Branco, Pombal, Condeixa-a-Nova, Batalha, Leiria, Bragança, Penacova, Ourém, Marinha Grande, Mealhada e Santa Comba Dão são os casos mais favoráveis com valores que vão por ordem crescente dos 6,09% aos 8,99%. Os casos mais destacados da tendência do tipo são Gondomar, Ponte da Barca, Vila Real de Santo António, Nazaré, Braga, Azambuja, Cartaxo, Torres Vedras, Vila Viçosa, Palmela, Sobral de Monte Agraço, Mafra, Peniche, Arruda dos Vinhos, Santiago do Cacém e Sesimbra com valores por ordem decrescente dos 20,89% aos 15,27%, isto é acima da média nacional e no caso de Gondomar, Ponte da Barca, Vila Real de Santo António bastante próximos da média dos Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5 (20,45%).

Privação económica

Do ponto de vista dos rendimentos é neste tipo que se encontra o menor peso de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), embora em termos de IRS per capita o conjunto dos territórios aqui em análise apareçam em 3º lugar, superados pelos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) e os de Contrastes e base turística (tipo 2). A fraca expressão de beneficiários do RMG poderá ser indicativa da existência de poucas situações de precariedade económica. Contudo, a sua interpretação deve merecer uma análise mais cuidada, uma vez que as formas de acesso a medidas de política social, podem diferir substancialmente entre territórios em função da eficácia das estruturas institucionais aí presentes.

Em termos concelhios surge à cabeça Caldas da Rainha com o menor peso de beneficiários do RMG face à população residente (0,51%), sendo este concelho, o 4º do continente com a menor expressão deste tipo de situações²². Sesimbra, Covilhã, Óbidos, Leiria, Marinha Grande, Condeixa-a-Nova, Alcochete, Batalha, Castelo Branco, Montijo e Penacova são concelhos que apresentam igualmente, valores inferiores a 1%. Aqueles que superam a média nacional são: Vila Real de Santo António (6,9%), Beja (6%), Santa Comba Dão (5,2%), Viseu (4,7%), Ponte da Barca (4,6%), Gondomar (4,5%), Chaves (3,7%), S. João da madeira (3,6%), Oliveira do Hospital (3,5%) e Constância (3,4%).

Relativamente ao IRS per capita os 84 concelhos que constituem este tipo apresentam em termos médios um valor de 393,8€. Como foi referido, os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) são os mais favoráveis do continente mais que duplicando estes valores (858,6€), seguido pelos Territórios de contrastes e base turística - tipo 2 (432,2€). Existem, no entanto, grandes disparidades em termos do rendimento entre os concelhos deste tipo. Monchique aparece com os valores mais baixos (199,7€), o que poderá traduzir o grande peso de pensionistas face à população empregada. E Évora com os valores mais elevados (748,4€).

Quanto ao rácio pensionistas face à população empregada, a média deste tipo (0,63) encontra-se a uma distância face à média nacional (0,78) o que torna este indicador fortemente explicativo. Braga (com o 17º valor mais baixo do Continente), Gondomar, Ílhavo, Leiria, Torres Vedras, São João da Madeira, Cartaxo, Albergaria-a-Velha, Constância, Palmela, Vagos, Viseu, Águeda, Sesimbra, Benavente e Mafra com valores entre os 0,37 e os 0,50, são os concelhos com uma situação mais favorável. Monchique, Borba, Monção, Reguengos de Monsaraz, Ponte da Barca, Montemor-o-Novo, Azambuja, Estremoz, Vila

²² Os concelhos que ainda apresentam valores mais inferiores do que Caldas da Rainha são: Mora, Vila Velha de Rodão e Proença-a-Nova.

Nova de Cerveira e Tomar contrariam a tendência com valores acima da média nacional, situando-se num intervalo entre os 0,96 e os 0,80 aproximando-se assim dos valores dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (0,96).

Em suma, parece existir uma relação entre o tipo de territórios e os níveis de escolarização e rendimentos. Verifica-se, pois, que os territórios com características mais rurais e onde a população é mais envelhecida, revelam défices de qualificação e de capital económico, explicado este não só pelo exercício de profissões mais desqualificadas, mas também pelo peso de baixas pensões.

Os casos de Borba, Cadaval, Monção e Monchique são apenas alguns dos exemplos mais paradigmáticos da situação acima mencionada, levantando a questão de se estar realmente perante situações favoráveis do ponto de vista da inclusão social. Embora os indicadores relativos ao desemprego e aos alojamentos sobrelotados não se destaquem pela negativa, não significa, necessariamente, que estes territórios revelem a melhor situação do ponto de vista do mercado de trabalho e da habitação. De facto, cerca de $\frac{1}{4}$ da população tem mais de 65 anos, o que significa que não está numa situação de empregabilidade. Por outro lado, o fraco dinamismo económico destes concelhos também poderá ter conduzido a processos migratórios por parte da população mais jovem, provocando, eventualmente, um equilíbrio entre procura e oferta de mão-de-obra.

Apesar das reservas que se possam levantar quanto à inclusão de alguns dos concelhos em análise nos Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1), constatou-se a existência de um padrão de acumulação de factores positivos relativamente às dimensões da desqualificação social objectiva e da privação económica.

Quadro 6- Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios moderadamente inclusivos

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Desqualificação social objectiva	Escarlização	Taxa de analfabetismo	-		São João da Madeira, Ílhavo, Gondomar, Braga, Águeda, Lousã, Caminha, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Viana do Castelo, Sesimbra, Leiria	Monchique, Borba, Montemor-o-Novo, Estremoz, Reguengos de Monsaraz, Ponte da Barca, Pombal, Santiago do Cacém, Almeirim, Monção, Óbidos
		Saída antecipada do sistema escolar	-		Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Portalegre, Condeixa-a-Nova, Santiago do Cacém, Tomar, Sesimbra, Castelo Branco, Bragança, Monchique	Oliveira do Hospital, Oliveira de Frades, Ponte da Barca, Valença, Óbidos, V. Nova de Cerveira, Albergaria-a-Velha, Vagos, Vale de Cambra
		Abandono escolar precoce	-		Arruda dos Vinhos, Mealhada, Batalha, Condeixa-a-Nova, Sever do Vouga, Lousã, São João da Madeira, Ponte da Barca, Caminha, Monchique	Borba, Rio Maior, Cadaval, Óbidos, Almeirim, Sobral de Monte Agraço, Alenquer, Reguengos de Monsaraz, Albergaria-a-Velha, Abrantes, Chaves e Montijo
	Emprego e desemprego	Desempregados de longa duração	-		Montemor-o-Novo, Bragança, Borba, Vendas Novas, Torres Vedras, Évora, Ponte da Barca, Mafra, Lousã, Lourinhã, Ourém, Cadaval, Marinha Grande, Figueira da Foz, Leiria, Estremoz, Nazaré	Gondomar, Braga, Estarreja, Azambuja, Cartaxo, Viseu, Sesimbra, Vale de Cambra, Oliveira de Frades, Arruda dos Vinhos, V. Nova de Cerveira, Montemor-o-Velho, Covilhã, Mealhada, Penacova
		Taxa de desemprego	-		Ourém, Batalha, Pombal, Porto de Mós, Leiria, Vale de Cambra, Vendas Novas, Monchique, Mafra, Oliveira do Bairro, Montemor-o-Novo, Cantanhede, Alcobaça, Estremoz, Marinha Grande, Águeda	Covilhã, Santiago do Cacém, Viseu, Gondomar, Montijo, Braga, Vila Relá, Chaves, Abrantes
	Condições de habitação	Alojamentos sobrelotados	-		Mortágua, Castelo Branco, Pombal, Condeixa-a-Nova, Batalha, Leiria, Bragança, Penacova, Ourém, Marinha Grande, Mealhada, Santa Comba Dão, Évora, Mafra, Braga, Portalegre, Sesimbra, Beja, F. da Foz, Alcochete	Gondomar, Ponte da Barca, V. Real de Sto António, Nazaré, Braga, Azambuja, Cartaxo, Torres Vedras, Vila Viçosa, Palmela, Sobral de Monte Agraço, Mafra, Peniche, Arruda dos Vinhos, S. Do Cacém, Sesimbra
Privação económica	Rendimentos	IRS per capita	+		Castelo Branco, Santarém, Bragança, Viseu, Palmela, Marinha Grande, S. João da Madeira, Vila Real, Leiria, Guarda, Condeixa-a-Nova, Caldas da Rainha	Monchique, Ponte da barca, Penacova, Cadaval, Monção, Oliveira do Hospital, Valença, Tondela, V. Nova de Cerveira, Mortágua
		Beneficiários do RMG	-		Caldas da Rainha, Sesimbra, Covilhã, Óbidos, Leiria, Marinha Grande, Condeixa-a-Nova, Alcochete, Batalha, Castelo Branco, Montijo, Penacova	V. Real Sto António, Beja, Santa Comba Dão, Viseu, Ponte da Barca, Gondomar, Chaves, S. João da madeira, O. do Hospital, Constância
	Protecção social	Pensionistas face à população empregada	-		Braga, Gondomar, Ílhavo, Leiria, Torres Vedras, S. João da Madeira, Cartaxo, Albergaria a Velha, Constância, Palmela, Vagos, Viseu, Águeda, Sesimbra, Benavente, Mafra	Monchique, Borba, Monção, Reguengos de Monsaraz, Ponte da Barca, Montemor-o-Novo, Azambuja, Abrantes, Estremoz, Vila Nova de Cerveira, Tomar

- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.



O indicador revela condições favoráveis face à média nacional

O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

¹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da "desafiliação" poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

² Incluem-se, aqui, a maioria dos concelhos que se distanciam da média nacional e que contrariam a tendência do tipo.

3.5.2. Territórios de contrastes e base turística

São dez os indicadores que tendem a explicar este tipo. Sete dizem respeito à dimensão da desqualificação social objectiva (população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, saída antecipada do sistema de ensino, desempregados de longa duração, taxa de desemprego, população com profissões desqualificadas, pessoas residentes em alojamentos não clássicos, população infectada com HIV); dois correspondem à dimensão da desafiliação (taxa de criminalidade e peso dos estrangeiros na população residente); relativamente à privação económica explica o tipo apenas um indicador que se prende com o peso dos pensionistas face à população empregada (cf. Quadro 7).

Este tipo é o menos representado no território continental português, correspondendo, apenas a 13 concelhos e a 3,8% da população residente. Estes concelhos pertencem à região do Algarve (à excepção de Monchique, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António) pertencendo um à região do Alentejo (Sines). A maioria dos territórios que integram este tipo caracteriza-se pela presença de traços urbanos salientes, nomeadamente pelo seu forte dinamismo demográfico, pelo peso da população qualificada e por estarem bem equipados em termos de saneamento básico e telecomunicações. Para esta situação muito tem concorrido o aumento das deslocações de turismo e veraneio e a emergência de novos espaços de consumo, de cultura e de lazer. Estes factores tendem, pois, a surgir como os principais responsáveis pela revitalização de algumas áreas rurais para actividades de turismo que caracterizam o território aqui em análise.

Este é, pois, entre os vários tipos analisados para o continente o que concentra o maior peso de estrangeiros face à população residente, em parte muito atraídos pelas condições acima referidas. No entanto, o dinamismo urbanístico e económico que tem marcado nos últimos anos estes territórios (mesmo que de carácter sazonal) atrai, igualmente, outro tipo de estrangeiros (com diferente estatuto socio-económico) dado o potencial mercado de trabalho associado à construção civil e à prestação de serviços. Albufeira, Lagoa, Aljezur, Lagos, Vila do Bispo e Loulé são os concelhos que apresentam a maior concentração de população estrangeira, ultrapassando os valores da média do tipo já de si bastante levada (5,87% contra 1,68% de média nacional). Por seu lado, os concelhos de Olhão, Sines e Faro são aqueles que no interior deste tipo apresentam o menor peso de estrangeiros face à população residente, excedendo mesmo assim, praticamente no dobro, o valor da média nacional¹.

Como foi referido, os estrangeiros presentes nos territórios aqui em análise poderão ser de estatutos socio-económicos muito diferenciados. As dificuldades que se colocam aos que são

¹ O valor médio aqui apresentado e utilizado no procedimento estatístico que deu lugar à construção das tipologias é calculado somando todos os valores das médias concelhias e dividindo pelo número de concelhos, correspondendo a uma média das médias

atraídos para esta zona do país à procura de melhores condições de vida poderão, eventualmente, estar relacionadas com alguma instabilidade económica, fruto da sazonalidade das actividades proporcionadas pelo mercado de trabalho, que se reflecte no deficiente acesso a condições habitacionais condignas. De facto, as condições habitacionais são das mais desfavoráveis do país. À semelhança do que se passa nas grandes áreas urbanas do país, também aqui se assiste a um número relativo elevado de pessoas a viverem em alojamentos não clássicos², tendência só contrariada pelos valores apresentados pelos concelhos de Tavira e Aljezur, por serem inferiores à média nacional.

Embora não seja possível estabelecer uma correlação directa entre o peso dos estrangeiros face à população residente e a população infectada com HIV, a flutuação populacional característica destes concelhos, muito devido a fenómenos migratórios e aos fluxos populacionais que caracterizam a actividade turística, poderá, em parte, explicar o facto de ser aqui que se registam os valores mais altos de indivíduos com HIV. De referir, no entanto, que esta situação é muito condicionada pelos valores registados nos concelhos de Portimão e Sines, mas também pelos de Faro e Loulé. Em oposição, Vila do Bispo, Tavira, Aljezur, Silves e Olhão destacam-se no interior deste tipo por apresentarem valores inferiores à média nacional.

Mas os traços mais negativos não se resumem aos dois indicadores referenciados, eles traduzem-se, igualmente, pela elevada taxa de criminalidade, com destaque para o concelho de Albufeira (17,1%), Portimão (6,2%), Sines (6,2%) e Lagos (6%), quando a média nacional se fica pelos 2,7% e a do tipo nos 5,9%.

Os traços comuns mais favoráveis à maioria dos concelhos que integram este tipo traduzem-se pelos aspectos positivos registados no domínio da educação. Também no domínio do emprego o panorama é, globalmente, positivo traduzido por níveis de desemprego mais baixos e por um peso inferior de população empregada em grupos profissionais mais desqualificados. Com efeito, e de acordo com os dados recolhidos, a situação face ao emprego é das mais benéficas do país, o que em parte se explica pelas condições igualmente favoráveis em termos de escolarização e pelo peso da população mais jovem³. Deve, no entanto, alertar-se para o facto dos dados do desemprego se reportarem a Setembro de 2003, podendo pois estes valores mais positivos estarem condicionados pelo emprego sazonal no sector do turismo. Alerta-se para o caso de Sines que regista 10,7% de taxa de desemprego, valor muito superior à da média dos concelhos que enquadram este tipo (5,1%) e ultrapassando a média nacional (8,5%). Para o baixo peso dos desempregados de longa duração pode, igualmente, concorrer a sazonalidade do emprego que caracteriza estes territórios, evitando, assim, a perpetuação de situações de não integração no mercado de trabalho.

² Os concelhos que registam valores superiores à média deste tipo são por ordem decrescente: Sines, Faro, Albufeira, Lagoa, Portimão, Loulé.

³ A par do peso da população jovem existe uma fraca expressão dos pensionistas face à população empregada, sobretudo, nos concelhos de Albufeira, Lagoa, Faro, Loulé e Sines.

Os concelhos de Aljezur, Silves e Vila do Bispo apesar de apresentarem traços semelhantes aos dos restantes territórios em termos das variáveis que permitiram incluí-los neste tipo, eles registam, no entanto, especificidades que importa assinalar. De facto, em termos do tipo de territórios, tratam-se de concelhos com cariz marcadamente rural, não só pela fraca dimensão populacional, mas também por algumas das suas características sócio-demográficas, aproximando-se dos concelhos do interior do país quer em termos das características dos territórios, quer naquilo que os fazem identificar com as condições mais desfavoráveis em termos de inclusão social. É de destacar o peso dos idosos face à população residente, repercutindo-se, sobretudo em Aljezur e Vila do Bispo, pela elevada taxa de pessoas institucionalizadas e de indivíduos com mais de 65 anos a viverem sozinhos; mas também, para os três concelhos considerados, em défices de população qualificada: taxas de analfabetismo e de saída antecipada⁴ muito elevadas. Aljezur, Silves e Vila do Bispo aproximam-se, assim, na dimensão da escolarização, aos valores registados entre os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4).

O concelho de Sines é outro território que apresenta, igualmente, algumas particularidades face à maioria dos concelhos que integram este tipo. Para além de ser o segundo concelho com a maior taxa de população com HIV, muito superior à registada pela média do tipo, apresenta também o maior peso de pessoas em alojamentos não clássicos e face às médias registadas para o conjunto de concelhos que integram este tipo, regista pesos superiores de alojamentos sobrelotados, de taxa de criminalidade e de desempregados.

⁴ Total de indivíduos com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Quadro 7 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios de contrastes e base turística

	Dimensão	Indicador	Sinal ⁵	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ⁶
Desafiliação	Criminalidade	Taxa de criminalidade	-		Albufeira, Portimão, Sines e Lagos	Aljezur, S. Braz de Alportel
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Albufeira, Lagoa, Aljezur, Lagos, Vila do Bispo e Loulé	Olhão, Sines e Faro
Desqualificação social objectiva	Escarlarização	População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	-		Faro, Aljezur, Portimão	
		Saída antecipada do sistema escolar	-		Faro, Portimão, Lagos	
	Emprego e desemprego	Desempregados de longa duração	-		Lagos, Vila do Bispo, Loulé, Albufeira, S. Braz de Alportel	
		Taxa de desemprego	-		Albufeira, Loulé, Vila do Bispo, S. Braz de Alportel	Sines, Olhão, Portimão
		População com profissões desqualificadas	-		Faro, Portimão, Albufeira, Vila do Bispo	
	Condições de habitação	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	-		Sines, Faro, Albufeira, Lagoa, Portimão	Tavira, Aljezur
	Handicaps pessoais	População infectada com HIV	-		Portimão, Sines, Faro, Loulé	Vila do Bispo, Tavira, Aljezur, Silves e Olhão
Privação económica	Protecção social	Pensionistas face à pop. empregada	-		Albufeira, Lagoa, Faro, Loulé, Sines	Aljezur

- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.
- O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.

	O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela dupla leitura
	O indicador revela condições favoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

⁵ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da "desafiliação" poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

⁶ Incluem-se, aqui, a maioria dos concelhos que se distanciam da média nacional e que contrariam a tendência do tipo.

3.5.3. Territórios ameaçadores e atractivos

São apenas 21 os concelhos que pelas suas características integram este tipo: 12 pertencem à região de Lisboa e Vale do Tejo e enquadram-se na Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Amadora, Oeiras, Cascais, Odivelas, Loures, Sintra, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Moita e Setúbal); 3 à região Centro (Coimbra, Aveiro e Entroncamento) e 5 da região Norte enquadrados na Área Metropolitana do Porto (Vila Nova de Gaia, Porto, Espinho, Maia e Matosinhos).

Paradoxalmente este tipo tanto é o segundo menos representativo do continente face aos concelhos que agrupa (apenas 21, traduzido por 7,1% dos concelhos do continente), como também apresenta o maior peso da população residente face aos outros tipos (36,2%). Este carácter paradoxal esbate-se se nos debruçarmos sobre as características da urbanização em Portugal, que tendem a reflectir as condições naturais e históricas de ocupação do território, os movimentos da população e o modelo de desenvolvimento económico que vigorou nas últimas décadas.

De facto, a expansão económica foi inicialmente muito baseada na concentração da indústria e no crescimento do sector terciário sobretudo na faixa litoral. Por outro lado, a orla costeira sendo a região mais fértil e mais propícia às trocas, a par de um conjunto de acontecimentos históricos contribuíram decisivamente para que aqui se tenha concentrado uma parte significativa da população residente. Trata-se, pois, à semelhança dos sistemas urbanos de outros países do Mediterrâneo, de uma macrocefalia bicéfala, liderada pelas duas áreas metropolitanas do país⁷, onde se destaca o papel predominante de Lisboa desde há muito reforçado pela sua função de capital do país, fixada no século XIII, e beneficiando da sua posição central e das condições excelentes do estuário do Tejo, mas também pelo reforço, desde o século XVIII, da importância do Porto.

Relativamente aos movimentos da população, se se mantém a tendência ancestral para a efectiva emigração de populações, para fora do país, dois outros movimentos atingiram proporções determinantes no actual povoamento do território nacional: o movimento das migrações internas, na generalidade direccionado do interior para o litoral do país, e o movimento imigratório dirigido, igualmente, para esta área do país, com dois grandes focos de polarização demográfica, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Estes fluxos migratórios irão determinar uma ocupação sucessiva do litoral, num processo em que as populações são, efectivamente, "atraídas" pelas cidades, mas acabam por fixar residência nas suas diversas periferias, onde muitas vezes se sedimentam processos de marginalização

⁷ As duas áreas metropolitanas do país concentram 38,1% do total da população residente em Portugal (continente e ilhas). A área metropolitana de Lisboa com os seus 18 concelhos representa 25,9%, ao passo que os 9 concelhos que integram a do Porto concentram 12,2%. No caso da Área Metropolitana do Porto a sua densidade populacional é 14 vezes superior à nacional e quase duplica a da AML.

e segregação sócio-espacial, com problemas sociais de carácter muito heterogéneo e a exigir estratégias e acções públicas de reordenamento e requalificação dos espaços e de combate à pobreza e à exclusão social.

Embora as duas áreas metropolitanas do país tenham vindo, nos últimos 20 anos, a registar uma diminuição da taxa de crescimento, e intensos movimentos de reorganização interna, a sua taxa de crescimento continua a ser superior à do país, permanecendo como as principais áreas atractivas. Aquela reorganização interna passa pela desconcentração e periferização de pessoas e actividades com o consequente aumento da área construída, em paralelo com o desenvolvimento de novas centralidades e pelo agudizar das fragmentações socio-espaciais (Salgueiro, 1997).

À excepção dos concelhos da Amadora, Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra que integram o tipo 1 da tipologia urbano/rural e que para além da sua grande dimensão, apresentam níveis de qualificação elevados e forte integração na rede de TV Cabo, os restantes territórios incluem-se no tipo 2 desta mesma tipologia, no sentido em que grande parte representa concelhos sub-urbanos das duas áreas metropolitanas do país (Lisboa e Porto), incluindo ainda os concelhos de Aveiro e Entroncamento. Tratam-se, pois de territórios com forte dinamismo demográfico, grande peso de população qualificada e apresentando a melhor rede de saneamento básico e de telecomunicações.

Relativamente aos indicadores da tipologia de inclusão/exclusão, são 18 os que mais tendem a explicar este tipo (cf. Quadro 9). Oito indicadores reportam-se à desqualificação social objectiva (população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, taxa de analfabetismo, saída antecipada do sistema de ensino, abandono escolar precoce, desempregados de longa duração, população com profissões desqualificadas, pessoas residentes em alojamentos não clássicos, alojamentos sobrelotados); cinco dizem respeito à dimensão da desafiliação (taxas de cobertura de equipamentos de apoio a idosos e de pessoas institucionalizadas, peso das famílias monoparentais, estrangeiros na população residente e taxa de criminalidade); cinco são relativos à privação económica (IRS per capita, percentagem de poder de compra, peso das famílias numerosas, valor médio anual de pensões e peso de pensionistas face à população empregada).

A maioria destes indicadores apresenta traços favoráveis em termos de inclusão, destacando-se, numa análise comparativa entre todos os tipos, os indicadores relativos à escolarização, à qualificação do emprego e aos rendimentos. A excepção recai no elevado peso de famílias monoparentais e de pessoas residentes em alojamentos não clássicos por registarem a situação mais desfavorável do continente.

Os indicadores relativos à taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos, de criminalidade, aos estrangeiros na população residente, aos desempregados de longa duração e aos alojamentos sobrelotados apresentam valores que colocam, embora de uma forma menos expressiva, estes concelhos numa situação mais vulnerável.

Desafiliação

Este tipo revela, quer uma baixa taxa de pessoas institucionalizadas⁸, quer uma baixa taxa de cobertura de equipamentos para idosos. Esta situação pode traduzir a fraca representatividade da população idosa e de pensionistas nos concelhos que integram este tipo, mas também querer significar que existe nos territórios em análise uma menor cobertura ao nível das instituições prisionais, educacionais e de apoio social e/ou não se assistir a um encaminhamento das populações em causa para estas estruturas formais de apoio pelo facto de existirem mecanismos alternativos de resposta.

Existem, no entanto, concelhos que contrariam esta tendência no interior do tipo, destacando-se por assumirem para cada um dos indicadores valores mais elevados. Assim, relativamente à taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos os concelhos de Vila Franca de Xira, Entroncamento, Maia e Loures apresentam valores superiores à média do tipo. Por seu lado a taxa de pessoas institucionalizadas é superior nos concelhos de Matosinhos, Lisboa, Cascais, Porto, Coimbra.

O indicador relativo à sub-dimensão estruturas familiares que se torna explicativo deste tipo reporta-se às famílias monoparentais. Este tipo é o que apresenta os valores mais elevados de famílias monoparentais, ultrapassando aproximadamente em 1 ponto percentual a média nacional. O crescimento deste tipo de famílias tem estado associado à difusão dos modos de vida urbanos, daí registar-se uma superioridade, face à média dos concelhos que integram este tipo, do peso relativo deste tipo de famílias nos concelhos do Porto, Oeiras, Cascais, Lisboa, Amadora, Espinho, Barreiro, Moita, Loures e Almada. Por seu lado, o Entroncamento é o concelho que mais se aproxima da média nacional.

Reconhece-se que existem nesta mesma categoria situações muito diferenciadas relacionadas, por exemplo, com o facto de poder ser uma situação preparada⁹, que nem sempre tende a traduzir situações de vulnerabilidade sócio-económica, nomeadamente e dada a sua relevância em meio urbano, mais permeável à incorporação de valores pós-modernos, a expressão das famílias monoparentais pode, igualmente, revelar novas formas de encarar as relações conjugais e a família.

⁸ De acordo com o INE, as famílias institucionais referem-se ao conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade exterior/interior ao grupo. Consideraram-se aqui as pessoas a residir em instituições prisionais, educacionais e de apoio social por poderem traduzir situações de maior fragilidade social. Excluíram-se, assim, as famílias institucionais referentes a hotéis e similares, militares, religiosas, de trabalho e saúde. populacional é 14 vezes superior à nacional e quase duplica a da AML.

⁹ Alguns estudos (nomeadamente, Wall; 2003) têm verificado que desagregando esta situação por estados civis é significativo o peso das mulheres escolarizadas e qualificadas entre as mulheres divorciadas, bem como os seus níveis de participação no mercado de trabalho, quando comparadas com as mães solteiras ou as mães viúvas, distinguindo-se mesmo quando postas em confronto com os homens sozinhos.

Apesar destas constatações, alguns estudos têm mostrado que se está perante um conjunto de famílias que tomadas como um todo, registam vulnerabilidades a situações de exclusão e de pobreza¹⁰. De facto, tendo em conta que estas são famílias que acumulam desvantagens face ao mercado de trabalho (em grande parte dos casos, mulheres, com menos recursos escolares e qualificações e com menos tempo disponível por força das responsabilidades familiares que recaem apenas nelas) e rendimentos mais baixos, é fácil compreender que estão muito mais frágeis a formas várias de exclusão, designadamente à estigmatização em meios mais conservadores que se pode traduzir por riscos de ruptura dos laços familiares, conduzindo-as a recorrer aos serviços de protecção pelas dificuldades em fazer face à satisfação de necessidades básicas¹¹.

A taxa de criminalidade é outro dos indicadores explicativos deste tipo e o seu peso só é ultrapassado pelos valores registados nos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2). No entanto, o concelho de Lisboa para além de ser aquele que regista a maior taxa entre os concelhos que integram os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3), ultrapassa também, a média do Territórios de contrastes e base turística. Aveiro, Porto, Almada, Setúbal, Cascais, Espinho, Matosinhos e Amadora são os outros concelhos que ultrapassam a média do tipo, destacando-se, igualmente, da média nacional. Pelo contrário, Entroncamento e Odivelas registam valores inferiores à média nacional.

Ao nível do peso dos estrangeiros face à população residente, e à semelhança do indicador anteriormente apresentado, este tipo aparece em segundo lugar em termos da sua relevância, só superada pelos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2), destacando-se os concelhos sub-urbanos da área metropolitana de Lisboa, por ultrapassarem largamente a média registada neste tipo (3,99%). São eles Amadora, Cascais, Loures, Sintra, Odivelas, Seixal, mas também Oeiras, Almada, Moita e Setúbal. O peso que os estrangeiros assumem nestes concelhos vem, assim, corroborar o que anteriormente foi exposto relativamente à atracção dos migrantes pelos centros urbanos, sobretudo da região de Lisboa e Vale do Tejo acabando por fixarem residência nas suas periferias, geralmente, em bairros de barracas ou em áreas com deficiências em termos de infraestruturas e equipamentos (caso dos clandestinos). Os estrangeiros que aqui que se vão fixando tendem a acumular diversas situações de desvantagem, nomeadamente a ausência de autorizações de residência, a falta

¹⁰ É o caso de alguns estudos de economistas que têm trabalhado com os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares como Leonor Vasconcelos Ferreira (1993) ou outros como é o caso de análises a partir de dados secundários (Capucha; 2002; 1998) ou ainda Bomba, T., Fernandes R., Machado, C. e Nascimento, F. (2005), *Medidas de Pobreza e Exclusão Social*, Lisboa: DGEOP/MSSFC (em curso); Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2002), "Final Report on Portugal – FIPOSC", Final Report on Fighting Poverty and Social Exclusion in Southern Europe, POLEIS/CERES/DEPP/IESA-CSIC, pp. 9-49, (www.uni-bocconi.it/poleis); Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2005) "Portugal: A virtuous path towards minimum income" in Ferrera et al., *Welfare State Reform in Southern Europe*, Routledge (no prelo);

¹¹ Os dados têm revelado que as famílias monoparentais femininas que beneficiam do RMG quase triplicam os valores a nível nacional. Para um maior aprofundamento desta problemática ao nível do RMG ver CNRM (2002).

de suporte familiar devido à distância face à família de origem, a dificuldade de inserção no sistema de ensino e no mercado de trabalho, a vulnerabilidade no que respeita a empregadores menos escrupulosos ou mesmo a máfias que os colocam em situação de exploração.

De entre os fluxos migratórios aqueles que se colocam há mais tempo com particular acuidade na sociedade portuguesa são os com origem nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No entanto, a estes imigrantes tendem a juntar-se, mais recentemente, outros provenientes de outros pontos do globo (Brasil, Índia, Europa de Leste, entre outros...). Ao fenómeno migratório, associa-se muitas vezes a problemática das minorias étnicas, onde se tende a incluir a comunidade cigana, com uma presença secular em Portugal. Grande parte deste universo integra, assim, as designadas "minorias étnicas" com graves situações de desintegração e discriminação social e, por isso mesmo, em situação de grande vulnerabilidade face à pobreza. Com níveis de escolarização e qualificação profissional muito baixos, a integração no mercado de trabalho é muito precária, gerando inserções laborais desprovidas de vínculos contratuais de carácter estável. Situação que se tende a reflectir no acesso a condições habitacionais condignas e que está, em parte, na origem da proliferação, a partir dos anos 70, de bairros degradados em torno dos principais centros urbanos. Ora vejamos como se comporta no interior deste tipo os indicadores relativos às condições habitacionais.

Desqualificação social objectiva

No âmbito deste estudo, e como tem já vindo a ser referido, as condições habitacionais foram avaliadas através do peso das pessoas residentes em alojamentos não clássicos face aos clássicos e da relevância dos alojamentos sobrelotados. Corroborando o que anteriormente se constatou quanto à proliferação de bairros degradados, neste tipo o primeiro indicador assume os valores mais negativos face às restantes situações registadas no continente, destacando-se os concelhos da Amadora, Almada, Loures, Lisboa, Espinho, Odivelas, Cascais e Matosinhos por apresentarem, por ordem decrescente, as situações mais desfavoráveis no interior do tipo aqui em análise. Contrariamente, os concelhos de Setúbal, Sintra, Aveiro, Coimbra e Moita são aqueles que apresentam valores inferiores à média nacional¹².

Relativamente aos alojamentos sobrelotados, constata-se que neste tipo a situação também não é das mais favoráveis, só sendo ultrapassada pela registada nos Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5). De facto, a grande concentração populacional nestas

¹² Maia, Porto, Barreiro, Vila, Nova de Gaia, Seixal, Entroncamento, Oeiras e Vila Franca de Xira são os restantes concelhos deste tipo que apresentam valores superiores à média nacional, mas inferiores à média do tipo.

zonas do país, aliada a problemas inerentes ao mercado habitacional, colocam a muitos indivíduos dificuldades de acesso à habitação e, consoante a fase do ciclo de vida em que se encontram tendem a surgir problemas de ordem diversa. A título de exemplo refira-se a dificuldade de autonomização dos jovens face à família de origem, ou as situações dos imigrantes que nas primeiras fases do ciclo migratório se concentram em casas alugadas, sobreocupando-as. Geralmente à sobrelotação associam-se deficientes condições habitacionais, nomeadamente ao nível da restrição de espaço, com efeitos na estruturação dos indivíduos e famílias (em termos de responsabilização, de valorização da privacidade, etc. potenciando mesmo as situações de violência familiar). As situações mais gritantes no interior deste tipo registam-se, por ordem decrescente, nos seguintes concelhos: Amadora, Loures, Moita, Odivelas, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Porto e Espinho.

Ao nível da educação e do emprego os concelhos aqui considerados apresentam valores globalmente favoráveis face aos registados para a média do continente. Relativamente à escolarização este tipo é o que apresenta os valores mais favoráveis, apresentando a grande maioria dos seus concelhos as mais baixas taxas de analfabetismo do continente (5,4% contra 13,5%), bem como um baixo peso de população com escolaridade menor ou igual à obrigatória (60,9% contra 73,1%) e ainda uma fraca expressão de saídas antecipadas e de abandono precoce do sistema de ensino (respectivamente com 15,5% contra 27,1% e 1,96% contra 3,02%). Oeiras lidera este panorama favorável, registando os seguintes valores para os indicadores apresentados: uma taxa de analfabetismo de 3,7%¹³; 47% da população detêm níveis de escolaridades inferiores ou iguais à obrigatória¹⁴; 9,4% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar o sistema de ensino (taxa de saída antecipada) e 1,1% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar o sistema de ensino (taxa de abandono precoce)¹⁵.

Verifica-se, assim, que os territórios aqui em análise concentram uma proporção de recursos humanos melhor posicionados por comparação com a média nacional. Situação que, em parte se deve às exigências crescentes de uma mão-de-obra altamente qualificada da nova economia urbana, mas eventualmente também fruto da concentração nestes territórios de universidades, ganhando, assim, uma população universitária com origem na generalidade do território nacional e que cresce exponencialmente. Por outro lado, não é concerteza

¹³ Os outros concelhos que apresentam os valores mais favoráveis dentro do tipo agora em análise são: Entroncamento (4,1%), Sintra (4,2%), Cascais (4,5%), Maia (4,8%) Porto (4,8%) Seixal (4,8%), Aveiro (5%), Odivelas (5,1%), Matosinhos (5,2%), Vila Franca de Xira (5,4%), Vila Nova de Gaia (5,4%).

¹⁴ Os outros concelhos que apresentam os valores mais favoráveis dentro do tipo agora em análise são: Lisboa (51,3%), Cascais (51,9%), Coimbra (55,6%), Entroncamento (57,2%), Porto (57,6%), Almada (58,5%), Sintra (59,3%), Seixal (60,2%), Setúbal (60,3%), Barreiro (60,6%), Amadora (60,9%).

¹⁵ Os outros concelhos que apresentam os valores mais favoráveis para estes dois últimos indicadores dentro do tipo agora em análise são: Entroncamento, Barreiro, Cascais, Coimbra, Seixal, Lisboa, Odivelas, Almada, Sintra, Vila Franca de Xira e Amadora. Refira-se que para o caso da taxa de abandono precoce o concelho da Amadora apresenta valores superiores à média deste tipo (2,4%).

alheia a esta situação favorável no domínio da educação, a existência de uma rede de acessibilidades aos equipamentos educativos mais eficiente, e de estilos de vida mais urbanos que tendem a valorizar o investimento na educação, no conhecimento e nas competências. No entanto, como se constatará mais à frente, existem concelhos que contrariam esta tendência o que revela, mais uma vez, a heterogeneidade interna a cada tipo.

De facto, o indicador relativo ao peso população com profissões desqualificadas revela que estas estão subrepresentadas neste tipo, apresentando, mesmo, os valores mais baixos face aos restantes tipos, o que reflecte aquilo que ficou exposto. Apesar deste panorama, globalmente, favorável é sabido que o investimento na qualificação dos recursos humanos apresenta-se, ainda, como assimétrico do ponto de vista social e territorial. Assim, mesmo no interior do tipo aqui em análise verifica-se, a existência de alguns concelhos que se destacam desfavoravelmente face à média do tipo. Os quadros seguintes ilustram esta situação, ou seja a mancha “menos feliz” destes territórios em termos de qualificação dos seus recursos humano, mas mesmo assim muito mais favorável do que a tendência nacional.

Quadro 8 - Concelhos que apresentam as situações mais desfavoráveis do ponto de vista dos indicadores relativos à escolarização

Concelhos	% Pop. com escolaridade menor ou = obrigatória	Concelhos	Taxa Concelhos analfabetismo		Taxa de saída antecipada	Concelhos	Taxa de abandono
Odivelas	62,57	Barreiro	5,80	Porto	15,60	Moita	2,00
Vila Franca de Xira	63,22	Loures	5,90	Loures	15,70	Matosinhos	2,10
Loures	64,09	Lisboa	6,00	Moita	16,00	Barreiro	2,20
Moita	65,81	Almada	6,10	Setúbal	16,80	Lisboa	2,20
Maia	67,04	Coimbra	6,40	Matosinhos	18,40	Loures	2,20
Aveiro	67,04	Espinho	7,00	Maia	19,60	Amadora	2,40
Matosinhos	67,63	Setúbal	7,60	Aveiro	20,80	Setúbal	2,50
Vila Nova de Gaia	70,15	Moita	7,90	Vila Nova de Gaia	21,80	Porto	2,60
Espinho	71,54	Média tipo	5,49	Espinho	27,20	Vila Nova de Gaia	2,60
Média tipo	60,93	Média nacional	13,52	Média tipo	15,47	Espinho	4,10
Média nacional	73,10			Média nacional	27,1	Média tipo	1,96
						Média nacional	3,02

Fonte: INE - Censos, 2001

Através da leitura do quadro anterior e dos dados relativos ao peso das profissões desqualificadas, consta-se que a maioria dos concelhos em análise que apresentam indicadores mais desfavoráveis do ponto de vista da educação, tendem também a ser aqueles que registam os valores mais elevados de profissões desqualificadas. Espinho, Moita, Vila Nova de Gaia, Loures, Setúbal, Maia, Aveiro, Vila Franca de Xira Matosinhos, Odivelas, Barreiro e Seixal são, pois os concelhos que apresentam os valores, por ordem decrescente, mais altos de desqualificação no emprego face à média do tipo, destacando, apenas, o concelho de Espinho por ultrapassar os valores nacionais. Trata-se, pois, no que diz respeito a alguns dos concelhos pertencentes às áreas metropolitanas do país, de territórios mais distantes e desvalorizados do ponto de vista metropolitano, constituindo margens de transição para a área envolvente, nomeadamente para o meio rural e para onde se concentram algumas indústrias ou alguma actividade relacionada com as pescas.

Se a taxa de desemprego não se revelou um indicador relevante para explicar este tipo (o seu valor aproxima-se bastante da média nacional)¹⁶, já o peso dos desempregados de longa duração assume no conjunto dos concelhos aqui em análise alguma relevância explicativa por apresentar, tal como nos Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5), valores relativamente desfavoráveis comparativamente com a situação do continente. Em termos absolutos existiam em Setembro de 2003, nos concelhos que integram os Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3), 74.591 indivíduos à procura de emprego há mais de um ano. As situações mais alarmantes reportam-se aos concelhos de Lisboa, Maia, Matosinhos, Espinho, Porto, Amadora e Vila Nova de Gaia por se distanciarem mais face à média registada para o tipo. Apenas os concelhos do Entroncamento, Moita, Barreiro e Coimbra apresentam valores relativos abaixo da média nacional.

A situação descrita relativamente a este indicador indica que estes territórios revelando-se a vários níveis atractivos para a fixação de populações oriundas de outros pontos de Portugal ou de outros países, também apresentam vulnerabilidades no que diz respeito à sua capacidade para responder eficazmente a todas as solicitações, sejam elas em termos de emprego ou habitacionais.

É, também neste sentido que João Ferrão refere que as manchas metropolitanas e urbanas do país se apresentam como “territórios excessivos tanto do ponto de vista das ameaças como das oportunidades (...) conjugam-se resultados particularmente elevados no que se refere aos indicadores de atracção, densificação e qualificação dos recursos humanos (...) Trata-se, portanto do Portugal que, por razões de dimensão, qualidade e abertura, maior capacidade revelou para se transformar e desenvolver ao longo da última década do século XX” (Ferrão, 2004: 22).

¹⁶ De referir, no entanto, que o valor absoluto deste indicador se reporta a dados de Setembro de 2003 (IEFP) e para o conjunto dos 21 concelhos deste tipo é o mais elevado entre todos os tipos em análise, correspondendo a 181.263 desempregados.

Privação

À excepção do peso dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, todos os restantes indicadores que integram esta dimensão se revelaram explicativos deste tipo, apresentando valores favoráveis no que toca à sua manifestação. Devemos, no entanto, ter presente que estando-se a abordar territórios muito heterogéneos do ponto de vista urbanístico, económico e social e tendo em conta que a desagregação territorial dos indicadores em causa não revela as disparidades intra-concelhias, acaba por se standardizar determinados fenómenos, camuflando-se a variação interna a cada concelho e ocultando-se a existência de bolsas de pobreza.

Verifica-se, pois, que do ponto de vista dos rendimentos os indicadores recolhidos (IRS per capita, percentagem de poder de compra, famílias numerosas e valor médio anual de pensões) apresentam os valores mais favoráveis do país. Relativamente ao IRS per capita e à percentagem de poder de compra verifica-se que a média dos concelhos quase triplica os valores nacionais. Por outro lado, constata-se que estes concelhos são os que registam o mais fraco peso de pensionistas face à população empregada (menos de metade da população empregada) e simultaneamente o valor médio anual de pensões mais elevado (a rondar os 3.900€).

Entre os concelhos do continente aqueles que registam os valores mais elevados de IRS per capita e de Percentagem de poder de compra incluem-se neste tipo. No caso do primeiro indicador referido é de destacar os concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Porto, Coimbra e Almada. Ao nível do IPC diferencia-se largamente de todos os outros, o concelho de Lisboa, seguido do Porto, Sintra, Vila Nova de Gaia, Oeiras e Cascais.

As famílias numerosas enquanto indicador explicativo deste tipo vai, igualmente, ao encontro daquilo que ficou exposto do ponto de vista dos rendimentos. Isto porque este tipo de famílias não é muito expressivo, corroborando, assim, a situação economicamente mais favorável das famílias residentes nestes territórios, independentemente da sua dimensão. A excepção vai, no entanto, para os concelhos de Aveiro e Espinho por apresentarem valores próximos da média nacional.

Quadro 9 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios ameaçadores e atractivos

		Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Desafiliação	Institucionalização	Taxa de pessoas institucionalizadas	+/-		Almada (0), Amadora, Entroncamento, Maia, Odivelas, Seixal, V. Nova de Gaia, Espinho	Matosinhos, Lisboa, Cascais, Porto, Coimbra
		Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos	+/-		Amadora, Matosinhos, V. Nova de Gaia, Aveiro	Vila Franca de Xira, Entroncamento, Maia, Loures
	Estruturas familiares	Famílias monoparentais	-		Porto, Oeiras, Cascais, Lisboa, Amadora, Espinho, Barreiro, Moita, Loures, Almada	
	Criminalidade	Taxa de criminalidade	-		Lisboa, Aveiro, Porto, Almada, Setúbal, Cascais	Entroncamento e Odivelas
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Amadora, Cascais, Loures, Sintra, Odivelas, Seixal, Oeiras, Almada, Moita	Entroncamento, Matosinhos, Maia, V. Nova de Gaia, Coimbra, Espinho, Porto, Aveiro, Barreiro
Desqualificação social objectiva	Escolarização	População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	-		Oeiras, Lisboa, Cascais, Coimbra, Entroncamento	
		Taxa de analfabetismo			Oeiras, Entroncamento, Sintra, Cascais, Coimbra	
		Saída antecipada do sistema escolar	-		Oeiras, Cascais, Entroncamento, Coimbra	Espinho
		Abandono escolar precoce	-		Oeiras, Entroncamento, Sintra, Cascais, Coimbra	Espinho, V. Nova de Gaia, Porto
	Emprego e desemprego	Desempregados de longa duração	-		V. Nova de Gaia, Amadora, Porto, Espinho, Matosinhos, Maia, Lisboa	Entroncamento, Moita, Barreiro, Coimbra
		População com profissões desqualificadas	-		Oeiras, Lisboa, Porto, Cascais, Coimbra, Entroncamento, Almada	Espinho
	Condições de habitação	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	-		Amadora, Almada, Loures, Lisboa, Espinho, Odivelas, Cascais	Moita, Coimbra, Aveiro, Sintra, Setúbal
		Alojamentos sobrelotados	-		Amadora, Loures, Moita, Odivelas, V. Nova de Gaia, Matosinhos, Porto, Espinho	Entroncamento, Coimbra, Aveiro
Privação económica	Rendimentos	Irs <i>per capita</i>	+		Lisboa, Oeiras, Cascais, Porto, Coimbra	Moita
		Percentagem do Poder de compra	+		Lisboa, Porto, Sintra, V. Nova de Gaia, Oeiras, Cascais	Entroncamento
		Famílias com 5 ou mais pessoas	-		Entroncamento, Barreiro, Vila Franca de Xira, Lisboa	Aveiro, Espinho, Mais, V. Nova de Gaia, Matosinhos
	Protecção social	Valor médio anual das pensões	+		Oeiras, Cascais, Entroncamento, Odivelas, Barreiro, Lisboa	

- O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.
- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.



- O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional
- O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional
- O indicador revela dupla leitura
- O indicador revela condições favoráveis face à média nacional
- O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

¹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da “desafiliação” poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

² Incluem-se, aqui, a maioria dos concelhos que se distanciam da média nacional e que contrariam a tendência do tipo.

3.5.4. Territórios envelhecidos e desertificados

São 56 os concelhos¹ cuja situação se associa às características que definem este tipo. Este valor corresponde a 20% do total dos concelhos do continente, contudo em termos populacionais ele representa apenas 4,9% da população portuguesa continental. São concelhos que se distribuem sobretudo pela orla do centro interior do país e Alto Alentejo. À medida que se vai descendo para Sul do território, o número de concelhos deste tipo vai diminuindo, com apenas cinco concelhos no Alentejo Central a corresponder às situações tipificadas como Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (Viana do Alentejo, Portel, Alandroal, Sousel, Arraiolos) e apenas um concelho no Baixo Alentejo (Alvito) e um no Algarve (Alcoutim).

Este tipo marca pontualmente a situação de alguns concelhos geograficamente situados no litoral (Grândola) ou em zonas relativamente próximas dele (Bombarral), dando suporte à perspectiva de alguns geógrafos que apontam que as transformações ocorridas nas dinâmicas sociais no nosso país produziram fenómenos de emergência da "litoralidade" (enquanto processo socio-económico) no interior e de "interioridade" que se estende até ao litoral em diversas áreas do país (Ferrão; 2004).

As situações de exclusão associadas aos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) prendem-se com os processos de sub-desenvolvimento dos territórios em que elas se manifestam. Cruzando com as tipologias que foram construídas tendo em consideração as características rurais/urbanas os Territórios envelhecidos e desertificados coincidem maioritariamente com o tipo 5. Este tipo corresponde aos espaços rurais com todas as características que a eles estão associadas no quadro do processo de desenvolvimento do nosso país - envelhecimento da população, concentração em pólos com menos de 5000 habitantes, relevância do trabalho agrícola, peso diminuto da população qualificada e infraestruturas de telecomunicações deficitárias.

Excepções a este panorama são dez concelhos que em termos de tipologia rural/urbano correspondem ao tipo 3 (Ponte de Sôr, Alpiarça e Grândola) cuja particularidade é a concentração da população em centros urbanos de dimensão intermédia (5000 a 10000 habitantes) e a inexistência de outros traços de urbanidade ou de qualquer traço de ruralidade e ao tipo 4 (Belmonte, Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Manteigas, Seia, Alvaiázere, Ansião) cuja dinâmica demográfica é maior, regista-se maior peso de jovens, habitando a grande maioria da população em centros com menos de 5000 habitantes com

¹ Alandroal, Alcoutim, Alfândega da Fé, Almeida, Alpiarça, Alter do Chão, Alvaiázere, Alvito, Ansião, Arraiolos, Arronches, Belmonte, Bombarral, Castelo de Vide, Crato, Ferreira de Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fronteira, Fundão, Gavião, Góis, Golegã, Gouveia, Grândola, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Miranda do Corvo, Miranda do Douro, Monforte, Mora, Nisa., Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Penela, Pinhel, Ponte de Sôr, Portel, Proença a Nova, Sabugal, Seia, Sertão, Soure, Sousel, Trancoso, Viana do Alentejo, Vila de Rei, Vila Nova de Fôz Coa, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão, Vimioso.

infraestruturação deficiente.

Considerando que as variáveis são tanto mais explicativas das especificidades de um tipo quanto maior for a distância dos seus valores médios face aos valores médios nacionais, verificamos que apenas os indicadores População com escolaridade menor ou igual à obrigatória, População com profissões desqualificadas e População infectada com HIV não se mostraram relevantes para a definição do tipo, no sentido em que os seus valores não são contrastantes com as médias nacionais.

Este é de facto, o tipo explicado por maior número de variáveis, indicando que a sua situação é de facto contrastante com a realidade do território continental a vários títulos (cf. Quadro 10).

Desafiliação

Analisando cada uma das dimensões identificadas para o conceito de exclusão social, verifica-se que relativamente à desafiliação a situação é algo *sui generis*. Se encontramos por um lado, baixas taxas de monoparentalidade, de famílias de avós com netos, os valores da criminalidade e os dos estrangeiros a residir no concelho se evidenciam pelo seu baixo peso, por seu lado, a taxa de pessoas institucionalizadas e a taxa de cobertura dos equipamentos de apoio a idosos destacam-se face às médias nacionais, bem como os idosos a viverem em famílias de uma pessoa. É assim difícil pensar a desafiliação nos termos em que a coloca Castel e falar “dos que estão dentro e dos que estão fora”. De facto a diversidade do sentido dos indicadores no interior de uma dimensão mostra um panorama complexo, se tentarmos pensar estas situações através da linguagem da desafiliação. Provavelmente a questão da desafiliação coloca-se mas por relação a uma escala territorial que não é concelhia, mas nacional. O isolamento no que toca aos laços familiares que atravessa estes territórios associa-se à saída da população mais jovem interrompendo os laços intergeracionais ou pelo menos excluindo o suporte presencial e quotidiano. Não podemos assim dizer que são territórios integrados do ponto de vista dos laços informais e das solidariedades primárias, ainda que os fenómenos que são geralmente apontados pela literatura sobre exclusão social como característicos de desafiliação – monoparentalidade ou avós sós com crianças a cargo, criminalidade, forte presença de estrangeiros - não se verifiquem de forma significativa.

Este de facto, é o tipo em que o isolamento das pessoas idosas é mais forte, acompanhado de perto pelos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6). Pampilhosa da Serra é o concelho onde este indicador atinge o seu valor mais alto (26.24%), seguido de Alcoutim, Ferreira do Zêzere, Nisa, Alvaiázere, Sousel, Crato e Penamacor. Abaixo da média

do tipo e da média nacional estão Alfândega da Fé, Miranda do Corvo, Mora, Vila Nova de Poiares, Viana do Alentejo, Alpiarça, Proença-a-Nova, Alvito.

A forte taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos que neste tipo assume a média mais elevada é como se disse, expressiva da fragilidade dos laços familiares e das sociabilidades para responderem às necessidades destas pessoas. Considerando o tipo de resposta que oferecem de uma forma geral, os lares e residências para idosos, este é não só um indicador de desafiliação, mas de deficiente qualidade de vida, dimensão que não estamos em condições de medir através deste estudo, mas cuja relevância importa não perder de vista. Não podemos, contudo, ignorar que mesmo insuficientes estes equipamentos do Estado ou da Sociedade Providência (Boaventura Sousa Santos; 1987) oferecem às pessoas idosas uma resposta possível nas situações de dependência que não teriam, caso estes equipamentos não existissem.

Existem exceções a esta realidade, das quais a mais gritante é a do Bombarral em que o valor da taxa de cobertura é inferior em mais três pontos percentuais face à média nacional (1,11% correspondendo a 32 de 2874 pessoas com mais de 65 anos). Pedrógão Grande, Alandroal, Sertã, Fundão, Ferreira do Zêzere, Alandroal, Pinhel, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Mação, Proença-a-Nova, Alcoutim, Idanha-a-Nova, Soure, Penamacor, Arraiolos, apresentam ainda valores abaixo da média nacional. Casos extremos da tendência deste tipo são o Alvito (20,03% que corresponde a 143 de 734 pessoas), Vila de Rei, Crato, Sabugal, Castelo de Vide, Mora e Almeida, Seia, Fronteira, Vila Velha de Rodão, Vimioso, Gavião, Vila Nova de Poiares por ordem decrescente.

A taxa de pessoas institucionalizadas dá-nos resultados muito semelhantes, com a média mais elevada entre todos os tipos. As situações mais discordantes do perfil do tipo caem em primeiro lugar e mais uma vez, no Bombarral, seguido de Marvão, Figueiró dos Vinhos, Soure, Fundão, Sertã, Pinhel, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova e Alandroal ordenando de forma crescente os valores das taxas. As situações que ultrapassam uma média já de si alta, são Monforte, Alvito, Sabugal e Grândola e Mora.

Por força do envelhecimento populacional, a percentagem de famílias monoparentais é como dissémos, a mais baixa de todos os tipos. Destacam-se no sentido de serem excedidos não só os valores do tipo mas os valores nacionais, Seia (7,63%), Sertã (7,27%), Vila de Rei (7,19%), Ansião (7,15%), Arraiolos (7,08%), Golegã (7,05%), Vila Nova de Poiares (6,93%) e Penela (6,92%), Grândola (6,90%). Com percentagens muito abaixo da média do tipo encontramos por ordem crescente Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Gavião, Alvito, Idanha-a-Nova, Ponte de Sor e Arronches.

O êxodo dos mais jovens não resulta apenas numa assistência deficiente dos membros da família mais jovens aos mais idosos, as situações de assistência dos mais velhos aos mais novos serão também situações raras. Naquilo que diz respeito ao único indicador que a este tipo de situações diz respeito, netos que dependem de um dos avós, os seus valores são

também nestes concelhos muito mais baixos que noutros de qualquer outro tipo. Grândola, Viana do Alentejo, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos e a Golegã são aqueles concelhos em que encontramos com mais frequência situações familiares deste tipo. Aqueles em que a tendência do tipo mais se acentua são Vila de Rei, Manteigas, Castelo de Vide, Crato, Gavião, Nisa e Vila Velha de Ródão.

Este mesmo êxodo dos mais jovens explica igualmente o carácter favorável dos indicadores relativos à Percentagem de crianças de 0 a 3 anos em amas e creches, apresentando este tipo a situação mais favorável com 24,03% face a uma média nacional de 17,84%. Meda com 59,75% lidera entre os concelhos deste tipo, bem como entre os concelhos do continente português. Belmonte, Fronteira, Sousel e Gouveia seguem-se com as mais elevadas percentagens de cobertura no conjunto dos concelhos deste tipo.

No que diz respeito aos indicadores que associamos a sub-dimensões mais relacionadas com a adesão aos padrões normativos das sociedades, como a criminalidade, verificamos que este tipo regista a mais baixa taxa de entre todos os tipos. O empobrecimento destes concelhos poderá ser um factor explicativo desta tendência. A expressão máxima deste traço surge em Arronches, seguido de Alcoutim, Vila Velha de Ródão e Marvão.

Relativamente à presença de estrangeiros, este tipo regista o segundo valor mais baixo com Sousel, Gavião, Manteigas e Mora a liderarem esta tendência e Vila Nova de Poiares e Alvito a registarem valores bastante acima da média. No caso do Alvito tal se deve não tanto ao volume da população estrangeira, mas à desertificação que caracteriza o concelho, permitindo que em termos percentuais os fenómenos fiquem empolados².

Desqualificação Social Objectiva

Quanto aos indicadores que traduzem a dimensão Desqualificação Social Objectiva, praticamente todos se mostraram relevantes para a explicação do tipo. As excepções são a População com escolaridade menor ou igual à obrigatória, População com profissões desqualificadas e População infectada com HIV. No que diz respeito à escolarização, os indicadores são negativos ainda que divergentes: a mais alta Taxa de analfabetismo entre todos os tipos e taxas de Abandono escolar e Saída antecipada do sistema de ensino que se destacam pela positiva. Esta tendência surpreendente dever-se-á, possivelmente, ao fraco dinamismo económico nestes concelhos que não torna para os jovens tão atractivos ou sequer rentáveis as vias alternativas ao ensino.

No que toca ao analfabetismo, Idanha-a-Nova está bastante afastada da média do tipo, o que faz deste concelho, com 32,1% dos seus habitantes analfabetos, aquele em que este

² São de facto 73 os residentes estrangeiros numa população de 2688 pessoas.

fenómeno atinge o valor mais elevado no continente. Alcoutim, Penamacor e Monforte são os concelhos que se seguem em termos da expressão deste problema no tipo e no país. Seguem-se Pampilhosa da Serra, Arronches, Gavião e Vimioso. Longe de uma situação favorável mas destacando-se em termos do universo deste tipo encontramos Bombarral e Miranda do Corvo.

Mais uma vez os indicadores não mostram uma situação linear, já que analisando a Saída antecipada e o Abandono escolar precoce eles apresentam valores que trazem à definição do tipo situações favoráveis deste ponto de vista. No caso do primeiro indicador, Pedrógão Grande e Proença a Nova estão ao nível das médias dos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) cuja situação é a mais favorável deste ponto de vista. Soure, Manteigas, Alcoutim, Almeida, Miranda do Corvo são ainda concelhos cuja situação favorável face às médias do país se pode evidenciar, ainda que como já argumentámos, este pode ser um indicador de leitura ambígua. Situações mais negativas apresentam Portel, Alandroal, Góis, Vila Nova de Poiares, Ferreira do Zêzere.

O mesmo se passa com o Abandono escolar precoce que se afasta positivamente da média nacional (3,02%). Os concelhos que constituem excepção a esta situação e apresentam valores acima das médias nacionais, correspondem a Idanha-a-Nova, Alandroal, Meda e Portel e Góis. Aqueles em que a situação é mais favorável são Arronches, Marvão, Vila de Rei, Penamacor, Penela, Proença-a-Nova e Gavião com valores abaixo da média do tipo com a situação mais favorável no que diz respeito ao abandono escolar (tipo 3). Este efeito inesperado em concelhos empobrecidos poderá, eventualmente, relacionar-se com a letargia económica, social e demográfica destes concelhos, mas não se pode negar que os efeitos nos percursos das crianças e jovens são sem dúvida nenhuns positivos.

No que diz respeito à sub-dimensão emprego-desemprego, mais uma vez temos situações cuja interpretação exige algumas cautelas. Se os valores destes indicadores também se destacam positivamente face às médias nacionais, não estamos porém em presença dos valores mais baixos do país. No caso do desemprego, esta é a segunda média mais baixa³ depois dos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2) e para os desempregados de longa duração temos a terceira média mais baixa depois dos Territórios moderadamente inclusivos (tipo 1) e dos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2), sempre com margens abaixo dos valores nacionais que justificam a sua consideração na caracterização do perfil do tipo.

A situação relativamente mais desfavorável incide no desemprego de longa duração o que poderá traduzir uma situação de inércia económica prolongada. Os baixos valores do

³ Alerta-se para o facto dos dados analisados se reportarem a Setembro de 2003 e podemos estar a tirar conclusões que neste momento já seriam diferenciadas.

desemprego não indicam provavelmente senão que já se operou um movimento no sentido do equilíbrio entre procura e oferta, através da saída da mão de obra excedentária para zonas economicamente mais dinâmicas. Portanto, longe de constituir uma situação favorável ela é um indicador de perifericidade e de fechamento da estrutura de oportunidades. Só se permanece desempregado num local que demonstra ter potencialidades de oferecer novos empregos ou quaisquer actividades que permitam obter rendimento. Convém lembrar também que nestes territórios, o desemprego mitiga muitas vezes situações de actividade na agricultura ou outras actividades exercidas num quadro informal, proporcionando normalmente rendimentos escassos, mas suficientes para impedir que indivíduos e famílias caíam em situações de privação severa gerando fenómenos de pobreza mitigada.

No que diz respeito às situações de desemprego evidenciam-se situações com valores quer acima das médias nacionais, quer acima da média mais preocupante (a dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6) como sejam o caso de Portel (12,07%), Crato (11,52%), Gavião (11,17%), Seia (11,16%), Alfândega da Fé (11,01%) e Alpiarça (10,53%). Meda, Pinhel, Trancoso apresentam os valores mais distantes da média do tipo e ainda bastante abaixo do valor dos Territórios de contrastes e base turística (tipo 2) onde o indicador apresenta a média mais baixa.

Relativamente ao panorama do Desemprego de Longa Duração, as excepções mais graves ao quadro geral, posicionando os concelhos acima do valor do tipo cuja situação se apresenta deste ponto de vista mais preocupante (os Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5), são Alvaiázere, Crato, Alcoutim, Manteigas, Viana do Alentejo. Confirmando a tendência de valores baixos deste tipo encontramos Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso e Mora.

Quanto às condições de habitação encontramos igualmente indicadores favoráveis, relativamente à Percentagem de pessoas a viver em alojamentos não clássicos face a alojamentos clássicos, sendo o cenário bastante equivalente ao do tipo mais positivo deste ponto de vista (os Territórios industriais com forte desqualificação - tipo 5). Considerando a situação que está nos seus antípodas - a dos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) - percebe-se o quanto este indicador é sensível aos movimentos de entrada de população nos concelhos. Desta forma, a este título, a situação destes concelhos tão marcados pelo êxodo populacional não poderia senão ser favorável. Góis e Oleiros, Mora, Castelo de Vide e Figueiró dos Vinhos, Arraiolos são as situações onde o fenómeno é mais residual. Excepções a esta tendência é a de Monforte muito acima da média dos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3) e a de Vila Velha de Ródão ainda acima desta.

Ainda no que diz respeito às condições de habitação, os alojamentos sobrelotados mostram mais uma vez uma situação favorável com o valor mais baixo entre todos os tipos (9.27%) o que se prende com a saída da população mais jovem. Vila Velha de Ródão, Vila de Rei,

Miranda do Douro, Mação, Ansião, Nisa, Soure e Alvaiázere são os concelhos onde este indicador regista o seu valor mais baixo. Portel, Alandroal, Grândola, Arronches, Alvito e Alcoutim podem ser destacados deste panorama já que apresentam valores acima da média nacional, ainda que registem níveis bem abaixo da média dos Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5), aquela em que a situação é mais preocupante.

Finalmente, no que diz respeito à População com deficiência face à população residente, com 7,55% este é também o tipo cuja situação é mais preocupante. As características da população deste tipo, predominantemente envelhecida, podem explicar esta incidência das deficiências nestes concelhos. Este não é concertiza o único factor explicativo já que por exemplo, Alvaiázere (10,87%) sendo o concelho em que este fenómeno atinge proporções mais preocupantes no tipo e o segundo no Continente, não é relativamente a outros concelhos (do tipo e do continente), o concelho em que o envelhecimento⁴ atinge proporções mais graves, encontrando-se em 30º lugar no ranking continental. Importa pois, averiguar através da análise de outras fontes, quais os factores explicativos em cada um dos casos. De qualquer forma, definitivamente este é o tipo cujos valores para o envelhecimento são mais elevados, ocupando os concelhos que nele se enquadram as 12 primeiras posições relativamente ao envelhecimento. Portel e Almeida são os concelhos que se seguem em termos da expressão deste indicador, correspondendo aos terceiro e quarto lugares da hierarquia de concelhos com maiores valores de população com deficiência no continente.

Privação

Do ponto de vista da privação, a situação destes concelhos é das mais preocupantes tornando patente um quadro de pobreza na acepção que este conceito assume enquanto dificuldade dos indivíduos e famílias acederem a recursos materiais. Analisando o IRS per capita, verificamos que existe uma margem considerável que separa o valor médio per capita destes concelhos (242,23€) do valor médio nacional (338,45€).

Vila de Rei apresenta o valor mais baixo no que toca a este indicador, correspondendo ao sétimo concelho com menor IRS per capita no continente, seguida de Alcoutim, Oleiros, Góis, Ferreira do Zêzere, Gavião, Alandroal, Sabugal e Pampilhosa da Serra.

É sabido o quanto o IRS enquanto medida de rendimentos de um território, é susceptível de produzir enviesamentos de leitura, dada a sua associação com o trabalho dependente e sobretudo o trabalho em serviços da Administração Pública, pelo que importa analisar outros indicadores, como a Percentagem de Poder de Compra. Este indicador mostra que os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) são de facto aqueles que apresentam maiores susceptibilidades à ocorrência de situações de pobreza (0,05%), seguidos de perto

⁴ Considerado enquanto percentagem de pessoas com mais de 65 anos sobre a população residente.

pelos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (0,06%). Alvito e Alcútem são aqueles concelhos que apresentam valores mais baixos correspondendo à segunda e quarta posição na hierarquia dos concelhos do continente que têm valores de percentagem de poder de compra mais baixos. Fundão, Seia, Soure e Ponte de Sôr e Grândola distinguem-se neste panorama, longe da média, dos Territórios moderadamente inclusivos - tipo 1 (0,28%) que corresponde à segunda mais baixa entre todos os tipos.

Analisando o Total de pensionistas na população empregada e cruzando com o Valor médio anual das pensões (velhice, incapacidade e sobrevivência) é possível entender porque razão são tão baixos os rendimentos nestes concelhos. De facto, os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) têm o rácio de pensionistas por residente empregado mais elevado de todos os tipos (1,14), o que significa que o número de pensionistas ultrapassa o número de empregados. Mesmo tendo em conta que os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) se aproximam (0,96), não chegam a ultrapassar o número de empregados como no tipo que agora se analisa.

Penamacor é o concelho onde a tendência do tipo se manifesta de forma mais intensa com quase dois pensionistas por cada pessoa empregada, segue-se Gavião, Alvaizere, Idanha-a-Nova e Alcútem. Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e Bombarral são os concelhos de excepção a esta tendência apresentando valores abaixo da média do tipo e abaixo da média nacional (0,78).

Se se complementar esta informação com a dos valores das pensões, confirmam-se os traços de pobreza que se tinham já identificado, reiterando os resultados dos estudos que têm vindo a ser publicados em Portugal sobre pobreza⁵. Os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) estão em segundo lugar com valores médios de pensões processados mais baixos (2707.31€), ligeiramente acima dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (2611.31€). Sabugal que ocupa o segundo lugar entre os concelhos com menores valores anuais de pensões processados no continente, é no quadro deste tipo aquele cujo valor do indicador é mais baixo seguido de Penamacor, Vimioso, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Meda, Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Trancoso e Oleiros.

⁵ Existem vários estudos com base na análise dos rendimentos em que esta é uma das categorias mais vulneráveis à pobreza é o caso de Albuquerque, J. (Coord.), Bomba, T., Fernandes R., Machado, C. e Nascimento, F. (2005), *Medidas de Pobreza e Exclusão Social*, Lisboa: DGEEP/MSSFC (em curso); Albuquerque, J. L. e Bomba, T. (2001) "Pobreza e Condições de Vida em Portugal" in *Como está a Economia Portuguesa?*, Lisboa, CISEP; Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2005) "Portugal: A virtuous path towards minimum income" in Ferrera et al., *Welfare State Reform in Southern Europe*, Routledge (no prelo); Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2002), "Final Report on Portugal – FIPOSC", Final Report on Fighting Poverty and Social Exclusion in Southern Europe, POLEIS/CERES/DEPP/IESA-CSIC, pp. 9-49, (www.uni-bocconi.it/poleis); Rodrigues, C. F. (1999) "Repartição do Rendimento e Pobreza [1994/95]: Uma comparação entre o Painel de Agregados Familiares e o Inquérito aos Orçamentos Familiares", *Revista Estatística*, Lisboa, INE; Ferreira, L. V. (2000) *A Pobreza em Portugal na Década de Oitenta*, Lisboa, Conselho Económico e Social; Ferreira, L. V. e Rodrigues, C. F. (2000) *Distribuição do Rendimento, Pobreza e Papel da Políticas Redistributivas – Relatório Final*, CISEP e FEUP; Capucha, L. (1998) *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental*, Lisboa, CIES e MTS/CNRM.

No que diz respeito aos beneficiários do RMG (2,32% para os Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4) não é surpreendente encontrar aqui um valor abaixo da média nacional (3,17%) que só é suplantado pelo registado nos Territórios moderadamente inclusivos - tipo 1 (2,13%). Seria contudo imprudente associar as duas situações já que o facto de existir um número baixo de beneficiários não denota uma maior capacidade de integração destes territórios, como tende a acontecer nos Territórios moderadamente inclusivos, senão a cobertura desta população idosa e sem dependentes a cargo - como vimos pelo número de situações de avô/avó com netos - pelas pensões sociais. Os concelhos cuja situação extrema a tendência do tipo são Proença-a-Nova (0,20%) que ocupa o primeiro lugar no ranking nacional, Vila Velha de Ródão (0,41%), o Fundão (0,54%), Vila de Rei (0,60%) e Mação (0,81).

Finalmente, considerando o indicador relativo à percentagem de Famílias com cinco ou mais elementos que foi incluída na dimensão privação verifica-se que este indicador não traduz o panorama de empobrecimento que demonstram os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). Como seria de esperar, o facto de estarmos perante concelhos envelhecidos e desertificados faz da média deste tipo (6,47%) a mais baixa entre todos os tipos. Nisa, Penamacor, Crato e Marvão são aqueles que registam médias mais baixas não só do tipo, mas do país. Proença-a-Nova destaca-se neste panorama sendo o único concelho que excede a média nacional.

Em suma, as formas de exclusão descritas por este tipo estão estreitamente associadas à natureza dos processos de desenvolvimento que determinaram a desertificação e a sua marginalização face às dinâmicas económicas e sociais do país. Evidenciam-se aqui processos já consolidados de periferização. Esta é a razão pela qual a situação dos indicadores associados à desqualificação é em muitos casos favorável. Se considerarmos que estes indicadores dão conta, sobretudo, de situações associadas a faixas etárias mais jovens (escolarização, situação face ao emprego) que na sua maioria deixaram estes territórios, compreendemos as cautelas que é necessário ter ao lê-los. As situações de exclusão estão aqui, essencialmente, associadas à pobreza e sobretudo aos pensionistas idosos e estes são territórios à beira da morte social.

Quadro 10 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios envelhecidos e desertificados

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Desafiliação	Institucionalização	Taxa de pessoas institucionalizadas	+/-		Monforte, Alvito, Sabugal, Grândola, Mora.	Bombarral, Marvão, Figueiró dos Vinhos, Soure, Fundão, Sertã, Pinhel, Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Alandroal.
		Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos	+/-		Alvito, Vila de Rei, Crato, Sabugal, Castelo de Vide, Mora, Almeida, Vila Nova de Poiares, Gavião, Vimioso, Vila Velha de Rodão, Fronteira, Seia.	Bombarral, Pedrógão Grande, Alandroal, Fundão, Sertã, Ferreira do Zêzere, Alandroal, Pinhel, Ansião, Alvaizere, Figueiró dos Vinhos, Mação, Proença a Nova, Alcoutim, Idanha-a-Nova, Soure, Penamacor, Arraiolos.
	Estruturas familiares	Idosos em famílias de 1 pessoa	-		Pampilhosa da Serra, Alcoutim, Ferreira do Zêzere, Nisa, Alvaizere, Sousel, Crato, Penamacor	Alfândega da Fé, Miranda do Corvo, Mora, Vila Nova de Poiares, Viana do Alentejo, Alpiarça, Proença-a-Nova, Alvito
		Famílias mono-parentais	-		Vila Velha de Ródão, Alter do Chão, Gavião, Alvito, Idanha a Nova, Alvito, Portel Arronches.	Seia, Sertã, Vila de Rei, Ansião, Arraiolos, Golegã, Vila Nova de Poiares, Penela, Grândola.
		Famílias de avós com netos	-		Castelo de Vide, Manteigas, Vila de Rei Figueira de Castelo Rodrigo, Gavião, Crato, Vila Velha de Rodão Penamacor Nisa	Grândola, Viana do Alentejo, Alvito, Figueiró dos Vinhos, Golegã, Gouveia, Bombarral, Meda, Belmonte.
		Crianças em amas e creches	+		Meda, Belmonte, Fronteira, Sousel, Gouveia, Pampilhosa da Serra, Gavião, Pinhel, Sabugal, Crato.	Alvito, Monforte, Golegã, Alandroal, Alvaizere, Bombarral.
	Criminalidade	Taxa de criminalidade	-		Arronches, Alcoutim, Vila Velha de Ródão, Marvão, Sabugal, Alandroal, Castelo de Vide, Miranda do Corvo, Meda, Alfândega da Fé, Miranda do Douro, Mora, Arraiolos	Belmonte, Alter do Chão, Grândola, Vila Nova de Poiares, Vimioso.
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Monforte, Sousel, Gavião, Manteigas, Mora, Alter do Chão, Pampilhosa da Serra.	Alcoutim, Vila Nova de Poiares e Alvito
	Escolarização	Taxa de analfabetismo	-		Idanha a Nova, Alcoutim, Penamacor, Monforte, Pampilhosa da Serra, Arronches, Oleiros, Vimioso, Gavião.	Miranda do Corvo, Vila Nova de Poiares, Bombarral, Seia, Manteigas, Penela, Golegã.
		Saída antecipada do sistema escolar	-		Pedrógão Grande, Proença-a-Nova, Soure, Manteigas, Alcoutim, Almeida, Miranda do Corvo, Sabugal.	Portel, Alandroal, Góis, Vila Nova de Poiares, Ferreira do Zêzere, Pampilhosa da Serra, Idanha-a-Nova, Gavião, Vimioso, Figueira de Castelo Rodrigo, Viana do Alentejo, Belmonte, Alvaizere, Vila Velha de Ródão.
		Abandono escolar precoce	-		Arronches, Marvão, Vila de Rei, Penamacor, Penela, Proença a Nova, Gavião.	Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Alandroal, Portel, Meda, Sousel, Góis, Monforte, Vimioso, Miranda do Douro, Castelo de Vide, Vila Nova de Foz Côa, Trancoso, Vila Nova de Poiares, Pinhel.

Continua →

¹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da "desafiliação" poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

² Incluem-se, aqui, a maioria dos concelhos que se distanciam da média nacional e que contrariam a tendência do tipo.

	Dimensão	Indicador	Sinal ³	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ⁴
Desqualificação social objectiva	Emprego e desemprego	Desempregados de longa duração	—		Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso, Mora, Sousel, Vila de Rei, Grândola, Alandroal, Arronches, Vila Nova de Poiares, Oleiros, Fronteira, Meda.	Alvaiázere, Crato, Alcoutim, Manteigas, Viana do Alentejo, Góis, Gavião, Penamacor, Soure, Fundão, Alfândega da Fé, Castelo de Vide, Belmonte, Seia, Portel, Bombarral, Sabugal, Gouveia, Vimioso, Pedrógão Grande, Alvito, Nisa.
		Taxa de desemprego	—		Meda, Pinhel, Almeida, Trancoso.	Portel, Crato, Gavião, Seia, Alfândega da Fé, Ponte de Sôr, Alpiarça, Fronteira, Manteigas, Gouveia, Golegã, Fundão, Alter do Chão, Figueiró dos Vinhos.
	Condições de habitação	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	—		Góis, Oleiros, Mora, Castelo de Vide, Figueiró dos Vinhos, Arraiolos, Miranda do Douro, Soure, Pinhel, Vila Nova de Foz Côa, Penamacor, Pampilhosa da Serra, Ferreira do Zêzere, Viana do Alentejo, Alvaizere, Ansião, Gouveia, Mação, Fronteira, Vimioso.	Monforte, Vila Velha de Ródão, Almeida, Alter do Chão, Bombarral, Gavião, Alpiarça, Meda, Ponte de Sôr, Seia, Crato, Figueira de Castelo Rodrigo
		Alojamentos sobrelotados	—		Vila Velha de Ródão, Vila de Rei, Miranda do Douro, Mação, Ansião, Nisa, Soure, Alvaizere, Proença-a-Nova.	Portel, Grândola, Arronches, Alvito, Alcoutim, Alandroal.
	Handicaps pessoais	População com deficiência	—		Alvaizere, Portel, Almeida, Meda, Alcoutim, Gavião, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Nisa, Soure, Mora.	Fronteira, Figueira de Castelo Rodrigo, Alvito, Crato, Miranda do Douro, Viana do Alentejo, Vimioso, Oleiros, Arraiolos, Fundão, Góis, Miranda do Corvo, Grândola.
Privação económica	Rendimentos	Irs per capita	+		Vila de Rei, Alcoutim, Oleiros, Góis, Ferreira do Zêzere, Portel, Gavião, Alandroal, Sabugal, Pampilhosa da Serra, Penamacor, Sertão, Idanha-a-Nova, Penela, Pedrógão Grande.	Castelo de Vide, Alvito, Ponte de Sor, Golegã, Fronteira.
		Percentagem do Poder de compra	+		Alvito, Alcoutim, Monforte Vila de Rei, Arronches, Vila Velha de Ródão, Marvão, Manteigas, Fronteira, Pedrógão Grande, Alter do Chão, Crato, Gavião, Góis, Pampilhosa da Serra.	
		Famílias com 5 ou mais pessoas	+		Nisa, Penamacor, Crato, Marvão	Proença-a-Nova
	Protecção social	Beneficiários do RMG	—		Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Mora, Fundão, Vila de Rei, Mação, Bombarral, Oleiros, Alandroal, Soure, Miranda do Douro, Gavião.	Monforte, Figueira de Castelo Rodrigo, Sousel, Alcoutim, Alter do Chão, Vila Nova de Foz Côa, Gouveia, Ponte de Sôr, Sabugal, Crato, Vila Nova de Poiares, Figueiró dos Vinhos.
		Valor médio anual das pensões	+		Sabugal, Penamacor, Vimioso, Almeida, Meda, V. N. Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Trancoso, Oleiros.	Grândola, Vila Velha de Ródão, Pampilhosa da Serra, Soure, Gavião, Alandroal, Miranda do Corvo, Arraiolos, Mora, Golegã, Alvito.
		Pensionistas face à pop. empregada	—		Penamacor, Gavião, Alvaizere, Idanha-a-Nova, Alcoutim.	Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Bombarral, Alpiarça.

- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.

- O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.



O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional

O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional

O indicador revela dupla leitura

O indicador revela condições favoráveis face à média nacional

O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

³ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da “desafiliação” poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

⁴ Incluem-se, aqui, todos concelhos que se distanciam da média nacional e contrariam a tendência do tipo.

3.5.5. Territórios industriais com forte desqualificação

Este tipo assume a terceira posição no que diz respeito ao peso da população do continente (18,6%). Integra 12,9% dos concelhos do continente (36 concelhos), situados a noroeste de Portugal, correspondendo a oito NUT's III. A NUT do Ave compreende todos os seus concelhos¹, a do Cávado inclui todos os concelhos à excepção de Braga². A do Tâmega todos à excepção de Resende e Ribeira de Pena³. Os restantes dez concelhos distribuem-se por outras 5 NUT (Minho-Lima, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Douro Baixo Vouga⁴).

A grande maioria dos concelhos que integra este tipo apresenta uma grande vitalidade demográfica (maior peso da população bastante jovem – 0 aos 14 anos – e de famílias numerosas entre todos os tipos) e um grande dinamismo económico de base industrial (maior peso de emprego industrial entre todos os tipos). A grande maioria da população vive em centros com menos de 5000 habitantes com níveis de infraestruturização deficiente, nomeadamente em termos de saneamento básico e de acesso à Internet.

A excepção a esta tendência encontra-se entre os concelhos de Mesão Frio e Terras do Bouro. Embora a população viva em centros com menos de 5000 habitantes caracterizados por défices de infraestruturas de telecomunicações, estes 2 concelhos têm registado um grande decréscimo populacional no período intercensitário (com valores negativos na ordem dos 11%), em parte explicado pelo saldo natural negativo e que se reflecte ao nível do envelhecimento da população. Nestes territórios a actividade agrícola ainda é relevante. Por seu lado, Póvoa do Varzim e Valongo também se distinguem da maioria dos concelhos por uma parte considerável da população residir em lugares mais povoados (entre 10000 e 49999) e melhor equipados em termos de saneamento básico e telecomunicações. Comparativamente com os restantes concelhos que integram este tipo, regista-se aqui o desempenho de profissões mais qualificadas⁵.

Para a definição deste tipo concorrem 17 indicadores (cf. Quadro 11): 6 relativos à desafiliação (Taxa de pessoas institucionalizadas, taxa de cobertura de apoio a idosos, idosos em famílias de uma pessoa, famílias de avós com netos, crianças em amas e creches e estrangeiros na população residente); 8 correspondem à desqualificação social objectiva

¹ Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela.

² Amares, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

³ Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel.

⁴ À NUT de Minho-Lima corresponde Ponte de Lima; à do Grande Porto Póvoa do Varzim, Valongo, Vila do Conde; à do Entre Douro e Vouga Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira; à do Douro Mesão Frio; à do Baixo Vouga Murtosa e Ovar.

⁵ De referir que Vila do Conde embora pertença ao Grande Porto e os indicadores assumam valores muito semelhantes aos de Póvoa do Varzim e de Valongo foi incluído, através do procedimento estatístico que originou os tipos de território rurais e urbanos, numa outra categoria de território por apresentar condições menos favoráveis em termos de saneamento básico e de acesso à internet.

(população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, taxa de analfabetismo, saída antecipada do sistema de ensino, abandono escolar precoce, desempregados de longa duração, população com profissões desqualificadas, pessoas residentes em alojamentos sobrelotados, população com deficiência); 3 são relativos à privação económica (IRS per capita, famílias com cinco ou mais elementos e peso de pensionistas face à população empregada).

Destes 17 indicadores, 14 revelam as situações mais marcantes entre todos os tipos, o que faz desta zona do país uma área contrastante face às dimensões aqui em análise. Apenas, as famílias de avós com netos, a taxa de analfabetismo e os pensionistas face à população empregada não apresentam valores extremados, no entanto, revelam condições favoráveis. Vejamos, então, como se comportam os diferentes indicadores em cada uma das dimensões.

Desafiliação

A maioria dos indicadores relativos à desafiliação confirma a tendência de um grande dinamismo demográfico registado entre os concelhos que integram este tipo, colocando-os numa situação favorável face a esta dimensão da exclusão social. Os indicadores da sub-dimensão institucionalização apresentam os valores mais baixos do continente, o que em parte se explica por esta zona do país revelar uma grande vitalidade demográfica com reflexos no baixo peso de idosos face à população residente. De facto, aqui o peso relativo de idosos assume a menor expressão face aos restantes agrupamentos de concelhos, distanciando-se da média nacional. Por outro lado, o grande peso de famílias numerosas e de alojamentos sobrelotados poderá querer significar fortes redes de inter-ajuda familiar que evitam o encaminhamento de idosos para equipamentos sociais, mas também acautelem o seu isolamento. Mais uma vez este tipo revela, comparativamente com os restantes, o menor peso de idosos em famílias de uma pessoa, corroborando, assim, o que anteriormente se disse.

Estas constatações poderão estar também na base do baixo valor que assume a variável Percentagem de crianças dos 0 aos 3 anos em amas e creches. Ou seja, se assumirmos que os altos valores dos indicadores Famílias com cinco ou mais pessoas e o peso reduzido de idosos em famílias de uma pessoa são demonstrativos de um forte suporte familiar, esta poderá ser de facto o factor explicativo para o fraco recurso a soluções fora destas redes informais... É a Sociedade Providência de que falava Boaventura de Sousa Santos (1987; 1994), entendida enquanto mecanismos de entreajuda familiar e as solidariedades de vizinhança a funcionar. Obviamente, que a fraca inserção de crianças em amas e creches, sobretudo, nos concelhos de Marco de Canaveses, Cinfães, Trofa, Paredes, Penafiel, Amarante, Paços de Ferreira, Celorico de Basto, Baião e Vila Verde também poderá traduzir a fraca cobertura deste recurso em territórios que apresentam um grande dinamismo demográfico, de qualquer forma quer porque não existe procura que estimule a organização

deste tipo de resposta (faz-se aqui referência às infraestruturas para crianças mas a mesma análise serve para o caso dos idosos com dificuldades ao nível da autonomia), quer porque existindo ela não encontra um nível de cobertura desejável, a verdade é que são os mecanismos informais que vão ao encontro das necessidades das famílias. De referir, no entanto, que no interior deste tipo se encontram concelhos que contrariam esta tendência, nomeadamente: Esposende, Póvoa do Lanhoso, Oliveira de Azeméis, Fafe, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão e Mesão Frio. De facto, estes concelhos apresentam valores relativos mais elevados de crianças em amas e creches do que a média nacional.

Os territórios que integram este tipo revelam-se pouco atractivos para os estrangeiros . Embora a estrutura produtiva de base industrial que caracteriza estes concelhos seja pouco exigente em termos de qualificação da mão-de-obra, a oferta existente em termos de recursos humanos nacionais é aparentemente suficiente para superar a procura, excedendo-a aliás, como se verifica através das taxas de desempregados de longa duração que são as mais altas entre todos os tipos.

Uma análise mais detalhada sobre os indicadores da desqualificação social objectiva poderá ajudar a compreender de que forma um sector secundário pouco exigente em termos de qualificação de recursos humanos, acaba por colocar a questão da longevidade de um processo de desenvolvimento com estas características e das consequências a longo prazo da perpetuação ou agravamento da desqualificação.

Desqualificação social objectiva

Os indicadores relativos à escolarização que tendem a explicar o tipo aqui em análise revelam que se está perante uma população muito pouco escolarizada que tende a abandonar precocemente o sistema de ensino. No entanto, a taxa de analfabetismo até se apresenta favorável face à média nacional⁷, na medida em que é o segundo tipo com a taxa de analfabetismo mais favorável, só superada pelos Territórios ameaçadores e atractivos (tipo 3). O comportamento destes indicadores poderá significar que a população mais jovem inicia o seu percurso escolar, mas não conclui a escolaridade obrigatória, reflectindo-se em altas taxas de Abando escolar precoce (no caso das crianças e jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos) ou em valores elevados de Saída antecipada do sistema de ensino (para aqueles entre os 18 e os 24 anos). Para estes dois indicadores esta situação é mais evidente nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Cinfães, Marco de Canaveses e Baião, sendo o abandono escolar precoce também evidente em Mondim de

⁶ Apenas o concelho de Murtosa apresenta valores idênticos aos nacionais em termos de peso de estrangeiros face à população residente.

⁷ De referir, no entanto, que os concelhos de Mondim de Basto, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Baião, Terras do Bouro, Cinfães e Mesão Frio apresentam todos eles taxas mais elevadas de analfabetismo face ao valor registado para a média nacional.

Basto, Mesão Frio, Murtosa e Paredes⁸. Face ao exposto, constata-se que o peso da população com escolaridade menor ou igual à obrigatória é o mais expressivo do continente, atingindo valores bastante elevados entre os concelhos de Lousada (96%), Paços de Ferreira (95,3%), Felgueiras (93,6%), Marco de Canaveses (91,9%), Penafiel (91,3%), Paredes (91,2%) e Vizela (91,1%).

Ainda que os dados aqui recolhidos não possam comprová-lo será igualmente fácil deduzir que sobretudo no caso do abandono escolar estamos a falar de um número larguíssimo de potenciais trabalhadores infantis. De facto alguns estudos que trabalharam dados recolhidos directamente incidem sobretudo nesta área geográfica do país⁹.

Os fracos recursos escolares da população residente nos territórios aqui em análise tende a reflectir-se no exercício de profissões desqualificadas, tais como operários, artífices, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem. De facto, numa análise comparativa entre tipos constata-se que é mais uma vez neste tipo que se regista o mais elevado peso de indivíduos a desempenharem profissões pouco qualificadas (a rondar os 60%). À excepção de Castelo de Paiva, esta situação é mais marcante entre os concelhos que registaram igualmente a condição mais desfavorável na relação da sua população com o sistema de ensino, são eles: Lousada, Paços de Ferreira, Vizela, Felgueiras, Marco de Canaveses, Paredes, Penafiel e Baião. Apenas Terras do Bouro, Póvoa do Varzim e Murtosa apresentam um menor peso da população com profissões desqualificadas face à média nacional.

Se o baixo capital escolar desta população se encontra associado ao desempenho de profissões desqualificadas ele também poderá, em parte, explicar o grande peso de desempregados, sobretudo, daqueles que se encontram nesta situação há mais de um ano¹⁰, em virtude da eventual reestruturação de algumas das indústrias aqui presentes, mais exigentes do ponto de vista da qualificação dos recursos humanos. Não deve, no entanto, deixar de se ter presente que na década de 80 se assistiu, nesta zona, à proliferação de fábricas de têxteis e calçado, cuja implantação nem sempre obedeceu a critérios muito rigorosos, acabando muitas destas unidades fabris por se deslocalizarem e/ou declararem processos de falências. Assim, os concelhos de Santo Tirso, Vizela, Mondim de Basto, Baião, Paços de Ferreira, Celorico de Basto, Guimarães e Fafe são os que apresentam o maior peso

⁸ Os concelhos que tendem a afastar-se desta tendência são Valongo e Ovar. No caso do abandono escolar precoce Vila Nova de Famalicão, Oliveira de Azeméis, Trofa, Santo Tirso e Barcelos são também concelhos que apresentam uma situação mais favorável face à registada para o continente.

⁹ Fialho, J. S. (coord.) (1998) Trabalho Infantil em Portugal. Caracterização Social dos Menores em Idade Escolar e suas Famílias, Lisboa, Ministério do Trabalho e Solidariedade, Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), Lisboa Cadernos PEETI, nº 3; Sarmento, M. J. Bandeira, Alexandra, Dorcas, Raquel (2000) Trabalho domiciliário infantil: um estudo de caso no Vale do Ave, Cadernos PEETI; 2, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

¹⁰ De acordo com dados do IEFP, de Setembro de 2003 o total de indivíduos inscritos no centro de emprego na situação de desemprego totalizava 86.208 indivíduos (9,9% face à população empregada), ao passo que os que se encontravam nesta situação há mais de um ano perfaziam 35.445 (40% do total de desempregados).

de desempregados de longa duração, ao passo que Ponte de Lima, Esposende e Cinfães registam valores relativos inferiores à média nacional.

Se o grande peso de famílias numerosas e de alojamentos sobrelotados poderá querer significar, como atrás foi referido, fortes redes de inter-ajuda familiar, estes indicadores poderão, igualmente, revelar, situações desfavoráveis do ponto de vista das condições habitacionais e dos rendimentos¹¹. De facto, mais uma vez encontramos aqui o maior peso de alojamentos sobrelotados, não se registando nenhum concelho que apresente valores relativos abaixo da média nacional. Pelo contrário, os concelhos que tendem a registar as situações mais preocupantes, com cerca de ¼ dos alojamentos sobrelotados, são: Paredes, Penafiel, Marco de Canavezes, Castelo de Paiva, Cinfães, Vizela, Paços de Ferreira, Lousada e Baião. No entanto, à excepção de Penafiel, Paços de Ferreira e Lousada, as famílias numerosas não se concentram especialmente na maioria daqueles concelhos.

Privação económica

Retomando o que se acabou de afirmar, constata-se realmente que o tipo em análise revela o maior peso de famílias numerosas, não se registando nenhum concelho com valores abaixo da média nacional. No entanto este tipo de famílias concentra-se, sobretudo, em Esposende, Vila Verde, Celorico de Basto, Barcelos, Ponte de Lima, Arouca e Amares, não sendo estes concelhos, aqueles que apresentam valores mais elevados de alojamentos sobrelotados e valores mais baixos de IRS per capita. No entanto, alguns dos territórios que registam mais alojamentos sobrelotados são também aqueles que registam valores de IRS mais baixos, tais como: Cinfães, Baião, Lousada, Castelo de Paiva.

É de salientar que relativamente ao indicador IRS per capita mais uma vez são estes concelhos que apresentam os valores mais baixos (a rondar os 230€), encontrando-se as situações mais desfavoráveis entre os concelhos de Terras de Bouro, Celorico de Basto, Cinfães, Mondim de Basto, Baião, Lousada, Castelo de Paiva. Destes, os quatro primeiros concelhos estão entre aqueles que apresentam os valores mais baixos de IRS de todo o continente, respectivamente em 2º (com 132,2€), 3º (com 137,1€), 4º (com 138,4€) e 5º (com 138,8€) lugares. Seria, pois, importante encontrar outros indicadores¹² para relativizar esta situação tão desfavorável do ponto de vista dos rendimentos, já que o peso da economia informal poderá ocultar situações relativamente mais favoráveis do ponto de vista dos

¹¹ Tal como alguns estudos o confirmam, nomeadamente Bomba, T., Fernandes R., Machado, C. e Nascimento, F. (2005), *Medidas de Pobreza e Exclusão Social*, Lisboa: DGEEP/MSSFC (em curso); Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2002), "Final Report on Portugal – FIPOSC", *Final Report on Fighting Poverty and Social Exclusion in Southern Europe*, POLEIS/CERES/DEPP/IESA-CSIC, pp. 9-49, (www.uni-bocconi.it/poleis); Capucha, L. (Coord.), Bomba, T., Fernandes, R. e Matos, G. (2005) "Portugal: A virtuous path towards minimum income" in Ferrera et al., *Welfare State Reform in Southern Europe*, Routledge (no prelo).

¹² Um indicador que poderia permitir uma aproximação indirecta a esta realidade poderia ser, por exemplo, o imposto sobre veículos automóveis (cf. capítulo 3.2.1. onde se expôs os constrangimentos associados à recolha de indicadores para a dimensão da privação económica).

rendimentos, mas menos benéficas do ponto de vista da protecção social e na saúde.

Note-se que tendo vindo esta a ser uma zona objecto de algumas investigações sociológicas¹³, são recorrentes as análises que mostram como se tem sustentado económica e socialmente este modelo industrial assente na exploração de uma mão-de-obra barata e desqualificada. Se são evidentes os factores competitivos do ponto de vista económico baseando-se muitas vezes na produção doméstica com recurso ao trabalho infantil, tais estudos têm mostrado igualmente a importância das estratégias de pluriactividade de base industrial e agrícola que impede que estas famílias caiam em situações de pobreza mais extrema e desta maneira conseguir um equilíbrio entre o tecido social e o tecido económico.

Contudo os factores que permitiram a este sector posicionar-se numa situação de vantagem competitiva face a outros mercados internacionais deixaram garantir a Portugal esta posição e a situação pode, contudo, inverter-se. Apenas a título de exemplo refira-se a adesão de novos estados membros à União Europeia e o risco de deslocalização de algumas empresas, mas também as consequências inerentes à liberalização do comércio mundial de têxteis e vestuário, e a adesão em 2001 da China à Organização Mundial do Comércio.

Se muitas das empresas aqui instaladas e que há relativamente pouco tempo garantiam a empregabilidade, mesmo precária, das populações correm o risco de desaparecer, aquelas que se prepararam e refizeram os seus factores de competitividade não sofrerão tanto com aquela liberalização. Esta reestruturação passa, na opinião de alguns economistas, por um maior investimento na comercialização, formação e flexibilidade do produto (ex. produção de marcas com qualidade e design), mas também por uma maior cooperação entre empresas para enfrentar os problemas, mesmo que tenha de passar pela fusão entre elas.

De qualquer forma, os riscos de um choque na base de sustento destas populações são muito fortes pondo em risco muitas famílias que mesmo frágeis do ponto de vista dos seus recursos materiais e qualificacionais tinham encontrado formas de organização que lhes permitiam subsistir. Por outro lado, é preciso não esquecer que este modelo comprometeu não só as presentes gerações adultas, mas as opções das famílias relativamente às crianças e jovens, como ficou patente através dos dados do abandono escolar, pelo que se torna urgente corrigir estas situações.

¹³ É o caso por exemplo, da tese de João Ferreira de Almeida (1986) *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa, de Augusto Santos Silva (1994) *Tempos Cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Edições Afrontamento.

Quadro 11 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios industriais com forte desqualificação

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Desafiliação	Institucionalização	Taxa de pessoas institucionalizadas	+/-		Mondim de Basto, Paços de Ferreira	Trofa, Murtosa, Esposende, Amares, Mesão Frio, Sta Maria da Feira, Barcelos, Paredes
		Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos	+/-		Mondim de Basto, Mesão Frio, Póvoa de Varzim	Paços de Ferreira, Sta Maria da Feira, Cinfães, Trofa, Amarante, Barcelos, Penafiel, Paredes
	Estruturas familiares	Idosos em famílias de 1 pessoa	—		Paços de Ferreira, Esposende, Barcelos, Vila Nova de Famalicão, Vizela, Trofa, Guimarães Paços de Ferreira, Castelo de Paiva, Vizela, Marco de Canavezes, Trofa, Terras do Bouro, Penafiel, Felgueiras	
		Famílias de avós com netos	—		Paços de Ferreira, Castelo de Paiva, Vizela, Marco de Canavezes, Trofa, Terras do Bouro, Penafiel, Felgueiras	Mesão Frio, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto, Amares, Celorico de Basto, Amarante, Ponte de Lima
		Crianças em amas e creches	—		Marco de Canavezes, Cinfães, Trofa, Paredes, Penafiel, Amarante, Paços de Ferreira, Celorico de Basto, Baião, Vila Verde	Esposende, Póvoa do Lanhoso, Oliveira de Azeméis, Fafe, Sta Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão, Mesão Frio
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Mesão Frio, Baião, Paredes Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Penafiel	Murtosa
Desqualificação social objectiva	Escarização	População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	—		Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras, Marco de Canavezes, Penafiel, Paredes, Vizela	
		Taxa de analfabetismo			Valongo, Trofa, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Ovar	Mondim de Basto, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Baião, Terras de Bouro, Cinfães, Mesão Frio
		Saída antecipada do sistema escolar	—		Lousada, Paços de Ferreira, Felgueiras, Cinfães, Marco de Canavezes, Baião	Valongo, Ovar
		Abandono escolar precoce	—		Mondim de Basto, Mesão Frio, Cinfães, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Murtosa, Lousada, Paredes, Baião	Vila Nova de Famalicão, Oliveira de Azeméis, Trofa, Ovar, Santo Tirso, Barcelos, Valongo
	Emprego e desemprego	Desempregados de longa duração	—		Santo Tirso, Vizela, Mondim de Basto, Baião, Paços de Ferreira, Celorico de Basto, Guimarães, Fafe	Ponte de Lima, Esposende, Cinfães
		População com profissões desqualificadas	—		Castelo de Paiva, Lousada, Paços de Ferreira, Vizela, Felgueiras, Marco de Canavezes, Paredes, Penafiel, Baião	Terras de Bouro, Póvoa de Varzim, Murtosa
	Condições de habitação	Alojamentos sobrelotados	—		Paredes, Penafiel, Marco de Canavezes, Castelo de Paiva, Cinfães, Vizela, Paços de Ferreira, Lousada, Baião	
	Handicaps pessoais	População com deficiência			Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes	Arouca, Póvoa do Varzim, Esposende

Continua →

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Privação económica	Rendimentos	Irs per capita	+		Terras de Bouro, Celorico de basto, Cinfães, Mondim de Basto, Baião, Lousada, Castelo de Paiva	Valongo, Ovar, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Oliveira de Azeméis
		Famílias com 5 ou mais pessoas	—		Esposende, Vila Verde, Celorico de basto, Barcelos, Ponte de Lima, Arouca, Amares	
	Protecção social	Pensionistas face à pop. empregada	—		Vizela, Trofa, Paços de Ferreira, Paredes, Lousada, Felgueiras, Póvoa do Varzim,	Terras do Bouro, Vieira do Minho, Mesão Frio, Celorico de Basto, Mondim de Basto

- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.

- O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.

	O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela dupla leitura
	O indicador revela condições favoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional

¹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da “desafiliação” poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

² Incluem-se, aqui, todos concelhos que se distanciam da média nacional e contrariam a tendência do tipo.

3.5.6. Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

Este tipo esquematiza a situação de 68 concelhos do território continental português o que faz dele o segundo tipo mais expressivo deste ponto de vista (24,5%), mas o quarto no que se refere à população abrangida (7,8%).

Tal como nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), são concelhos que se distribuem pelo interior do país concentrando-se neste caso, sobretudo no Norte e no Alentejo. No Norte encontramos-lo representado na zona nordeste do Minho-Lima - Arcos de Valdevez, Melgaço e Paredes de Coura -, em Resende no Tâmega; em toda a zona da NUT III do Douro com excepção de Vila Real¹; nos concelhos do Alto de Trás-os-Montes com excepção de Bragança, Chaves, Vimioso, Miranda do Douro e Alfândega da Fé². No Centro existem ainda alguns destes concelhos, a Lousã, Arganil e Tábua no Pinhal-Interior-Norte; os concelhos da área da NUT III Dão-Lafões com excepção de Viseu, Tondela, Mortágua, Santa Comba Dão³; Fornos de Algodres na Serra da Estrela e Celorico da Beira na Beira Interior Norte. Na zona de Lisboa e Vale do Tejo encontra-se ainda o Sardoal na zona do Médio Tejo; Chamusca, Coruche e Salvaterra de Magos, na Lezíria do Tejo.

O Alentejo é coberto sobretudo pela mancha correspondente aos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6), quer no interior, mas também no litoral – caso de Alcácer do Sal e Odemira. Campo Maior, Elvas e Avis no Alto Alentejo; Redondo e Mourão no Alentejo Central; todos os concelhos do Baixo Alentejo com excepção do Alvito e de Beja⁴ podem ser caracterizados de acordo com os traços deste tipo. No Algarve descreve ainda a situação de Castro Marim.

Do ponto de vista das dinâmicas territoriais, este tipo abrange sobretudo concelhos do tipo 5 da tipologia rural urbano (50 concelhos), isto é territórios marcados essencialmente por traços de ruralidade, em que a população vive em centros com menos de 5000 habitantes, é envelhecida, o peso da agricultura na estrutura de emprego é ainda relevante, as qualificações da população são deficitárias e a infraestruturação ao nível das telecomunicações deficiente. Existem casos como o dos concelhos de Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Salvaterra de Magos, Sardoal, Sátão, Tábua, Vouzela a que corresponde um tipo de dinâmica com características diferenciadas ao nível da importância que assume o sector industrial na estrutura do emprego, ainda que apresente traços de ruralidade, designadamente no que diz respeito às deficiências no saneamento

¹ Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca.

² Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Vinhais, Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar.

³ Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu, Vouzela.

⁴ Aljustrel, Almodôvar, Barrancos, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira

básico e de acesso à internet por parte das suas escolas, à concentração da população em centros urbanos com menos de 5000 habitantes. Outros nove concelhos correspondem ainda aos tipos 2 e 3.

Tal como os Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) traduzem também situações de desertificação, envelhecimento, de fracas competências escolares e qualificações e economicamente deprimidos. Juntos caracterizam de alguma forma aquilo a que João Ferrão (2004) designou por “país sonolento”, “o país esquecido, perdedor, física e simbolicamente” (Ferrão: 2002: 151-158). Existem contudo diferenças fundamentais⁵ e que dizem respeito sobretudo a indicadores que directa ou indirectamente estão associados ao dinamismo demográfico e à substituição das gerações (famílias monoparentais, avós com netos, taxa de abandono escolar, taxa de saída antecipada, taxa de desemprego e de desemprego de longa duração, condições de habitação, etc.). Poder-se-ia presumir que a letargia dos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) ainda não se instalou completamente nestes concelhos, pelo menos ao ponto de afastar de forma tão intensa as gerações em idade activa e seus filhos dos seus locais de origem (cf. Quadro 12).

De facto, os dados sobre a variação demográfica indicam uma perda ligeiramente inferior de população neste tipo (-7,4%) quando comparado com os Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (-7,5%) e os valores da população com idades entre os 0 e os 14 anos são também ligeiramente superiores aqui (14,1% para 12,3%, do tipo 4). Contudo, o facto de não dispormos nesta fase de dados para diferenciar os movimentos que se devem ao saldo natural e ao saldo migratório, sugerem que tenhamos algumas cautelas nestas assunções.

Desafiliação

No que diz respeito à dimensão desafiliação, apenas dois dos indicadores da sub-dimensão estruturas familiares são pertinentes para a explicação do tipo, no sentido em que se afastam o suficiente dos valores das médias nacionais. Sendo o segundo tipo com uma percentagem de envelhecimento mais elevada depois dos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), mantém-se nesta mesma posição no que diz respeito à percentagem de idosos a viver em famílias de uma pessoa (21,15%). Mértola, Fornos de Algodres, Penedono, Vila Nova de Paiva, Sernancelhe, Mourão, Castro Verde são os casos em que esta tendência mais se

⁵ Ferrão (Estudos Demográficos n.º 34) utiliza no desdobramento das categorias desse “país sonolento” as categorias freguesias regressivas e as freguesias eventualmente em coma. No primeiro caso trata-se de territórios ocupando uma vastíssima área do país com resultados negativos face às médias nacionais em vários dos indicadores nos domínios de observação considerados (ocupação do território, famílias, condições de vida e empregabilidade); no segundo caso, trata-se de situações com particular incidência nas regiões Norte e Centro interior e ainda no Baixo Alentejo/Serra Algarvia, onde a evolução regressiva ocorrida ao longo da década de 90 atinge valores excepcionalmente críticos.

acentua. Existe um grupo de 16 concelhos⁶ cujos valores se situam abaixo da média nacional (19,39%), qualquer um deles longe contudo, das médias dos Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5) em que esta taxa atinge os seus valores mais baixos que corresponde a 14,26 por cada 100 pessoas residentes com 65 ou mais anos.

Relativamente às famílias de avós com netos, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (0,38%) está nos antípodas dos Territórios envelhecidos e desertificados com a mais alta taxa entre todos os tipos (0,21%). Avis e Carregal do Sal e Santa Marta de Penaguião, são os concelhos em que este fenómeno atinge as proporções mais elevadas não só do tipo como do país, segue-se dentro do tipo, Ferreira do Alentejo, Campo Maior, Montalegre, Barrancos, Boticas, Tabuaço, Arcos de Valdevez, Cuba, Melgaço e Murça. Os concelhos que contrariam a tendência deste tipo, com valores abaixo das médias nacionais⁷ não se chegam a aproximar da média dos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4) que tem a menor representação deste fenómeno.

Estes dois indicadores dão assim um retrato de envelhecimento e de isolamento, mas também da existência de situações em que os avós desempenham ainda um papel na guarda e cuidado das gerações mais jovens. Contudo, está-se perante situações de grande vulnerabilidade à pobreza já que como se analisará abaixo estes são territórios onde as pensões são particularmente baixas.

No que diz respeito às sub-dimensões da desafiliação associadas à criminalidade e à imigração, este tipo apresenta valores significativamente positivos tal como acontecia nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). No que diz respeito à criminalidade, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) têm a segunda média mais baixa deste indicador. Tal como nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), a coesão não parece estar afectada por estes fenómenos, trata-se de comunidades pequenas e pouco fragmentadas em que a criminalidade tem valores pouco significativos. Por seu lado, o próprio empobrecimento do território é também explicativo deste fenómeno, naquilo que diz respeito aos crimes sobre o património. Arcos de Valdevez, Elvas, Salvaterra de Magos, Vidigueira, Castro Marim, Torre de Moncorvo, Ourique, Peso da Régua, Avis, Macedo de Cavaleiros, Freixo de Espada à Cinta, Campo Maior e Chamusca são os casos mais excepcionais no quadro do tipo, com valores acima da média nacional, não se aproximando contudo, dos tipos com médias mais altas (o tipo 2 e o tipo 3).

⁶ Esses concelhos são Cuba (16,7%), Vouzela (16,9%), Melgaço (17,1%), São Pedro do Sul (17,3%), Salvaterra de Magos (18,1%), Tábua (18,1%), Mangualde (18,2%), Murça (18,4%), Ribeira de Pena (18,5%), Lamego (18,6%), Sátão (18,6%), Mirandela (18,7%), Nelas (18,8%), Mogadouro (19,1%), Macedo de Cavaleiros (19,2%), Santa Marta de Penaguião (19,3%).

⁷ Vila Flor (0,17%), São João da Pesqueira (0,19%), Celorico da Beira (0,21%), Castanheira de Pera (0,21%), Arganil (0,21%), Redondo (0,22%), Coruche (0,23%), Fornos de Algodres (0,23%), Chamusca (0,25%), Vouzela (0,25%), Torre de Moncorvo (0,26%), Tábua (0,27%) e Aljustrel (0,28%).

O peso da população estrangeira sobre a população residente mostra um panorama também favorável se tivermos em conta que a existência de estrangeiros num território coloca sempre questões do ponto de vista da integração e muitas vezes anda associada a formas de exclusão. O valor médio dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) no que diz respeito a este indicador, é o terceiro mais baixo. Tábua, Ourique, Castro Marim, Vila Nova de Paiva, Odemira, Moura e Mourão são os concelhos onde os valores são mais elevados excedendo a média nacional. Aqueles em que os valores são mais baixos são Cuba com o valor mais baixo em todo o Continente, Sardoal, Lamego, Peso da Régua, Mértola, Barrancos e Chamusca sempre abaixo da média dos Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5) – a mais baixa neste indicador. Mais uma vez a diminuta actividade económica não constitui atractivo para as migrações laborais, nem para outro tipo de estrangeiros que vem por razões de lazer.

No que diz respeito à desafiliação, a situação dos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) propõe, como acontecia nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), um retrato incoerente do ponto de vista das perspectivas que têm vindo a ser propostas sobre o conceito de desafiliação. Se, por um lado, do ponto de vista dos indicadores que operacionalizam a sub-dimensão Estruturas familiares, a situação dá conta de alguma fragmentação social e do isolamento dos indivíduos, naquilo que diz respeito aos aspectos deste indicador associados à criminalidade e à presença de estrangeiros, os valores sugerem uma imagem de integração. Contudo a densidade de indicadores que apresentam uma situação de isolamento social neste tipo é muito menor do que acontece nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), já que apenas dois indicadores se mostram suficientemente distantes das médias nacionais para se constituírem como explicativos da situação do tipo. Isto significa que quer do ponto de vista das pessoas institucionalizadas, quer das famílias monoparentais, ou mesmo das crianças em amas e creches, os valores não são divergentes face aos valores nacionais.

Desqualificação Objectiva

No que diz respeito à desqualificação objectiva são três os indicadores que são relevantes para a explicação do tipo: dois relativos à Escolarização (Taxa de analfabetismo e Abandono Escolar) e um relativo ao Emprego.

No que se refere à taxa de analfabetismo, este tipo regista um valor (17,26%) muito próximo dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (18,84%), cuja situação é a mais grave do continente. Ourique, Odemira, Boticas, Freixo de Espada à Cinta, Almodôvar, Montalegre, Mértola, Coruche, Aguiar da Beira, Resende, Vinhais e Serpa são os concelhos onde a situação é mais grave. Neste tipo, os casos menos conformes à tendência no sentido em que apresentam valores inferiores à média nacional, são Nelas, Vouzela, Mangualde, Peso da Régua, Carregal do Sal, Sardoal, Lamego, Arganil, Tábua e Castanheira de Pera. Estas são,

contudo, posições bastante centrais no ranking dos concelhos ordenados segundo este indicador, o que significa que estão longe de apresentar uma situação favorável.

Quanto ao abandono escolar precoce, os valores são também preocupantes (4,08%), pouco abaixo do tipo com a média mais elevada – os Territórios industriais com forte desqualificação (tipo 5). O empobrecimento das famílias com todas as implicações materiais e culturais associadas, bem como a inexistência de perspectivas de alcançar situações profissionais atraentes associadas a percursos escolares prolongados ou sequer básicos estará na base desta situação. Resende, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Tarouca, Vila Pouca de Aguiar e Vila Nova de Paiva são as situações mais graves no conjunto de concelhos que corresponde a este tipo.

Castro Verde detém o quinto valor mais baixo do país situando-se bastante abaixo da média mais favorável no que toca este indicador, a dos Territórios ameaçadores e atractivos - tipo 3 (1,96%). Seguem-se mais dezasseis concelhos⁸ cujos valores se situam abaixo da média nacional contudo os seus valores não são animadores, encontrando-se em posições ainda centrais no ranking de concelhos.

Quanto ao terceiro indicador da sub-dimensão Desqualificação social objectiva - a taxa de desemprego – os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6) atingem o valor mais alto entre todos os tipos. Se se pensar que em 24 destes concelhos⁹ a taxa de desemprego excede os 10% e que Almodôvar tem um valor de 21,45% percebemos o quão grave é a situação e os riscos de exclusão que correm as pessoas que neles residem, por insuficiência de recursos. Ainda que sejam conhecidas as possibilidades da economia informal no nosso país, providenciando redes de suporte e prevenindo situações de pobreza agravada à semelhança do que sucede com o tipo da pobreza integrada descrito por Paugam, não podem ser negligenciadas as situações de precariedade e de desprotecção que vivem as pessoas com este tipo de actividades.

Privação

No que diz respeito à privação aquilo que verificamos são situações de empobrecimento material em consequência do tipo de desenvolvimento que conheceram estes territórios. Com quase todos os indicadores relativos à privação económica a concorrerem para a explicação do tipo (é excepção o Peso das famílias com cinco e mais elementos), ele regista

⁸ Campo Maior (2%), Mértola (2%), Castanheira de Pera (2,2%), Cuba (2,2%), Satão (2,2%), Barrancos (2,3%), Paredes de Coura (2,4%), Carregal do Sal (2,5%), Odemira (2,5%), Vidigueira (2,50%), São Pedro do Sul (2,6%), Celorico da Beira (2,7%), Castro Marim (2,8%), Elvas (2,8%), Ourique (2,9%) e Coruche (3%).

⁹ Ourique (18,21%), Ribeira de Pena (16,51%), Barrancos (15,91%), Moura (15,18%), Castanheira de Pera (14,80%), Vila Nova de Paiva (14,64%), Serpa (14,39%), Satão (14,38%), Mourão (13,99%), Cuba (13,85%), Aljustrel (13,72%), Salvaterra de Magos (13,13%), Vidigueira (12,98%), Macedo de Cavaleiros (12,77%), Lamego (12,75%), Mértola (12,34%), Mirandela (12,25%), Castro Verde (12,23%), Sabrosa (12,20%), Ferreira do Alentejo (12,16%), Boticas (12,05%), Vinhais (11,24%) e Torre de Moncorvo (11,08%).

os piores valores de IRS per capita, de beneficiários do RMG e do valor médio anual das pensões entre todos os tipos.

No que diz respeito ao IRS per capita, as situações mais graves são as de Ribeira de Pena, Boticas, Resende, Valpaços e de Penalva do Castelo que não ultrapassam os 150€ anuais de IRS. Castro Verde, Campo Maior, Elvas, Lamego são relativamente, as situações mais favoráveis registando valores acima da média nacional¹⁰.

No que diz respeito ao poder de compra, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (0,06%) tem o seu valor médio pouco acima do valor médio mais baixo (0,05%) do conjunto dos tipos – o dos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). As situações mais graves são as de Barrancos com um valor inferior a 0,01% do poder de compra nacional e outros 14 concelhos que não alcançam os 0,03% do IPC. Refira-se que não existem concelhos que se aproximem sequer da média nacional (0,35%), sendo Lamego, com 0,195% a exceder por pouco a metade desta, o concelho com a situação menos desfavorável.

Quanto aos beneficiários do RMG, já se fez referência ao facto de ser este o tipo com valores mais elevados neste indicador (5,05%). Ao contrário do que acontecia nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), a existência de uma população jovem e dependente que sobrecarrega os orçamentos familiares quer sejam eles provenientes de transferências ou de rendimentos de trabalho torna este indicador um aspecto significativo da análise da situação da pobreza nestes concelhos. A situação mais grave é a de Resende que é simultaneamente o concelho do tipo e do país com maior percentagem de beneficiários do RMG (17,43%). Seguem-se Moura, Penalva do Castelo, Lamego, Moimenta da Beira, Sátão, Elvas, Tabuaço, Serpa, Castro Daire, Tarouca, Castro Marim com valores que mais que duplicam a média nacional.

As situações relativamente menos desfavoráveis na medida em que se encontram abaixo da média nacional são as de Mogadouro (0,92% mesmo assim no 15º lugar do ranking nacional com a situação mais favorável deste ponto de vista), Barrancos, Mirandela, Sardoal, Vouzela, Carrazeda de Ansiães, Castanheira de Pêra, Torre de Moncorvo, Melgaço, Montalegre, Arganil, Ourique, Freixo de Espada à Cinta e Salvaterra de Magos.

Quanto ao valor médio das pensões, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 volta a deter o valor mais preocupante do conjunto dos tipos, com 2611,31€ processados anualmente, o que significa pouco mais de 180€ por mês. Penedono (2288,70€) é a situação mais grave neste tipo e no país, seguindo-se Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Boticas respectivamente nos terceiro, quarto e quinto lugares do ranking nacional.

¹⁰ referir que a média deste tipo de IRS anual per capita é de 224,86€, registando os valores mais baixos do país.

No que diz respeito ao poder de compra, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 (0,06%) tem o seu valor médio pouco acima do valor médio mais baixo (0,05%) do conjunto dos tipos – o dos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4). As situações mais graves são as de Barrancos com um valor inferior a 0,01% do poder de compra nacional e outros 14 concelhos¹¹ que não alcançam os 0,03% do IPC. Refira-se que não existem concelhos que se aproximem sequer da média nacional (0,35%), sendo Lamego, com 0,195% a exceder por pouco a metade desta, o concelho com a situação menos desfavorável.

Quanto aos beneficiários do RMG, já se fez referência ao facto de ser este o tipo com valores mais elevados neste indicador (5,05%). Ao contrário do que acontecia nos Territórios envelhecidos e desertificados (tipo 4), a existência de uma população jovem e dependente que sobrecarrega os orçamentos familiares quer sejam eles provenientes de transferências ou de rendimentos de trabalho torna este indicador um aspecto significativo da análise da situação da pobreza nestes concelhos. A situação mais grave é a de Resende que é simultaneamente o concelho do tipo e do país com maior percentagem de beneficiários do RMG (17,43%). Seguem-se Moura, Penalva do Castelo, Lamego, Moimenta da Beira, Sátão, Elvas, Tabuaço, Serpa, Castro Daire, Tarouca, Castro Marim com valores que mais que duplicam a média nacional.

As situações relativamente menos desfavoráveis na medida em que se encontram abaixo da média nacional são as de Mogadouro (0,92% mesmo assim no 15º lugar do ranking nacional¹² com a situação mais favorável deste ponto de vista), Barrancos, Mirandela, Sardoal, Vouzela, Carrazeda de Ansiães, Castanheira de Pêra, Torre de Moncorvo, Melgaço, Montalegre, Arganil, Ourique, Freixo de Espada à Cinta e Salvaterra de Magos.

Quanto ao valor médio das pensões, os Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos - tipo 6 volta a deter o valor mais preocupante do conjunto dos tipos, com 2611,31€ processados anualmente, o que significa pouco mais de 180€ por mês. Penedono (2288,70€) é a situação mais grave neste tipo e no país, seguindo-se Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Boticas respectivamente nos terceiro, quarto e quinto lugares do ranking nacional.

Aljustrel, Cuba, Castanheira de Pêra, Redondo e Salvaterra de Magos são as situações relativamente menos desfavoráveis ainda que qualquer um deles esteja abaixo da média do tipo mais favorável com 3.900€ (tipo 3).

¹¹ Penedono (0,015%), Mourão (0,016%), Freixo de Espada à Cinta (0,019%), Castanheira de Pera (0,02%), Sardoal (0,024%), Sernancelhe (0,024%), Boticas (0,025%), Cuba (0,026%), Vila Nova de Paiva (0,026%), Aguiar da Beira (0,027%), Fornos de Algodres (0,028%), Ribeira de Pena (0,028%), Tabuaço (0,029%), Armamar (0,029%).

¹² Note-se que neste ranking não se conta com os valores de Vizela e de Trofa, uma vez que na altura da criação da aplicação informática estes concelhos ainda não tinham sido criados. Na aplicação do rendimento social de inserção já estão contemplados.

O indicador Pensionistas face à população empregada confirma o retrato destes territórios como zonas envelhecidas e pouco dinâmicas do ponto de vista demográfico e económico com o segundo valor mais alto do conjunto dos tipos (0,96), seguindo-se ao dos Territórios envelhecidos e desertificados - tipo 4 (1,14). Este rácio indica que existe praticamente um pensionista por cada activo empregado.

Vinhais é o concelho em que esta situação atinge o seu ponto mais extremo, com quase dois pensionistas por cada activo (1,82), o que representa a situação mais preocupante no país. Seguem-se nos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (tipo 6), Mértola com 1,40, Castanheira de Pêra (1,39) e Torre de Moncorvo (1,37). Existindo ainda mais 19¹³ concelhos onde este rácio é superior a 1.

Estes rácios são significativos como já se referiu, não só da perda de vitalidade económica, social e demográfica, mas também quando cruzados com o valor anual de pensões, das situações de pobreza que vivem as pessoas a residir nestes concelhos.

Em suma, se temos com este tipo, o retrato de territórios empobrecidos e desqualificados, não podemos dizer que se encontrem numa situação de atomização e isolamento total. Ainda que se registem valores muito importantes no que diz respeito aos idosos isolados, verifica-se que não só não existem valores de institucionalização contrastantes com os valores nacionais, como os idosos ainda têm um papel enquanto suportes familiares fulcrais que acolhem as gerações mais jovens. Os fenómenos de desafiliação e marginalidade descritos pela literatura (criminalidade, monoparentalidade, etc.) destacam-se dos valores nacionais no sentido positivo.

Por outro lado, verificam-se situações graves do ponto de vista das qualificações escolares, quer nas gerações mais idosas com altíssimas taxas de analfabetismo, quer entre os mais jovens (expressos nas elevadas taxas de abandono escolar), bem como deficiências ao nível do acesso aos rendimentos, com taxas de desemprego elevadíssimas e acima de qualquer outro tipo do país. Se não existem problemas de relevo ao nível das condições habitacionais, provavelmente resultado da saída da população dos concelhos para áreas mais dinâmicas, existem ainda problemáticas associadas à presença das gerações mais novas e economicamente activas, sugerindo que os processos de declínio em termos das dinâmicas estarão no início.

Este conjunto de problemas tem a sua expressão na privação, patenteada pelos valores dos indicadores seleccionados para operacionalizar esta dimensão. A exclusão aqui é aquela que está associada não tanto ao corte dos laços sociais, mas sobretudo aquela que se prende com a insuficiência de recursos para suprir as necessidades e com a desqualificação.

¹³ Estes concelhos são Freixo de Espada à Cinta, Montalegre, Carraceda de Ansiães, Sardoal, Boticas, Aljustrel, Castro Daire, Aguiar da Beira, Arcos de Valdevez, Cuba, Valpaços, Barrancos, Vidigueira, Sernancelhe, Murça, Avis, Ourique, Serpa, Melgaço.

Quadro 12 - Resumo das condições favoráveis e desfavoráveis existentes nos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Desafiliação	Estruturas familiares	Idosos em famílias de 1 pessoa	—		Mértola, Fornos de Algodres, Penedono, Vila Nova de Paiva, Sernancelhe, Mourão, Castro Verde.	Cuba, Vouzela, Melgaço, São Pedro do Sul, Salvaterra de Magos, Tábua, Mangualde, Murça, Ribeira de Pena, Lamego, Sátão, Mirandela, Nelas, Mogadouro, Macedo de Cavaleiros, Santa Marta de Penaguião
		Famílias de avós com netos	—		Avis, Santa Marta de Penaguião, Carregal do Sal, Ferreira do Alentejo, Campo Maior, Montalegre, Barrancos, Boticas, Tabuaço, Arcos de Valdevez, Cuba, Melgaço e Murça.	Vila Flor, São João da Pesqueira, Celorico da Beira, Castanheira de Pera, Arganil, Redondo, Coruche, Fornos de Algodres, Chamusca, Vouzela, Torre de Moncorvo, Tábua, Aljustrel, Mogadouro, Nelas
	Criminalidade	Taxa de criminalidade	—		Criminalidade Melgaço, Penalva do Castelo, Barrancos, Aguiar da Beira.	Arcos de Valdevez, Elvas, Salvaterra de Magos, Vidigueira, Castro Marim, Torre de Moncorvo, Ourique, Peso da Régua, Avis, Macedo de Cavaleiros, Freixo de Espada à Cinta, Campo Maior, Chamusca.
	Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-		Cuba, Sardoal, Lamego, Peso da Régua, Mértola, Barrancos, Chamusca.	Mourão, Moura, Odemira, Vila Nova de Paiva, Castro Marim, Ourique, Tábua.
Desqualificação social objectiva	Escolarização	Taxa de analfabetismo	—		Ourique, Odemira, Boticas, Freixo de Espada à Cinta, Almodôvar, Montalegre, Mértola, Coruche, Aguiar da Beira, Resende, Vinhais, Serpa.	Nelas, Vouzela, Mangualde, Peso da Régua, Carregal do Sal, Sardoal, Lamego, Arganil, Tábua, Castanheira de Pera
		Abandono escolar precoce	—		Vila Nova de Paiva, Vila Pouca de Aguiar, Tarouca, Tabuaço, São João da Pesqueira, Santa Marta de Penaguião, Resende.	Castro Verde, Campo Maior, Mértola, Castanheira de Pera, Cuba, Sátão, Barrancos, Paredes de Coura, Carregal do Sal, Odemira, Vidigueira, São Pedro do Sul, Celorico da Beira, Castro Marim, Elvas, Ourique, Coruche.
	Emprego e desemprego	Taxa de desemprego	—		Almodôvar, Ourique, Ribeira de Pena, Barrancos, Moura, Castanheira de Pera, Vila Nova de Paiva, Serpa, Sátão, Mourão, Cuba, Aljustrel, Salvaterra de Magos, Vidigueira, Macedo de Cavaleiros, Lamego, Mértola, Mirandela, Castro Verde, Sabrosa, Ferreira do Alentejo, Boticas, Vinhais, Torre de Moncorvo.	Penedono, Melgaço, Carregal do Sal, Castro Marim, Paredes de Coura, Alcácer do Sal, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Campo Maior, Aguiar da Beira, Montalegre, Celorico da Beira, Arganil, Redondo, Arcos de Valdevez, Vouzela, Castro Daire, Tabuaço.
Privação económica	Rendimentos	Irs per capita	—		Ribeira de Pena, Boticas, Resende, Valpaços, Penalva do Castelo, Armamar, Vinhais, Castro Daire, Tabuaço, São João da Pesqueira.	Lamego, Elvas, Campo Maior, Castro Verde.
		Percentagem do Poder de compra	—		Barrancos, Penedono, Mourão, Freixo de Espada à Cinta, Castanheira de Pera, Sardoal, Sernancelhe, Boticas, Cuba, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Ribeira de Pena, Tabuaço, Armamar	

Continua →

	Dimensão	Indicador	Sinal ¹	Tipo de Condições	Casos extremos da tendência	Concelhos que contrariam a tendência ²
Privação económica	Protecção social	Beneficiários do RMG	—		Resende, Moura, Penalva do Castelo, Lamego, Moimenta da Beira, Sátão, Elvas, Tabuaço, Serpa, Castro Daire, Tarouca, Castro Marim.	Mogadouro, Barrancos, Mirandela, Sardoal, Vouzela, Carrazeda de Ansiães, Castanheira de Pera, Torre de Moncorvo, Melgaço, Montalegre, Arganil, Ourique, Freixo de Espada à Cinta, Salvaterra de Magos
		Valor médio anual das pensões	+		Penedono, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva, Boticas.	Aljustrel, Cuba, Castanheira de Pera, Redondo, Salvaterra de Magos.
		Pensionistas face à pop. empregada	—		Vinhais, Mértola, Castanheira de Pera, Torre de Moncorvo, Aguiar da Beira, Aljustrel, Arcos de Valdevez, Avis, Barrancos, Boticas, Carrazeda de Ansiães, Castro Daire, Cuba, Freixo de Espada à Cinta, Melgaço, Montalegre, Murça, Ourique, Sardoal, Sernancelhe, Serpa, Valpaços, Vidigueira.	Lamego, Salvaterra de Magos, Mangualde, Tarouca, Elvas, Peso da Régua, Campo Maior, Mourão, Vila Nova de Paiva, Nelas, Vouzela, Alcácer do Sal, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Redondo, Mirandela.

- O indicador assume o valor mais elevado entre todos os tipos.
- O indicador assume o valor mais baixo entre todos os tipos.

	O indicador revela condições bastante desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições desfavoráveis face à média nacional
	O indicador revela dupla leitura
	O indicador revela condições favoráveis face à média nacional
	O indicador revela condições bastante favoráveis face à média nacional



Bibliografia

Bibliografia

ALMEIDA, J. Ferreira (1986) *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais numa Região do Noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.

Bergham, Jos (1995) "Social Exclusion in Europe: policy context and analytical framework" in Graham Room (ed.) *Beyond the threshold. The measurement and analysis of social exclusion*, Bristol, The Policy Press.

ALMEIDA, J. Ferreira et al. (1992) *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora

CAPUCHA, Luís, (coord.) e outros (1998) *Rendimento Mínimo Garantido: avaliação da fase experimental*, Lisboa, CIES e MTS/CNRM.

CAPUCHA, Luís (2000a) "Territórios da pobreza, onde é preciso voltar", *Sociedade e Território*, 30.

CAPUCHA, Luís (2000b) "Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robison Crusoe ao contrário" in *Pobreza, exclusão: horizontes de intervenção*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

CASTEL, Robert (1991) "De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation" in Jacques Donzelot (dir.) *Face à l'exclusion. Le modèle français*, Paris, Éditions Esprit, pp. 137-168.

CNRM (2002), *Avaliação de Impactes do Rendimento Mínimo Garantido – Caracterização dos perfis dos beneficiários RMG: Famílias Monoparentais*, Lisboa, IDS.

CRUZ, Rute (2004) "Padrões de consumo das famílias numerosas em Portugal – caracterização com base no inquérito aos orçamentos familiares", *Revista de estudos demográficos*, nº35, Lisboa, INE, pp. 119-141.

DIAS, Eduarda Saraiva; RAMOS, Eugénio (1998) "Zonas de pobreza em Portugal – uma identificação pelos agentes locais", *Sociedade e Trabalho*, nº 3

DROUARD, Hervé, et al. (s/d) *Sociologie et intervention sociale*, Centurion.

FERRÃO, João (2002) "Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais" in *Lusotopie*, 2, pp. 151-158.

FERRÃO, João (2004) *"Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal*

1991-2001". Revista de Estudos Demográficos, nº34, Lisboa, INE, p.17-25.

GUERRA, I. (1991) Changements urbains et modes de vie dans la péninsule de Setúbal de 1974 a 1986, thèse pour le doctorat en sciences sociales appliquées au développement, Tours, Texto Policopiado.

JANVIE, Yves (1993) «L'intégration des villes et des campagnes» in Kaisses, B. Naissance des nouvelles campagnes, Paris, Ed. L'Aube.

MINGIONE, Enzo (ed.) (1996) Urban Poverty and the Underclass. A reader, Oxford, Blackwell.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico (1987) "A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas", Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, Abril 1987.

NOBLE, Michael et al. (2001) Measures of deprivation in Northern Ireland, Social Disadvantage Research Centre, Department of Social Policy and Social Work, University of Oxford, Texto policopiado.

PASSERON, Jean-Claude (1991) Le Raisonnement Sociologique, Paris, Nathan, Essais et Recherches.

REIS, Ana Luzia (1998) "Modelos espaciais de desenvolvimento e 'risco de exclusão social': algumas reflexões com ilustração empírica, Sociedade e Trabalho, nº 3

REMY, Jean et al. (1998) La ville, vers une nouvelle definition?, Paris, L'Harmattan.

SALGUEIRO, Teresa Barata (coord.) (1997) Internacionalização, reestruturação económica e produção de novas marginalidade na Região de Lisboa, Relatório de Investigação, DGOTDU/JNICT.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2000) "Fragmentação e exclusão nas metrópoles", Sociedade e Território, nº 30.

SANTOS, Boaventura de Sousa; (1987), "O Estado, a Sociedade e as Políticas Sociais - o caso das políticas de saúde" in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 23, Setembro.

SANTOS, Boaventura de Sousa; (1994), Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade, Edições Afrontamento, Porto.

SCHNAPPER, Dominique (2000) A Compreensão Sociológica, Lisboa, Gradiva.

SILVA, Pedro Adão (1998) 'O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova questão Social' in Sociedade e Trabalho, no. 3, pp. 34-49.

SÉTIEN, Luisa (1993) Indicadores sociales de calidad de vida. Un sistema de medición aplicado al País Vasco, Centro de Investigacions Sociológicas, Madrid.

SOLOMON ET AL (1980), " Unesco's policy-relevant Quality of Life research program" in SZALAI, A.; ANDREWS, F.M (comps), The Quality of Life.Comparative Studies, Beverly Hills, Sage Publications, pp.223-233.

WALL, Karin, (2003), "Famílias monoparentais", Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 43, pp. 51-66.

WEBER, Max (1992) Essais sur la théorie de la science, Paris, Plon, Agora.



Anexo I

Justificação da não inclusão de alguns
indicadores na tipologia de
inclusão /exclusão

Dimensão	Indicador não utilizado e respectiva fonte de dados	Justificação para a não inclusão na análise
Privação económica / Rendimentos e Protecção Social	Número de subsídios familiares dos 1º e 2º escalões, (IEES, 2003)	Esta variável apresenta elevados níveis de redundância com as variáveis relacionadas com o rendimento (IPC e IRS/capita).
	Nº de beneficiários com processamento de prestações de desemprego (IEES, 2002)	Variável que mede o mesmo que a taxa de desemprego.
Desqualificação social objectiva / Condições habitacionais	% alojamentos clássicos com electricidade, água canalizada e instalações sanitárias no interior do alojamento/ Total de alojamentos clássicos (INE/Censos, 2001)	Valores pouco discriminantes das realidades territoriais.
Desafiliação / Estruturas familiares	Mulheres desempregadas solteiras (15-64 anos) com filhos sem actividade (INE/Censos, 2001)	Não se considerou pertinente dado o carácter residual do fenómeno medido.
Desafiliação / Institucionalização	Crianças sinalizadas pelas CPCJ (nºprocessos instaurados e reabertos), (ISSS, 2002)	Ausência de dados em muitos concelhos.
	Menores Privados de Meio Familiar e nº de famílias de acolhimento (DEEP/Carta Social/Dez. 2002)	Ausência de dados em muitos concelhos.
	% do total de utentes em Lares de crianças e jovens e Centro Acolhimento Temporário face ao Total crianças residentes dos 6-14 anos (DEEP/Carta Social/Dez. 2002)	Valores nulos para uma grande parte dos concelhos.
	Pessoas portadoras de deficiência apoiadas (DEEP/Carta Social/Dez. 2002)	Variável que mede o mesmo que a taxa de pessoas portadoras de deficiência.



Anexo II

Medidas dos indicadores por tipo
de exclusão

DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES		SINAL ¹	Medidas	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Institucionalização	Taxa de pessoas institucionalizadas	+/-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			-2.50 0.006 0.57 0.34	9.26 0.000 2.12 1.24	-4.69 0.000 0.38 0.31	
	Taxa de cobertura de equipamentos de apoio a idosos	+/-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			-2.63 0.004 2.96 1.22	7.53 0.000 6.70 3.37	-3.86 0.000 2.83 1.48	
Estruturas familiares	Idosos em famílias de 1 pessoa	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe				6.00 0.000 21.68 2.01	-10.35 0.000 14.26 2.04	5.24 0.000 21.15 2.21
	Famílias monoparentais	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			7.72 0.000 7.82 0.96	-6.69 0.000 5.27 1.05		
	Famílias de avós com netos	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe				-5.16 0.000 5.22 2.26	-3.71 0.000 5.32 1.63	9.35 0.000 9.35 2.24
	Crianças em amas e creches (acção social)	+/-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe				4.88 0.000 24.03 11.61	-3.97 0.000 11.28 6.88	
Criminalidade	Taxa de criminalidade	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			7.67 0.000 5.87 3.40	-4.16 0.000 1.93 0.59		-4.05 0.000 2.04 0.69
Imigração	Estrangeiros na população residente	+/-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			11.28 0.000 7.17 2.17	-3.52 0.000 0.92 0.46	-2.98 0.001 0.84 0.34	-2.83 0.002 1.14 1.06

¹ O sinal (+) indica o carácter favorável do indicador e o (-) o carácter desfavorável. O registo do sentido da interpretação dos indicadores seleccionados justifica-se para facilitar a sua análise. No entanto, é de reforçar a ideia de que a maioria dos indicadores integrados na dimensão da "desafiliação" poderão ter uma dupla interpretação: por um lado, podem revelar situações de enfraquecimento dos laços sociais. Por outro lado, podem não traduzir este enfraquecimento quer por mecanismos compensatórios ao nível das respostas sociais ou pelas próprias características socio-económicas das famílias em questão.

DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES									
Desqualificação social objectiva	SINAL ¹	Medidas	T1	T2	T3	T4	T5	T6	
			V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	
Educação	-	População com escolaridade menor ou igual à obrigatória	-2.79 0.003 67.27 3.25	-7.52 0.000 60.93 6.13	-2.79 0.000 67.27 3.25	-7.52 0.000 60.93 6.13	10.22 0.000 85.31 4.57		
	-	Taxa de analfabetismo	-5.24 0.000 10.87 2.97	-6.91 0.000 5.49 1.07	-5.24 0.000 10.87 2.97	-6.91 0.000 5.49 1.07	-4.26 0.000 9.85 3.54	6.41 0.000 17.26 3.68	
	-	Saída antecipada do sistema escolar	-5.38 0.000 22.65 4.25	-6.11 0.000 15.47 4.13	-5.38 0.000 22.65 4.25	-6.11 0.000 15.47 4.13	11.05 0.000 42.71 7.51		
	-	Abandono escolar precoce	-5.54 0.000 2.20 0.75	-3.12 0.001 1.96 0.67	-5.54 0.000 2.20 0.75	-3.12 0.001 1.96 0.67	6.76 0.000 4.73 1.96	6.18 0.000 4.08 1.49	
	-	Desempregados de longa duração	-4.48 0.000 30.36 6.13	-5.63 0.000 20.50 5.89	-4.48 0.000 30.36 6.13	-5.63 0.000 20.50 5.89	4.40 0.000 40.02 5.44		
Emprego e desemprego	-	Taxa de desemprego	-3.99 0.000 7.37 1.91	-4.09 0.000 5.15 1.93	-3.99 0.000 7.37 1.91	-4.09 0.000 5.15 1.93		6.37 0.000 10.47 3.18	
	-	População com profissões desqualificadas	-3.54 0.000 40.68 3.64	-6.74 0.000 36.78 6.57	-3.54 0.000 40.68 3.64	-6.74 0.000 36.78 6.57	8.85 0.000 60.69 6.43		
	-	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos	3.95 0.000 1.13 0.49	5.27 0.000 1.15 0.68	3.95 0.000 1.13 0.49	5.27 0.000 1.15 0.68			
Condições de habitação	-	Alojamentos sobrelotados	-3.02 0.001 12.22 3.05	3.37 0.000 16.71 3.53	-3.02 0.001 12.22 3.05	3.37 0.000 16.71 3.53	9.84 0.000 20.45 3.11		
	-	População com deficiência					-5.28 0.000 5.23 0.94		
Handicaps pessoais	-	População infectada com HIV	4.70 0.000 89.96 184.77						

DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES		SINAL ¹	Medidas	T1	T2	T3	T4	T5	T6
Privação económica	Rendimentos	+	IRS per capita	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	-	17.30 0.000 858.62 372.73	-3.71 0.000 242.23 66.62	-3.02 0.001 236.26 85.41	-4.96 0.000 224.86 63.02
			Percentagem do poder de compra	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe		10.59 0.000 2.41 2.47	-2.70 0.003 0.05 0.04		-2.93 0.002 0.06 0.04
			Famílias com 5 ou mais pessoas	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe		-2.52 0.006 7.17 1.24	-5.90 0.000 6.47 1.63	11.10 0.000 16.17 3.43	
	Protecção social	-	Beneficiários do RMG	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe		-5.15 0.000 2.13 1.17	-3.22 0.001 2.32 1.50		7.98 0.000 5.05 2.68
			Valor médio anual das pensões	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe		12.02 0.000 3900.63 361.70	-3.48 0.000 2707.31 193.29		-6.19 0.000 2611.31 171.25
			Pensionistas face à população empregada	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe		-5.11 0.000 0.63 0.13	-2.92 0.002 1.26 0.08	-5.29 0.000 0.52 0.22	5.21 0.000 0.96 0.22

DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES									
Privação económica	Rendimentos	SINAL ¹	Medidas	T1	T2	T3	T4	T5	T6
				V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	-	17.80 0.000 858.62 372.73	-3.71 0.000 242.23 66.62	-3.02 0.001 236.26 85.41	-4.96 0.000 224.86 63.02
Protecção social	Percentagem do poder de compra	+	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			10.59 0.000 2.41 2.47	-2.70 0.003 0.05 0.04		-2.93 0.002 0.06 0.04
	Famílias com 5 ou mais pessoas	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			-2.52 0.006 7.17 1.24	-5.90 0.000 6.47 1.63	11.10 0.000 16.17 3.43	
	Beneficiários do RMG	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	-5.15 0.000 2.13 1.17			-3.22 0.001 2.32 1.50		7.98 0.000 5.05 2.68
	Valor médio anual das pensões	+	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe			12.02 0.000 3900.63 361.70	-3.48 0.000 2707.31 193.29		-6.19 0.000 2611.31 171.25
	Pensionistas face à população empregada	-	V. T. PROB. Média Classe D.P. Classe	-5.11 0.000 0.63 0.13	-2.92 0.002 1.26 0.08	-5.03 0.000 0.44 0.15	9.41 0.000 1.14 0.28	-5.29 0.000 0.52 0.22	5.21 0.000 0.96 0.22